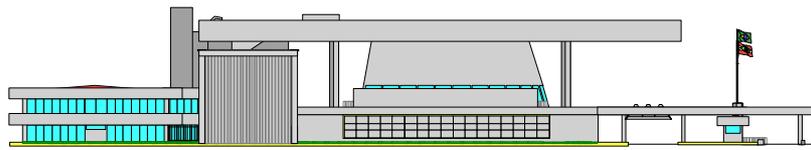


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE ABRIL DE 1999

NÚMERO 4.619

14ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

## MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel  
**PRESIDENTE**

Heitor Sché  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pedro Uczai  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Lício Silveira  
**1º SECRETÁRIO**

Romildo Titon  
**2º SECRETÁRIO**

Afonso Spaniol  
**3º SECRETÁRIO**

Adelor Vieira  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Paulo Bornhausen

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Herneus de Nadal

**PARTIDO DA FRENTE LIBERAL**  
Líder: Wilson Wan-Dall

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**  
Líder: Sandro Tarzan

## COMISSÕES PERMANENTES

**CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO DE LEIS**  
Onofre Santo Agostini – Presidente  
Reno Caramori – Vice-Presidente  
Jaime Mantelli  
Nilson Gonçalves  
Jorginho Mello  
Herneus de Nadal  
Rogério Mendonça  
Ivan Ranzolin  
Francisco de Assis Nunes

**FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**  
João Rosa – Presidente  
Ivo Konell – Vice-Presidente  
Sandro Tarzan  
Wilson Wan-Dall  
Paulo Bornhausen  
Ronaldo Benedet  
Joares Ponticelli  
Valmir Comin  
Volnei Morastoni

**AGRICULTURA, COOPERATIVISMO,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA**  
Gelson Sorgato – Presidente  
Neodi Saretta – Vice-Presidente  
Jaime Mantelli  
Onofre Agostini  
Moacir Sopelsa  
Nelson Goetten de Lima  
Milton Sander

**DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO  
CONSUMIDOR**  
Ronaldo Benedet – Presidente  
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
João Rosa  
Narcizo Parisotto  
Odete do Nascimento  
Neodi Saretta

**TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO  
URBANO E RURAL E TURISMO**  
Ciro Rosa – Presidente  
Manoel Mota – Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jaime Duarte  
Moacir Sopelsa  
Valmir Comin  
Francisco de Assis Nunes

**EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**  
Joares Ponticelli – Presidente  
Ideli Salvatti – Vice-Presidente  
Paulo Bornhausen  
Cesar Souza  
Jaime Duarte  
Manoel Mota  
Milton Sander

**SAÚDE E MEIO AMBIENTE**  
Volnei Morastoni – Presidente  
Sandro Tarzan – Vice-Presidente  
Clésio Salvaro  
Ivo Konell  
Ronaldo Benedet  
Odete do Nascimento  
Joarez Ponticelli

**TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE  
SERVIÇO PÚBLICO**  
Reno Caramori – Presidente  
Ideli Salvatti – Vice-Presidente  
Clésio Salvaro  
Rogério Mendonça  
Luiz Roberto Herbst  
Wilson Wan-Dall  
Nelson Goetten de Lima

**FISCALIZAÇÃO, CONTROLE  
E EFICÁCIA LEGISLATIVA**  
Jaime Mantelli – Presidente  
Valmir Comin – Vice-Presidente  
Clésio Salvaro  
Narciso Parizotto  
Gelson Sorgato  
Altair Guidi  
Ideli Salvatti

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração eletrônica, montagem e  
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

**Divisão de Divulgação e****Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

IMPRESSÃO PRÓPRIA  
ANO VIII - **NÚMERO 1013**  
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES  
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 028ª Sessão Ordinária  
realizada em 13/04/1999..... 2  
Ata da 001ª Sessão Especial  
realizada em 14/04/1999..... 19  
Ata da 029ª Sessão Ordinária  
realizada em 15/04/1999..... 23

**Atos da Mesa Diretora**

Resoluções ..... 24

**Publicações Diversas**

Atas de Comissão Permanente ..  
..... 25  
Medida Provisória ..... 27  
Mensagem Governamental ..... 28  
Ofício ..... 28  
Portarias ..... 28  
Projeto de Decreto Legislativo.....  
..... 29  
Projetos de Lei ..... 29  
Projeto de Resolução ..... 32

**PLENÁRIO**

# ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

### EM 13 DE ABRIL DE 1999

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Rosa - Jaime Duarte - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uçzai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Lício Silveira) - O expediente consta

do seguinte, Sr. Presidente:

OFÍCIOS NºS:

150/99, do Sr. Deputado Estadual Milton Sander, comunicando que vai ausentar-se do País para participar do Encontro das Associações de Municípios da América, em Buenos Aires;

387/99, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, acusando o recebimento do Telefax nº 0121.1/99;

386/99, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, acusando o recebimento do Ofício DP/068/99, que encaminhou a Indicação nº 062/99.

TELEFAX:

- do Sr. Gerente da Secretaria-Geral da Presidência da Telesc, acusando o recebimento do Ofício DP/044/99.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr.

Presidente, só gostaria de fazer o registro dos seguintes visitantes que estão nos dando a honra de estar aqui em nosso Plenário, todos de Barra Velha: Sr. Claudir José dos Santos, Presidente do Partido da Frente Liberal; Sr. Eurides dos Santos, Presidente do PSDB; Sr. Manoel Plácido de Freitas, ex-Prefeito do Município; Sr. José Carlos Mene de Oliveira, Presidente do PPB e Vereador.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Registramos, com satisfação, as pessoas nominadas pelo Deputado Lício Silveira.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Francisco de Assis, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na cidade de Joinville, de onde venho, durante muitos anos da minha vida militei no movimento popular. E foi neste movimento que dei início à minha carreira política, atuando nas associações de moradores, nas pastorais da Igreja, enfim, nos mais diversos movimentos sociais da nossa cidade e até mesmo do Estado, quando participei da Fundação da Pró-Central de Movimentos Populares no ano de 1993, em Brasília.

Temos verificado durante todo esse tempo que as entidades não governamentais, principalmente as associações de moradores, a maioria delas, não têm sequer um espaço

para realizar as suas reuniões, fazer seus eventos, as suas atividades.

Em Joinville, como Vereador, apresentei um projeto de lei naquela Casa Legislativa, que foi aprovado e hoje é lei no Município, no sentido de que essas entidades sem fins lucrativos pudessem utilizar as escolas públicas municipais para ter ali um espaço para fazer seus eventos culturais, esportivos e até mesmo reuniões.

Hoje, estou dando entrada ao meu primeiro projeto nesta Casa, tornando possível a todas as escolas estaduais oferecerem a essas entidades a possibilidade de utilizar os seus espaços durante o recesso escolar ou nos finais de semana, para ali fazerem suas atividades.

Entendo que isso vai favorecer, em todos os Municípios, essas entidades, das quais muitas não têm uma sede para realizar seus eventos, e vai favorecer os grupos da terceira idade, que para realizar suas atividades culturais têm que recorrer muitas vezes às igrejas, galpões e casas particulares.

Nossa iniciativa possibilitará, principalmente, aos grupos da terceira idade o espaço da escola pública para realizar seus trabalhos.

Não irei utilizar todo o tempo, porque não há necessidade, mas quero deixar registrada essa iniciativa e, com certeza, no momento da discussão do projeto vamos retomar a palavra para possibilitar a todos os Deputados que falem também um pouco sobre essa iniciativa que vai beneficiar muitas pessoas, principalmente as entidades não governamentais que não têm locais para realizar suas atividades.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Ouvi atentamente o seu discurso, bastante apropriado neste momento em que nos encontramos, e quero dizer que seria interessante que as escolas, principalmente nos centros urbanos onde há ausência de áreas de lazer, como V.Exa. colocou bem, pudessem servir, nos horários vagos - sábados, domingos e feriados -, a comunidade, no sentido de ela poder utilizar tanto as quadras como as salas de aula e os auditórios para as reuniões comunitárias. Então, a escola tem que ir além daquela concepção do ensino formal, também sendo um pólo de atração da própria comunidade.

Nós observamos que as escolas são depredadas em alguns casos porque constituem às vezes uma unidade estranha à comunidade, que não se sente participante nem dona da própria escola, de maneira que se o seu projeto for viabilizado, e quero dizer de público que pode contar com o meu apoio, o meu voto, com certeza a comunidade vai se sentir muito mais simpática à escola e, como tal, vai preservá-la mais. Não se justifica as crianças brincando nas ruas, correndo risco de acidente até, ou a comunidade se reunindo às vezes num barzinho, porque não têm um local para se reunir, enquanto as escolas ficam aí com muros altos e portões fechados.

Eu queria cumprimentá-lo pelo projeto, acompanhei esta discussão na Câmara em Joinville, e lembro que V.Exa., como Vereador, conseguiu aprová-lo.

Tenho certeza de que esta Casa haverá de lhe dar respaldo, porque é um projeto altamente meritório, social, e acredito até que vá valorizar bastante e incentivar a organização popular, pois a população tendo um local para se reunir, com certeza vai se motivar mais para se organizar e lutar pelos seus direitos.

Parabéns pelo projeto e pode contar com o meu apoio.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Agradeço, Deputado, pelo seu aparte.

Realmente, para finalizar, quero dizer que o espaço que estamos colocando no projeto é toda a área da escola pública estadual, seja a quadra de esportes, o ginásio, a sala de aula, enfim, o espaço que a comunidade precise. Como o Deputado Jaime Duarte muito bem colocou, esse espaço deve ser usado, pois com certeza a comunidade vai se sentir mais próxima da escola e, conseqüentemente, a escola mais próxima da comunidade, e a escola vai ter uma atividade além daquela natural e normal que é a atividade curricular.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Srs. Deputados, queria fazer o registro da presença nesta Casa do Prefeito de Guaraciaba, Padre Pedro Banceira, e também do Prefeito de Anchieta, Moacir Meotte, que estão visitando esta Assembléia Legislativa.

Desejamos boas-vindas e que se sintam bem aqui, na Casa do Povo.

Eu quero aproveitar este espaço para tecer algumas considerações sobre a reunião dos Municípios que compõem a região da Amerios, realizada no dia 18 de fevereiro de 1999, da qual saiu a Carta de Saltinho, carta esta assinada pelo Prefeito de Saudades, Sr. Arno Afonso Schwendler, em que os Prefeitos dos Municípios que compõem a referida região elencaram as suas prioridades e os seus pleitos.

Então, entre as prioridades e os pleitos que a região da Amerios está solicitando, elencados na carta da reunião no Município de Saltinho, está a pavimentação asfáltica da SC-469, trecho de São Carlos a Saudades, projeto que já foi concluído em 1980, e a pavimentação asfáltica da SC-469, trecho de Serra Alta a Saltinho, numa extensão de 48 quilômetros.

Esse projeto de engenharia também já foi concluído em 1989. Seria uma das prioridades mais interessantes a conclusão da SC-469, ligando São Carlos a Campo Erê, passando por Saudades, Pinhalzinho, Modelo, Serra Alta, Saltinho.

Outra prioridade dos Municípios é a continuação da pavimentação asfáltica da SC-471, no trecho entre Romelândia e Anchieta, em uma extensão de 19,6 quilômetros. Também o projeto de engenharia já foi concluído em 1980, devendo ser reformulado pelo DER em função da emancipação do Município de São Miguel da Boa Vista, que se desmembrou de Maravilha.

Outra prioridade que existe aqui na Casa é a criação e a instalação de uma microrregional da Saúde para atender a população dos Municípios da Amerios, que ora depende de Chapecó, ora de São Miguel d'Oeste; a criação e instalação da Epagri e da Cidasc, com um centro de treinamento para atender a população dos Municípios da Amerios; a criação e instalação de duas delegacias regionais de polícia para atender a população dos Municípios da Amerios, salientando que já existe um projeto de lei tramitando nesta Casa para criar uma delegacia regional de polícia no

Município de Palmitos; a instalação de um ginásio de esportes em cada um dos Municípios que compõem a microrregião da Amerios; e a instalação de um terminal de calcário para essa microrregião que hoje existe com a ascensão do nosso colega Deputado Odacir Zonta.

Já está sendo implementada a criação de um terminal de calcário no Município de Chapecó e outro no Município de São Miguel d'Oeste. Essa região também está reivindicando que em um daqueles Municípios, possivelmente em Pinhalzinho, fosse colocado outro terminal de calcário.

Eles pedem a instalação e a criação de escritórios regionais da Celesc e da Casan, porque hoje os usuários, tanto da Celesc como da Casan, de todos aqueles Municípios que compõem a Amerios, tendo qualquer problema, precisam deslocar-se para Chapecó ou São Miguel d'Oeste.

Também os Prefeitos solicitam a instalação de um hospital público regional para atender a população da microrregião de Entre Rios e de todo o Extremo Oeste de Santa Catarina, utilizando a infra-estrutura já existente e já construída na região.

Eles reiteram a necessidade de desafogar o atendimento do Hospital Regional de Chapecó, uma vez que o Município de Chapecó vem utilizando aquele hospital como se fosse particular de Chapecó, já que o Município não possui um hospital próprio. Para tanto salienta-se que deve haver melhor distribuição das ocupações do referido hospital por parte de todos os Municípios do Oeste catarinense.

Então, essa carta, chamada Carta de Saltinho, vem assinada por todos os Municípios que compõem aquela microrregião, entre os quais Bom Jesus do Oeste, Campo Erê, Cunhataí, Iraceminha, Modelo, Riqueza, Saltinho, São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos, Caibi, Cunha Porã, Flor do Sertão, Maravilha, Palmitos, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, Saudades e também Anchieta.

O Município de Anchieta seria sobremaneira beneficiado com a conclusão da SC-471, que o ligaria a Romelândia, saindo depois em direção a Palma Sola/Campo Erê, o que faria a ligação asfáltica com o Rio Grande do Sul, já saindo da BR-282 perto de Maravilha, passando por Romelândia, Anchieta e desta maneira ligando até o Paraná.

Então, queremos deixar registrada nos Anais desta Casa a nossa preocupação - já que somos também Deputados daquela região -, este pleito, esta carta do Município de Saltinho. E vamos enviar esforços para que os pleitos elencados na carta que foi mandada a todos os Deputados Estaduais, Federais, aos Senadores, aos Secretários de Estado e também ao Governador do Estado sejam, na medida do possível, atendidos, em prol da Amerios.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Sandro Tarzan, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - (Passa a ler)

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta semana todos os periódicos e telejornais vêm dando destaque à 'Semana da Voz'. E, como Parlamentar, uso do espaço que me é concedido por direito regimental para fazer de minha voz um instrumento em prol da 'voz'.

Não é de se desprezar a campanha de saúde da voz. Afinal, a falta de cuidado com esse poderoso instrumento básico de comuni-

cação leva anualmente milhares de irmãos brasileiros a deixarem o plano terrestre.

Não devemos esquecer que os grandes avanços da humanidade sempre ocorreram em função dos reclamos populares, após assumidos e defendidos por grandes tribunos, que fizeram suas vozes ecoarem em defesa dos oprimidos e de seus direitos.

Muitos foram os homens que se destacaram nesse campo, e particularmente admiro Gandhi, o saudoso Rui Barbosa, e de minha querida terra, São Joaquim, o contemporâneo Dr. Henrique Hélio Velho de Córdova, ex-Governador e grande tribuno catarinense.

Mera coincidência, mas os três citados, que tanto admiro, são homens de pouca estatura, mas verdadeiros gigantes quando se fizeram ouvir. E aqueles que os escutaram, quando opressores, sentiram-se, por certo, oprimidos, e os desejosos de liberdade, verdadeiramente livres.

A voz, independentemente de seu tom, é tão poderosa que nem mesmo o aprisionamento físico de Nelson Mandela foi capaz de calar sua voz, que ficou a retumbar e repicar por toda a África do Sul, até sua liberdade a partir do *apartheid*.

Os raios da divindade de Deus iluminaram São Braz, que na sua infinita fé levou à cura e salvação uma criança que tinha um espinho de peixe na garganta. Com essa mesma fé, clamo a Deus que permita a São Braz iluminar todos cuja voz encontra-se prejudicada.

Também espero que sejam iluminadas não somente as vozes como, também, a mente dos governantes. E por que dos governantes? Para que escutem a voz dos agricultores brasileiros, que clamam por uma política séria, com metas definitivas e de forma duradoura; para que escutem a voz, os gemidos daqueles que sucumbem dia-a-dia nos leitos dos hospitais, sem recursos, onde não há remédios básicos, onde não há leitos disponíveis, onde não há solidariedade humana; para que escutem a voz dos caminhoneiros e motoristas em geral ou o ronco dos motores, que é a voz das máquinas, que reclamam e clamam por estradas melhores, que não têm segurança, que sentem, sim, o abandono; para que escutem a voz dos professores, que pedem por uma política educacional capaz de modernizar os métodos empregados na educação, sem deixar de valorizar os profissionais da área.

Enfim, para que escutem, já que estamos no mês de abril, as vozes de todos os Tiradentes de nossos segmentos sociais, que não haja mais derrama, afinal não é com manchas que devemos escrever a futura página da história mas, sim, com crescimento social, com o crescimento dos níveis de emprego, com mais segurança e saúde para o povo brasileiro.

Nobres Colegas, encerro na certeza de que esse é o perfil do Brasil desejado por Tiradentes, pelos iluminados inconfidentes e, sem dúvida nenhuma, por todos nós, Deputados e Deputadas, que almejam um futuro melhor para todos os brasileiros, pois que temos a responsabilidade de, através da voz forte e firme, fazer justiça para todos."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nelson Goetten, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e nobres companheiros Deputados, é uma satisfação estar aqui para,

na tarde de hoje, comentar um assunto que entendi ser extremamente importante.

Tivemos a oportunidade de acompanhar no dia de ontem uma reunião da Bancada de apoio ao Governo, quando esteve presente o Secretário da Saúde, Deputado Federal Eni Voltolini.

O Secretário da Saúde e sua equipe se apresentaram para fazer um esclarecimento e oferecer ao conhecimento dos Deputados de apoio ao Governo o que se está fazendo pela Saúde nesse início, nesses cem dias de trabalho daquela Secretaria.

Fiquei extremamente gratificado pela oportunidade de acompanhar como estão sendo gerenciadas com responsabilidade as questões mais importantes da vida do ser humano, que são essas questões de saúde, principalmente nas mãos de um Secretário competente e determinado.

O que mais nos impressiona é ver que alguém que foi tão questionado por não ser da área médica esteja fazendo tudo isso. Mas isso não foi problema. O Secretário Eni Voltolini mostrou, nesses cem dias, o seu inteiro conhecimento daquilo que é necessário fazer em Santa Catarina para uma saúde melhor.

Eu tive a oportunidade de ver, como Prefeito de um Município importante do Alto Vale, chamado Taió, a carência muito grande nas questões da saúde daquele Município. Havia uma omissão contínua. E como tivemos a oportunidade de administrar aquele querido Município, implantamos um dos melhores sistemas de saúde do Alto Vale, quando colocamos como ação de Governo mais importante a saúde. E agora, no Estado de Santa Catarina, estamos sob o comando do competente Secretário Eni Voltolini, também fazendo a ação de colocar em primeiro lugar a vida do cidadão.

Na sua explanação, além de levar ao conhecimento as ações importantes que está tomando à frente do Poder Legislativo, também fazia uma explanação da situação da Secretaria da Saúde.

É difícil para explicarmos ao cidadão de Santa Catarina, que na sua confiança e na sua bondade acredita nos seus governantes, que de repente vemos o nosso Estado numa situação de calamidade financeira em todos os segmentos. Em todas as Secretarias estamos nos deparando com situações vergonhosas. E também foi assim na Saúde.

A Secretaria da Saúde estava com praticamente R\$50.000.000,00 de dívida quando assumiu o Secretário. Parte dessa dívida já está saldada, mas nem por isso o nosso Secretário perdeu o ânimo de lutar para ver e fazer saúde melhor para o povo de Santa Catarina.

Naquela oportunidade, ele citava que parte dessa dívida era referente às últimas ambulâncias compradas, em número de 56, para Santa Catarina, investimento este de extrema importância para o povo catarinense. Mas na relação de entrega dessas 56 ambulâncias não tinha sequer um Município que não fosse do PMDB. Parecia que naquele Governo só as pessoas do PMDB é que ficavam doentes.

No Município de Taió, onde fazíamos parte de outros Partidos e que, por muitas vezes, trilhamos os caminhos para

Florianópolis, pedimos para o povo que trabalha e que tem sentimento, que tem necessidade e que também adoce uma ambulância. Mas em nenhuma oportunidade sensibilizamos o Governo. Ele entregou ambulâncias em todos os Municípios vizinhos que eram do PMDB, mas nenhuma no Município de Taió. Um povo importante dentro deste contexto de Santa Catarina, um povo valoroso e trabalhador que tanto contribuiu para Santa Catarina, não fazia parte dos planos de investimento do Governo do PMDB de Paulo Afonso.

Então, lá fomos discriminados e agora, ao assomar à tribuna, mesmo que tardiamente, venho denunciar e falar dos sentimentos de revolta daquela gente, pois mesmo quando assinávamos os convênios de transporte escolar, aquele povo de Taió em nenhum momento foi gratificado, reconhecido, pelo Governo, que só assinava e pagava os convênios para os Municípios do PMDB. Mas parece que Taió não tinha mesmo importância para o Governo Paulo Afonso.

É uma falta de justiça e uma incoerência muito grande com o povo de Taió, que trabalha e ajuda a construir a economia deste Estado.

Então, hoje, estou feliz de ter a oportunidade de vir aqui, nesta tribuna, registrar o que muito daquela nossa gente gostaria de dizer. Por isso, estou denunciando o que fizeram com Santa Catarina.

Poderíamos estar mais conformados, se não fosse essa dívida de mais de 1,3 bilhão com o servidor. Onde está o nosso salário? Mas quero também pedir ao servidor que faça justiça neste momento e que diga de fato quem foi que fez e o que fez com o povo e com o servidor de Santa Catarina. É necessário que, acima de tudo, sejamos justos. É preciso, acima de tudo, reconhecermos que a situação que foi imposta ao povo de Santa Catarina, exercida agora pelo nosso Governador Esperidião Amin, é uma situação de uma dificuldade impropriedade nessa história.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Caro Deputado Nelson Goetten, quero parabenizá-lo pelo seu brilhante discurso. Aliás, já é uma característica sua vir a esta tribuna fazer as denúncias com muita coragem, com muita veemência.

Queremos também compartilhar com esse seu desabafo, porque realmente tivemos um Governo desastrado que beneficiou unicamente os seus apadrinhados: os Municípios do PMDB.

Assim como V.Exa. citou o exemplo de Taió, eu poderia citar vários Municípios do Oeste que não têm ambulância, enquanto o Governo as dava para outros do PMDB que já tinham ambulâncias. Portanto, foi um Governo discriminatório que deixou essa dívida, como bem falou V.Exa.

Quero também dizer do meu otimismo em relação ao nosso Colega, Deputado Federal, Eni Voltolini, que está à frente da Secretaria da Saúde, porque apesar de quebrada e com uma enorme dívida, temos certeza de que com a criatividade e inteligência o Secretário atual vai saneá-la e nela fazer uma boa gestão.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Tenho certeza absoluta de que o Governo,

sem desmerecer nenhum Secretário, foi extremamente feliz na escolha deste Secretário. É uma das pessoas mais preparadas, mais gentis, mais atenciosas e mais competentes num exercício tão importante quanto este, que é cuidar da vida do cidadão de Santa Catarina.

Srs. Deputados, em cima desta felicidade fico aqui com a torcida para que o Secretário Eni Voltolini realmente alcance o sucesso nesta importante missão, porque isso será a felicidade de um povo que tanto sofre nas filas de hospitais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o Sr. Deputado Gelson Sorgato, a quem concedemos a palavra por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero me reportar a uma audiência pública que vai se realizar amanhã, no plenarinho da Assembléia Legislativa. Nós sabemos que também está marcada uma audiência pública, solicitada pelo Sr. Deputado Adelor Vieira e demais Deputados, acerca da BR-101, que se realizará no Município de Laguna, na ponte de Cabeçadas.

Nós vamos solicitar aos Srs. Deputados, membros da Comissão de Agricultura, e aos demais Deputados que não irão ao Município de Laguna, que possamos, no plenarinho, a partir das palestras do Dr. Amílcar Gramacho, Superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, de Brasília, e também do Dr. Luiz Hilton Temp, da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina, debater o assunto.

O primeiro painel será apresentado pelo Dr. Amílcar Gramacho, que falará sobre a política cambial e a agricultura, além da palestra do Dr. Luiz Hilton Temp, que falará sobre a agricultura catarinense no atual contexto sócio-econômico, tendo como debatedores a Fetaesc, através de Antoninho Rovaris; a Faesc, com José Zeferino Pedroso; a Ocesc, com Paulo Dokonal; o Sindicame, com Pedro Benhur Bohrer; com o representante do Instituto Cepa/Das e com o representante do Procon/SC, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Teremos, ainda, um segundo painel que versará sobre os posicionamentos políticos, através dos Deputados da Comissão de Agricultura e Direitos Humanos.

Por que eu levanto esta questão? Porque nós tínhamos marcado audiência pública, já tínhamos comunicado ao Presidente há algum tempo, através da Comissão. Fomos pegos de surpresa com mais uma sessão no mesmo dia, tratando sobre a BR-101.

Não temos nada contra, acreditamos que as duas são muito importantes, mas a situação por que passa a agricultura também é importante e precisamos que os nossos Deputados estejam presentes.

Nós viemos aqui, Srs. Deputados, para falar de uma publicação no Diário Catarinense de uma nota do Sindifumo, que declara que não quer mais sentar com as federações dos três Estados do Sul para discutir o preço do fumo.

Entramos em contato com as Comissões de Agricultura dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Tentamos reunir as federações na Fetaesc. E nesta Casa,

através de um requerimento, pedimos o retorno das negociações com o Sindifumo.

Nós fizemos o convite e através de ofício repudiamos a atitude deles de não comparecerem amanhã na nossa audiência pública, o que seria uma oportunidade para que não houvesse manifestações em frente às indústrias, o que poderá ocorrer no dia 19, em Santa Cruz do Sul.

Por isso, após a nossa audiência pública de amanhã, daremos continuidade, quem sabe, em um debate de uma hora, para dele tirarmos uma proposta das ações da Comissão de Agricultura e da Assembléia do Estado de Santa Catarina frente a essa situação da não-negociação da questão do fumo.

Eles argumentam o excesso de safra, a questão da queda no preço na parte cambial, do aumento do dólar comprado pelo real. Mas eles não querem saber de uma discussão maior, porque dizem que sempre compraram o fumo pela moeda nacional. E agora que há a questão cambial - enquanto o Plano Real se manteve eles bancaram -, eles não querem sentar com os produtores. Qual é a fórmula para se aproximarem? A indústria sobrevive sem o produtor? Não sobrevive.

Nós precisamos de uma integração entre a indústria e o produtor, para que lá na ponta o consumidor possa ter um preço justo. Esperamos que a audiência pública de amanhã possa realmente trazer lucidez às agroindústrias, sejam elas de aves, de abate de suínos, de derivados de leite, do fumo, enfim, a indústria que for.

Nós recebemos hoje da região de Curitiba um documento dizendo que houve uma perda em torno de 40% na safra naquela região. E eu pergunto: na agricultura, hoje, pode-se ter mais de 20% de lucratividade?

Será que a este setor primário, que deu alimentação e bancou o Plano Real, vão agora virar as costas, justamente na hora que precisamos? Do que adianta nós brigarmos, se não oferecermos infra-estrutura, se não defendermos o pequeno produtor e não chegarmos a termo nenhum?

Por isso, Deputado Pedro Uczai, é importante que nós do Oeste comecemos a percorrer todas as regiões para discutir com a Unoesc, com a universidade de Concórdia, de São Miguel, enfim, de toda a nossa região, a fim de buscarmos uma alternativa, através do nosso projeto, para a agricultura, levantando as prioridades.

Nós, Parlamentares, temos a obrigação de fazer a defesa do pequeno produtor rural que não consegue vir até aqui.

O SR. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Eu não tenho dúvida, Deputado Gelson Sorgato, que quem sustentou até agora o Plano Real foi a agricultura. Há anos não víamos frango a R\$0,99 o quilo, carne bovina a R\$1,50, ou seja, todos os produtos da cesta básica baixaram de preço. E agora, com a desvalorização mais uma vez da nossa moeda, não se olhou para o setor agrícola.

Quero estar com V.Exa., e será uma pena que amanhã não estarão todos os Deputados presentes, porque alguns precisarão se deslocar até Laguna para participarem da sessão que será feita lá em favor da BR-101, mas com certeza os Deputados da Comissão de Agricultura deverão estar presentes.

Terminada a sessão pública que va-

mos promover em favor da agricultura, vamos dar continuidade na parte da tarde.

Nós temos que lamentar que a indústria como a do fumo, de grande importância ao nosso País e ao Sul do Estado, até pelas divisas que consegue, se negue em sentar com aqueles que são os seus fornecedores e mande recado através da imprensa, através dos jornais.

Não conheço nenhum comércio, nenhuma indústria que se recuse a sentar com seus clientes, com seus fornecedores, mas a indústria do fumo recusa-se a uma proposta que esta Casa faz - independentemente de Partido Político e de posições de um ou de outro lado -, de diálogo, para as coisas poderem andar da melhor maneira possível.

Eu dizia hoje de manhã, na Comissão de Agricultura, que não sabia o que iria acontecer no dia 19, em Santa Cruz do Sul. Talvez pela falta de sensibilidade da indústria de poder estar aqui amanhã ou de poder estar aqui em outra oportunidade, para podermos sentar com o nosso produtor.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Deputado Gelson Sorgato, gostaria de cumprimentá-lo pela sua preocupação. Esse problema do Sindifumo já vem de longa data. Deputado, fui Presidente da Agricultura em 1993.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Todo ano há uma discussão a respeito disso.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - E nesse ano nós fizemos uma reunião com os três Estados do Sul, nas Comissões de Agricultura, em Curitiba, onde convidamos o Sindifumo. Ele confirmou a sua presença nessa reunião, no entanto, descaradamente, nenhum dos representantes também apareceu naquela reunião. Isto é lamentável.

Então, acho que V.Exa. está com toda razão quando faz essa denúncia, esse pronunciamento. Temos que viabilizar ações para darmos continuidade a essa luta em favor dos fumicultores.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Agradecemos a V.Exa. pelo seu aparte, Deputado.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado, apenas gostaria de me somar à sua manifestação, até porque essa foi a tônica da nossa reunião na Comissão de Agricultura de hoje de manhã.

Também lamento a posição das fumageiras representadas pelo seu sindicato. Agora, acho que é aquilo que encaminhamos hoje: temos que fazer, da mesma forma, uma reunião, uma audiência pública, para debatermos o assunto e tentarmos forçar isso.

Já foi feito esse encaminhamento por parte da Comissão, hoje de manhã, para que o sindicato das fumageiras possa voltar atrás e sentar para negociar, até porque aquele documento dizendo que o agricultor está tendo um lucro extraordinário é realmente uma vergonha e não corresponde com a realidade.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Agradeço pelo seu aparte, Deputado Neodi Saretta.

Para encerrar, eu gostaria de aproveitar a oportunidade e colocar aqui que todos os...

O Sr. Deputado Nelson Goetten (Intervindo) - Sr. Presidente, cedemos dois min-

utos destinados ao PPB para que o Deputado possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Então, continua com a palavra, por mais dois minutos, o Sr. Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Agradeço, Deputado Nelson Goetten.

Eu gostaria de dizer que todos os Parlamentares terão a oportunidade amanhã de apresentar e ouvir os palestrantes. Depois poderemos elaborar um documento para encaminhar ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, ao Ministro da Indústria e Comércio, sobre as tarifas.

Se formos ver aqui os produtos, os insumos, os fertilizantes, os equipamentos, enfim, tiveram uma majoração, tiveram um reajuste de 42, 59% de dezembro a março.

Nós precisamos encaminhar um documento no qual o Presidente da República poderá, se quiser, reduzir as tarifas de importações para manter o agricultor produzindo. Em três meses tivemos nos fertilizantes, adubos, uréia, equipamentos mais de 50% de aumento. Depois se diz em uma cadeia de televisão que vamos ter uma inflação em um ano - é uma previsão - de 10%. De que forma? Quem será que está ganhando ou que está perdendo? Aquele que está produzindo está ganhando o suficiente, se ele paga os fertilizantes 50% na próxima safra mais caro? E o consumidor paga lá na ponta. Por isso, esse debate é de suma importância.

Eu quero agradecer ao Deputado Nelson Goetten por me conceder dois minutos do PPB.

Tenho certeza de que poderemos enriquecer amanhã essa audiência pública com a participação de todos os Deputados que puderem lá comparecer, defendendo a agricultura de Santa Catarina e as rodovias, como a BR-101, que serve para escoar a produção agrícola.

Por isso, conto com a presença de todos os Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, quero apenas deixar registrada e saudar a presença nesta Casa, no dia de hoje, do Prefeito de Imaruí, minha cidade natal, Sr. Pedro Rossenq.

Gostaria que ficasse registrada nos Anais desta Casa a nossa satisfação em ter presente na Assembléia Legislativa o Prefeito da minha cidade, Imaruí, que fica no Sul do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, agradeço ao Deputado Adelor Vieira por ter me cedido cinco minutos do seu tempo para, nesta oportunidade, registrar o telegrama que estou remetendo ao Prefeito Municipal de Rio do Sul e ao Sr. Presidente da Câmara,

tendo em vista que no dia 15 do corrente a minha terra natal, a terra dos meus pais, a terra dos meus filhos, a terra onde eu tenho o meu domicílio eleitoral, completa 68 anos de sua emancipação política.

Durante toda a minha atuação como Deputado Estadual sempre procurei privilegiar e defender o desenvolvimento da minha cidade. Rio do Sul, capital do Alto Vale do Itajaí, como outros Municípios, vem enfrentando uma série de problemas no que diz respeito, principalmente, ao problema social.

Minha terra, que sempre teve uma economia equilibrada, nunca teve grandes fortunas, mas também nunca foi miserável, surpreendeu-me nesta campanha, quando percorria a periferia e senti o problema sério da fome que assola agora, repito, a periferia daquela cidade.

Por esse motivo, nós que estávamos afastados por oito anos da vida pública e que quando lá chegávamos percorríamos o centro da cidade, não tínhamos constatado o que ocorreu agora na campanha, quando ao visitar os nossos companheiros, os nossos conterrâneos, sentimos e vimos pessoas passando fome na nossa época.

Eu pretendo continuar defendendo a minha terra, lutar pelos meus conterrâneos, juntamente com os demais Deputados que representam Rio do Sul e o Alto Vale do Itajaí e, por esse motivo, temos encaminhado diversas indicações ao Governo do Estado, solicitando uma melhor atenção àquela região e à nossa cidade.

Temos pedido o asfaltamento de ruas que dão acesso à BR-470, visando o escoamento da produção agrícola; temos pedido a construção de duas pontes que ligam a cidade à BR-470, a ampliação do Fórum, o aumento de mais duas Varas naquela Comarca, enfim, diversas obras que muito viriam amenizar o problema de nossa cidade.

Portanto, eu quero deixar registrado aqui desta tribuna o meu abraço fraterno a todos os meus conterrâneos de Rio do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o Sr. Deputado Adelor Vieira, pelo tempo que resta ao PFL.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta oportunidade queremos apenas lembrar da importância dos dois eventos que esta Casa realizará amanhã.

Como disse o eminente Deputado Gelson Sorgato, amanhã haverá uma importante reunião relativa à busca de soluções para a crise que abate os agricultores.

Esta reunião terá início já na parte da manhã e, provavelmente, se estenderá até o período da tarde, não impedindo, é evidente, que alguns dos Srs. Deputados possam, mesmo chegando um pouquinho mais tarde, participar da sessão especial, em caráter extraordinário, que esta Casa fará realizar em plena BR-101, na ponte de Cabeçudas, no Município de Laguna.

Eu quero conchamar a todos os Srs. Deputados para estarmos juntos lá.

Também quero dar ciência de algumas ações preparatórias que a assessoria desta Casa, bem como as pessoas que estão envolvidas, direta ou indiretamente, na realização dessa sessão já providenciaram.

A sessão terá início às 15h. Antes, porém, às 13h30min, faremos uma visita *in loco*, com a imprensa, embaixo da ponte de

Cabeçudas, com o apoio do Ibama, que nos cedeu duas embarcações para que os Deputados, bem como a imprensa, possam ir lá embaixo da ponte constatar a real situação da sua estrutura, umas das principais razões dessa sessão extraordinária.

Iniciaremos a reunião às 15h e, certamente, os Prefeitos e Vereadores, que já confirmaram sua presença, Presidentes de entidades, como das associações comerciais, industriais, câmaras de dirigentes lojistas, de sindicatos e de associação de moradores, estarão ali prestigiando e dando a sua colaboração a este evento.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre Deputado, inicialmente quero cumprimentar V.Exa. pela luta em prol da BR-101 - lado Sul.

A nossa região está totalmente comprometida, inclusive V.Exa. já tem conhecimento por técnicos, e essa foi uma ação fundamental para podermos discutir as questões das pontes e da duplicação da BR-101 do lado Sul.

Nós temos a confirmação, sim, das três associações - Amrec, Amurel e Amesc - e também temos a confirmação de muitas autoridades, da associação comercial e industrial e do CDL.

Então, acho que amanhã é um dia decisivo para discutirmos essas questões prioritárias. Não precisávamos chegar a este ponto, mas estamos vendo que Santa Catarina está tendo muito pouco prestígio por parte do Governo Federal. Agora, nestes últimos dias, já conseguimos alguns encaminhamentos altamente positivos em função dessa reunião que haveremos de realizar amanhã.

Por isso, Deputado Adelor Vieira, queremos fazer um apelo para que o maior número de Deputados, os 40 Deputados, se for possível, possam estar lá para defendermos Santa Catarina e o Brasil, porque a BR-101 não é só de Santa Catarina, é do Brasil, é do Mercosul.

Então, amanhã, Srs. Deputados, é um dia decisivo, um dia fundamental para a região Sul, para a vinda da matéria-prima para as indústrias e o escoamento da nossa produção para a região Norte do País.

Por isso, Deputado Adelor Vieira, esta reunião é decisiva e é fundamental a presença dos 40 Deputados, para que possamos, em bloco, definir o dia de amanhã como um grande dia para Santa Catarina.

Muito obrigado, Deputado Adelor Vieira!

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Obrigado, Deputado Manoel Mota, V.Exa. tem sido um daqueles baluartes também defensores desta causa e tem se empenhado. Aproveito também a oportunidade para agradecer, assim como aos demais Deputados, e desejar sucesso nessa reunião.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Da mesma forma, Deputado Adelor Vieira, quero parabenizá-lo pela insistente luta, pela persistência nesta questão da BR-101; e mesmo sendo da região Norte, assim como eu, morando em Joinville, V.Exa. tem demonstrado

uma preocupação com todo o Estado de Santa Catarina, que é o dever de cada Deputado desta Casa.

Quero informar também aos Colegas que o Prefeito de Imaruí estará presente. E tenho a confirmação de que a população de Imaruí e os pescadores, inclusive de barco, estarão indo amanhã para lá, para prestigiar esse importante evento que se realizará na ponte de Cabeçadas, numa demonstração de preocupação daquele Município de Laguna com esta ponte que está prestes a cair.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Obrigado, Deputado Francisco de Assis!

Recebi há pouco, Srs. Deputados, a confirmação do Prefeito de Laguna dizendo que não só ele como também a grande maioria dos Vereadores estarão presentes. Inclusive, um dos Vereadores quer apresentar uma moção. Contaremos também com a presença de todo o Colegiado do Município.

Recebi ainda a informação que Tubarão e a Câmara de Diretores Lojistas, através do seu Presidente, far-se-ão presentes, e nós estamos prevendo uma grande mobilização.

Por isso, solicitamos aos Srs. Deputados que facilitem também e se puderem estejam todos presentes neste grande dia que, sem dúvida, ficará na história do Legislativo catarinense, porque vamos tirar deste acontecimento uma moção, um produto que certamente será levado ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro dos Transportes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Francisco de Assis, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, colegas Deputados, funcionários desta Casa e profissionais da imprensa, utilizo esta tribuna no horário do meu Partido, no dia de hoje, para falar do dia de luta que o Partido dos Trabalhadores tirou em defesa do trabalho e contra o desemprego no nosso Estado.

São mais de 100 Municípios no nosso Estado, hoje, com atividades que estão sendo realizadas para denunciar a política neoliberal do Governo Fernando Henrique, que a cada dia que passa deixa mais trabalhadores desempregados, mais filhos de trabalhadores sem ter o que comer, mais empresas fechando. E por onde nós passamos, Sr. Presidente, vemos portas e mais portas fechadas, com uma plaquinha de "Alugam-se salas", porque realmente o comércio, a indústria, o pequeno empresário, enfim, todos estão indo à falência. É a política de entrega do nosso capital.

Srs. Deputados, com esse dia de luta contra o desemprego, o Partido dos Trabalhadores acrescenta a questão do Besc no Estado de Santa Catarina; coloca para a sociedade catarinense a discussão que é preciso mantê-lo sob o controle do Estado, que é o que o Partido dos Trabalhadores nesta Casa e em todo o Estado vem fazendo.

Então, gostaria de registrar neste dia importante para nós do Partido dos Trabalhadores que teremos aqui, em Florianópolis, um ato público e também um dia de distribuição de panfletos, colocando a

real situação brasileira e do nosso Estado. É com esse objetivo que ocupo hoje esta tribuna.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não! Gostaria de ceder a palavra ao Deputado Neodi Saretta, para que ele possa também tecer alguns comentários sobre esta questão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. Deputado Francisco de Assis, de fato V.Exa faz um registro fundamental, hoje, na tribuna, a respeito desta mobilização que o Partido dos Trabalhadores realiza em defesa do emprego.

Hoje, sem dúvida nenhuma, uma das questões mais cruciais deste País é exatamente o alto índice de desemprego, talvez o maior índice de desemprego que já tivemos em toda a nossa história.

Buscar formas alternativas para a geração de emprego é o que o Partido tem feito, e uma delas podemos citar: o Fundo de Crédito Popular, chamado, apelidado, conhecido popularmente como o Banco do Povo, que já está em andamento em diversos Municípios, inclusive aqui, em Santa Catarina, como é o caso de Blumenau, que aprovamos nesta Casa.

Esse projeto, de nossa autoria, versava sobre este assunto, e tivemos a informação que o Governo, na última semana, lançou um programa que, parece-me, tem como base essa proposta central de financiamento de micro e pequeno empreendimentos, conforme disposto nessa lei estadual, que, repito, aprovamos aqui, nesta Assembléia.

Agora, é preciso também que o Governo, tanto Federal quanto Estadual, possa realmente entender que a geração de empregos é fundamental e que para isto a política econômica do Governo Federal tem que ser no sentido do combate à recessão, no sentido da revisão das taxas de juros, no sentido do incentivo da micro e pequena empresa, no sentido de um novo direcionamento dessa política, visando a geração de empregos.

Creio que esta é uma grande luta que deveremos travar e, por isso, o Deputado Francisco de Assis, Líder da nossa Bancada, do nosso Partido, fez bem em tirar esse dia como um dia de mobilização, servindo também à reflexão da sociedade brasileira a necessidade da geração de mais empregos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Muito obrigado, Deputado Neodi Saretta.

Concluindo, quero dizer que não basta apenas esta Casa e o nosso Partido ficarem na crítica e na denúncia do que o Governo deixa de fazer.

Na verdade, compete também à Oposição e ao Partido dos Trabalhadores apresentar propostas concretas. E quando o Deputado Neodi Saretta colocou o projeto, de sua autoria e da Bancada do PT, no ano passado, com a possibilidade da criação do banco do povo no Estado de Santa Catarina, significa que na prática estamos construindo uma proposta para o nosso Estado.

Na última sessão realizada para discutir a questão do desemprego, fomos informados da geração de emprego, no Município de Blumenau, que o banco do povo já vem realizando.

Então, é nesse sentido, com práticas concretas, com propostas concretas, que vamos, de fato, construir alternativas para o nosso Estado e para o nosso País. E nesse sentido o Partido dos Trabalhadores, a cada momento, a cada situação, vem apresentando

propostas concretas para realizar e para possibilitar a geração de emprego, principalmente aqui, no nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Com a palavra o Deputado Sandro Tarzan, por seis minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos, nesta oportunidade, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, parabenizar a iniciativa do Deputado Adelor Vieira em relação a esta sessão que se realizará no Município de Laguna, no sentido de tentarmos trazer uma solução definitiva para o problema da BR-101, que é um problema grave e que aflige o Sul, o Norte do Estado, enfim, todo o Estado de Santa Catarina.

Tenho certeza absoluta, Srs. Deputados, de que haveremos de estar lá, se Deus quiser, para levar também a palavra do Partido Trabalhista Brasileiro com relação a este grave problema que aflige o nosso Estado de Santa Catarina.

Venho hoje à tribuna no sentido de esclarecer a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas sobre a indicação que fizemos para a inclusão da maçã na merenda escolar. Nós apresentamos a Indicação de nº 68/99, que sugere ao Governador do Estado e à Secretaria da Educação a inclusão da maçã catarinense na merenda escolar da rede estadual de ensino.

Essa indicação foi diretamente ao Secretário da Casa Civil, professor Celestino Secco, que repassou à Secretaria de Estado da Educação, e na Gerem - Gerência de Merenda Escolar -, a Sra. Maria Salete Longo Sato deu um parecer favorável, repassando para a Secretária da Educação, para que ela tomasse conhecimento desse parecer.

Então, a Sra. Secretária de Estado, Miriam Schlickmann, fez o seguinte ofício, no dia 22 de março do mês passado, ao Sr. Celestino Secco, Secretário da Casa Civil.

(Passa a ler)

"Sr. Secretário,

Cumprimendo-o, acuso o recebimento do Ofício nº 025/CC-DIAL, através do qual V.Exa. encaminha cópia da Indicação nº 068/99.

Em resposta, informo que a inclusão da maçã no cardápio da merenda escolar enquadra-se em nosso propósito de regionalização das ações do PNAE, proporcionando, ainda, a otimização da aplicação dos recursos em nosso Estado, fortalecendo e incentivando a agricultura e abrindo perspectivas para o concurso de produtos *in natura*, conforme preceituam os arts. 5º e 6º da Medida Provisória nº 1.784-1, de 13 de janeiro de 1999.

Assim sendo, esta Secretaria manifesta-se favorável à proposição em pauta e encaminha os procedimentos necessários para a operacionalização da proposta.

Atenciosamente,

Miriam Schlickmann

Secretária de Estado."

Ficamos realmente contentes com o encaminhamento que veio fazer com que a partir da operacionalização de todo esse processo consigamos ver a nossa maçã catarinense incluída na merenda escolar, favorecendo

assim o próprio Estado de Santa Catarina, as nossas crianças e os nossos adolescentes, que vão ter oportunidade de saborear uma fruta rica em sais minerais, uma fruta que contém glicose, sacarose, ácido cítrico, ácido málico, sais minerais de cálcio, fósforo, ferro e vitaminas A e C.

Isso fará com que o nosso produtor de maçã também possa ter um incremento maior para a sua produção e comercialização, principalmente daquela maçã que não é de primeira qualidade, mas que vem sem dúvida nenhuma atender às necessidades das nossas crianças e adolescentes, em relação à inclusão de uma fruta no cardápio do seu dia-a-dia.

Por isso, nobres Deputados e Deputadas, estou feliz por essa proposta ter sido aceita pelo Governo do Estado, através, sem dúvida nenhuma, da Secretaria da Educação, mas com a participação também da nossa Secretaria da Agricultura e de todos aqueles órgãos que fazem com que se operacionalize que a nossa maçã seja uma realidade na merenda escolar do nosso querido Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está reservado ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Ranzolin, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho tratar, em nome da minha Bancada, de um assunto que aflige a comunidade catarinense, especialmente os mutuários que adquiriram a casa própria financiada pela Caixa Econômica Federal e que em função dos aumentos sucessivos das suas mensalidades consignadas em seus carnês não têm mais condições de pagá-la. Inclusive, esse tema já foi levantado aqui, na Assembléia Legislativa, no ano passado.

A Comissão de Justiça promoveu um encontro com as comunidades, as associações de moradores, a direção da Cohab, com a participação da Caixa Econômica Federal, para procurarmos a solução desse problema que, eu desejo repetir, aflige e preocupa a comunidade catarinense.

O assunto foi levantado na cidade de Lages, no ano passado. Moradores de Araucária, localizado no bairro Santa Catarina, procuraram-nos, procuraram a imprensa, afirmando que estavam recebendo ações de despejo por não poderem pagar. O sonho da casa própria se transformou em pesadelo.

Muitos estavam vendendo as suas casas com uma grande inadimplência, e os compradores de boa-fé não viam possibilidade da transferência contratual.

Em debate aqui, na Comissão de Justiça, com a Cohab recebemos a informação que a inadimplência chegava à casa de 70% e que a média, na época, ultrapassava a 50%.

Veja bem, Deputado Licio Silveira, V.Exa. que me socorre trazendo um relatório que foi fornecido pela Cohab, mostrando a sua situação, constatamos que na realidade parece que não há solução para o caso. Os mutuários não estão mais pagando. E são milhares.

As reclamações vêm de Joinville, de Criciúma, de Lages, de Rio Negrinho, de Tubarão, enfim, vêm de todas as cidades

onde a Cohab construiu, e a Caixa Econômica Federal exige o pagamento de acordo com a sua orientação.

Trago este assunto para que fique registrado nesta Assembléia Legislativa o que eu entendo: que há na realidade uma omissão das autoridades para a solução do problema. Por quê? Porque a Caixa Econômica Federal no ano passado comprou do Governo do Estado toda a carteira que pertencia à Cohab.

Uma carteira avaliada em 220 milhões foi vendida pelo Estado por 100 milhões. 65 milhões ficaram retidos em títulos de FCVS, que é o fundo do resíduo que elimina o pagamento depois de vencido o prazo. E 34,8 milhões foram pagos à vista ao Governo do Estado, que ao seu turno encaminhou esses recursos para o pagamento da dívida fundada com a União.

Vejam então, Srs. Deputados, que a Cohab foi vendida, isto é, a carteira que dava sustentação à Cohab foi vendida por um preço infinitamente inferior ao que vale.

A administração atual está tendo um esforço pessoal do Governador para resgatar essa carteira. Mas vamos deixar muito claro que para que isto seja efetivado o Estado terá que abortar muito dinheiro. Pelo menos o mesmo tanto que recebeu da Caixa Econômica Federal. E agora? A Caixa Econômica Federal tem as normas e o crédito a receber. E a Cohab, que recebe R\$15,00 por contrato, tem o gerenciamento.

Então, Deputado Altair Guidi, V.Exa. que foi Prefeito, veja só, no termo da giria bem brasileira: que pepino deixaram para o Estado de Santa Catarina. A Cohab administra o inadmissível, e a Caixa Econômica Federal cobra e recebe.

A nossa contestação e as reuniões que temos feito com a Superintendência da Caixa, com a Cohab é porque no nosso entendimento a Caixa está cobrando uma mensalidade fora dos termos contratuais, pois pelo contrato entre o mutuário e a Cohab, o reajuste das mensalidades seria pela equivalência salarial.

Qual é a família de operário que nos últimos quatro anos teve aumento salarial? Quantos perderam o emprego? Quantos tiveram o salário diminuído?

A Caixa Econômica faz uma aplicação que não entendo, aumentando em alguns anos 30%, em outros anos 40%. Ela não quer, de forma nenhuma, ter prejuízo, mas a comunidade não pode e não vai pagar.

É por isso que faço hoje este pronunciamento. Inclusive, estou fazendo visitas e um apelo à Caixa Econômica e à Cohab, no sentido de que levantem a situação de cada mutuário e procurem uma solução nos termos de um provimento da Caixa, apresentado no relatório do dia 25 de fevereiro de 99, que possibilita a diminuição de até 30% das prestações, jogando a inadimplência para a frente, prorrogando os termos contratuais.

No entanto, até agora nada foi feito junto à comunidade, porque a Caixa joga a responsabilidade sobre a Cohab, e a Cohab joga a responsabilidade sobre a Caixa.

Estamos fazendo este pronunciamento porque encaminhamos documento às instituições, cobrando uma posição para que o mutuário não fique prejudicado e não perca a sua casa.

Não vamos admitir que ações de despejo tirem a casa das famílias que

desejam pagar sua casa e não podem fazê-lo em função desse impasse que acabei de relatar a V.Exas.

Contudo, afirmo que tanto a Caixa Econômica Federal, pela Superintendência, quanto a Cohab, pela sua Diretoria, têm dado atenção a esse Parlamentar; estão procurando solução, mas o impasse burocrático impede que se chegue ao povo para buscar com esse povo uma solução, evitando o despejo e que a inadimplência fique cada vez maior.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário destinado ao PPB, fará uso da palavra o Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para falar, em nome da nossa Bancada, que é notícia que o Governador Esperidião Amin está em Brasília, assinando o termo do início de um convênio que se implantará em Santa Catarina, que é o Banco da Terra.

O Banco da Terra, no nosso entender, será o mecanismo que fará uma grande revolução na agricultura, em termos de assentamento do cidadão na terra.

Acredito que com o Banco da Terra vamos de fato poder racionalizar os recursos e tirar proveito daquilo que é investido na agricultura.

Por muitos anos tenho acompanhado o esforço, o movimento e o sacrifício do Movimento Sem Terra. É um movimento caríssimo, com resultados muitas vezes questionáveis, porque entendíamos que enquanto estávamos assentando e fazendo um grande esforço de investimento para assentar milhares de famílias na terra, por certo esquecíamos de dizer que milhares de famílias iam embora porque já tinham sua terra.

Portanto, esse programa de assentamento virá amenizar muito as dificuldades daquele que não possui terra; pelo menos temos a oportunidade de oferecer terra ao filho do agricultor, ao arrendeiro e ao meeiro que tem a vocação nesse segmento. Ai vamos encontrar, de fato, resultados.

Vem ao encontro da sociedade catarinense o Banco da Terra. E nós queremos aqui, em nome da nossa Bancada, dizer à nossa gente, nesta importante oportunidade, que se está fazendo um trabalho com a equipe do Governo Esperidião Amin para revermos de fato como se faz agricultura em Santa Catarina.

Precisamos reorganizar a comunidade agrícola. A comunidade agrícola precisa de reorganização, e se for para falarmos de agricultura, temos que repensar muito o que está acontecendo em termos de agricultura em Santa Catarina. Um cidadão, hoje, proprietário da sua terra não manda mais nem no que tem. Basta vermos o que acontece com um cidadão, hoje, que quiser tirar um cabo de ferramenta de cima da propriedade que já é dele; se ele quiser tirar um pedaço de madeira para o esteio do galpão, ele não pode mais; se o filho casou, ele não pode mexer em um pedaço de madeira daquilo que é dele, se não pagar os R\$250,00 de taxa para o Ibama. Está pagando em cima do que é dele. Isto não pode ser certo.

Contestamos e entramos com um projeto aqui, na Assembléia, pedindo que o cidadão seja isentado da taxa para aquilo que usa em cima da sua propriedade. E se

quisermos falar de agricultura, temos que rever que também desestimulamos o agricultor quando vemos esta indústria da multa que foi constituída em Santa Catarina. Se quisermos falar de agricultura, temos que começar um projeto pelo começo, reorganizar a forma de fazer agricultura em Santa Catarina. E essa experiência no nosso Governo é comandada pelo Deputado Odacir Zonta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica às autoridades de Rio do Sul, parabenizando a comunidade riossulense pelo transcurso do 68º aniversário de emancipação política a ser comemorado no dia 15 do corrente mês.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica às autoridades de Timbó Grande, parabenizando-as pelo 10º aniversário de emancipação política do Município.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de, com a permissão do ilustre Deputado Adelor Vieira, co-assinar o requerimento direcionado à nossa querida São Francisco do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a anuência do Deputado Adelor Vieira, está subscrito o requerimento.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica às autoridades de São Francisco do Sul, parabenizando-as e o povo franciscuense pelos 495 anos de patrimônio histórico nacional e pela 11ª Festa das Tradições da Ilha.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Queria pedir a permissão desta Presidência e do Deputado Adelor Vieira para subscrever o requerimento dirigido ao povo de São Francisco do Sul, cidade que também tenho a honra de representar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - O Deputado Adelor Vieira concorda com a sua subscrição, e a Presidência defere.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Teka Tecelagem, cumprimentando-os pelo sucesso da semana de segurança e saúde, integrada com a comunidade, realizada de 5 a 9 do corrente, em Blumenau, Indaial, Artur Nogueira, Sumaré e Passos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, solicitando o envio de mensagem telegráfica à direção da Telesc, pedindo a instalação de uma nova e moderna central telefônica no Município de São Cristóvão do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Jaime Duarte, solicitando a constituição de uma Comissão Especial Temporária Externa, composta por cinco membros, para discutir medidas em curto prazo para a geração de empregos e rendas em Santa Catarina.

Em discussão.

Com a palavra, por até dez minutos, o Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de fazer uma justificativa da presente proposição em forma de requerimento para que possamos, após a aprovação dos nobres Pares, criar uma Comissão Especial Temporária para discutir a questão da geração de empregos e rendas aqui no Estado de Santa Catarina.

Uma das coisas que tem me preocupado se refere exatamente ao mundo do trabalho, ao mundo da ocupação, aos novos momentos que nós estamos vivendo na questão do emprego.

Esses são números que nos assustam, são desafios enormes que são colocados diante de nós, na medida em que postos de trabalho, especialmente nas indústrias, são fechados diariamente sem perspectivas de compensação em outros campos da atividade produtiva.

Apenas para citar um exemplo, na Alemanha, nesses últimos anos, foram fechados quatro milhões de postos de trabalho, e no Brasil, hoje, estamos com mais de seis milhões de trabalhadores desempregados. Enquanto isso cresce a população economicamente ativa, sem nenhuma perspectiva de geração de empregos.

Gostaria de citar um outro número que considero alarmante. No mês de dezembro passado, no nosso Estado, segundo os dados da Fiesc, 11 mil postos de empregos foram fechados em nosso Estado.

Outro dado também que nos preocupa, apesar de reconhecermos que o Plano Real trouxe avanços no que se refere às conquistas sociais, é o que se refere especificamente ao trabalho. Isso nos preocupa demasiadamente.

Foram fechados no Brasil, de 1994 para cá, em torno de 46.277 postos de trabalho. Isso significa que o emprego na indústria no nosso País está desaparecendo, e há estudos na área literária de que o emprego formal no mundo, a médio prazo, vai desaparecer.

Um exemplo típico que nós podemos citar aqui é a questão dos bancários. Discutiu-se aqui nesses últimos dias a questão do Besc, e isso nos traz um raciocínio, uma meditação, porque o bancário é um profissional em fase de extinção. Nós temos o ferreiro do passado, nós temos o ferreiro de hoje. Quem sabe daqui a 30 anos não vamos ter mais a figura do profissional bancário, fruto dessa revolução técnico-científica que faz com que a modernidade feche os postos de trabalho, especialmente aqueles que dizem respeito à mão-de-obra.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. Deputado Jaime Duarte, V.Exa. traz um assunto de mais alta importância, que é esse debate sobre o desemprego. Inclusive, eu queria dizer que quanto à proposição de V.Exa. da criação de uma Comissão Parlamentar

Externa, esta Casa na Legislatura passada teve uma Comissão desta natureza atuando. Naquela ocasião tive a oportunidade e a satisfação de presidir aquela Comissão, tendo o Deputado Jaime Mantelli na Relatoria, que realizou um trabalho, no nosso entendimento, muito importante, inclusive de diagnóstico e de apresentação de propostas de geração de emprego em Santa Catarina.

Eu creio que V.Exa., de uma forma muito oportuna, reascende esse debate e traz novamente essa questão de reativarmos ou criarmos novamente uma Comissão Parlamentar Externa para debater isso.

Eu quero dizer que me como a V.Exa. e que, sendo constituída essa Comissão, colocarei o meu nome à disposição da minha Bancada para ser indicado para participar, dada a importância que terá essa Comissão no debate da questão do emprego em Santa Catarina.

Portanto, eu parabenizo V.Exa. por trazer esse assunto. E tenho a certeza de que, constituída a Comissão Parlamentar Externa, poderemos, de uma forma ampla e com uma participação da sociedade catarinense, buscar alternativas para a geração de empregos, somadas àquelas, resgatando, inclusive, aquelas já apresentadas anteriormente pela Comissão que atuou na Legislatura passada.

Parabéns por V.Exa. trazer esse assunto neste dia.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Eu agradeço ao Deputado pelo seu aparte. E com certeza absoluta a experiência da Legislatura passada, que já compôs uma Comissão neste sentido, vai ser de enorme utilidade como subsídio e até como experiência para que possamos, se for aprovado este requerimento, atuarmos da forma mais construtiva possível.

Eu quero agradecer pelas palavras, sempre importantes, do nobre Deputado e dizer que, se compormos juntos essa Comissão, eu terei um enorme prazer em trabalharmos juntos.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Jaime Duarte, queremos parabenizá-lo pela sua iniciativa de criar aqui uma Comissão Parlamentar Externa em relação a esse problema muito sério que assola Santa Catarina, que assola o País e que é um problema em nível mundial.

Temos certeza absoluta, Deputado, de que haveremos, com V.Exa. à frente desse trabalho da Comissão Parlamentar Externa em relação ao nosso desemprego, de fazer com que Santa Catarina possa ter melhores dias em relação a esse problema muito sério, que é o problema do emprego.

Eu, como faço parte do Partido Trabalhista Brasileiro, que também defende o capital e o trabalho juntos, no mesmo patamar, para que tanto o empregado quanto o empregador tenham as condições necessárias para que se possa conviver em paz, peço a V.Exa. a sua deferência para que o Partido Trabalhista Brasileiro, que é composto por este Deputado somente, também possa fazer parte dessa Comissão que, tenho certeza absoluta, fará com que tenhamos uma consciência maior de todo o Parlamento catarinense, de toda a

comunidade catarinense, em relação ao problema do desemprego aqui, no nosso Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Eu agradeço a V.Exa. pelo seu aparte. E sinceramente vejo com grande simpatia a presença do representante do PTB numa Comissão com tamanha importância e tamanha responsabilidade.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Rapidamente, Deputado, gostaria de cumprimentá-lo pela iniciativa. Realmente a questão do emprego é um problema muito grave, principalmente na agricultura.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de saudar os Prefeitos do Alto Vale que estão presentes hoje na Assembléia: o Presidente da Amavi, Prefeito de Ituporanga, Luiz Ademir Hessmann, como também o Prefeito de Agrolândia, Sr. Dieter Grimm, juntamente com o Prefeito de Petrolândia, meu amigo Melvi Weber. Eles estão aqui, em uma reunião da Fecam, discutindo os problemas sobre a próxima eleição da Fecam, como também assuntos referentes à reforma tributária que está sendo discutida no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Deputado!

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Agradeço pelo seu aparte, Deputado.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Eu quero parabenizá-lo, Deputado Jaime Duarte, até porque sei da sua luta - pois já o conheço da Câmara de Vereadores, onde estivemos juntos, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores - e afirmar o nosso apoio integral a essa Comissão.

Com certeza vamos participar, e pela experiência que tem, o Deputado Neodi Saretta com certeza também participará. S.Exa. tem toda a capacidade e condição de contribuir bastante, se assim for o desejo do Companheiro de participar dessa Comissão.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Agradeço pelo seu aparte, Deputado Francisco de Assis, e podemos dar o testemunho da sua luta no movimento sindical, no movimento popular, em Joinville, que é uma das cidades que mais sofre com a questão do desemprego.

Com certeza absoluta, em nossa cidade temos mais de 30 mil desempregados. O emprego em Joinville sempre foi calado na indústria. É evidente que com todo esse processo de automação a consequência é muito mais séria.

Empresas como a Fundação Tupy, que já teve mais de nove mil empregados; o grupo Hansen, que teve mais de seis mil empregados, está com 1.500 empregados.

O impacto do desemprego numa cidade com as características de Joinville é um problema muito sério, exatamente porque não temos o emprego emergente no comércio, na área de serviços e no turismo, como em outras cidades como Florianópolis.

Então, o Deputado tem toda a razão em nortear a discussão para uma discussão importante e meritória para o nosso Estado.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol -

V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Deputado, é só para lembrá-lo de que como Autor do requerimento V.Exa. tem mais dez minutos para, tranqüilamente, esgotar essa discussão, que eu acho de fundamental importância.

Analisando as intervenções, três Deputados já colocaram seus nomes à disposição. Então, parece que a sua iniciativa vem ao encontro do anseio que existe nesta Assembléia Legislativa.

Hoje, sem dúvida, o problema do desemprego neste País é um problema de vida ou morte, um problema crônico, um problema que tem relação com a violência urbana, que está crescendo; que tem relação com a quebra de empresas, que tem relação com as dificuldades por que passam as Prefeituras.

Então, é realmente uma iniciativa louvável, e pode contar com o meu irrestrito apoio. Parabenizo V.Exa. por essa iniciativa.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Agradeço pelo aparte, Deputado Afonso Spaniol.

Gostaria, não me estendendo muito, de dizer que o Poder Legislativo de Santa Catarina, na medida em que se insere na discussão de temas dessa natureza, também como um fórum de debates, de solução, fica engrandecido.

É importante que não fiquemos apenas votando projetos de lei, que também têm a sua importância, e outras proposições, mas que ao mesmo tempo consigamos fazer do Parlamento de Santa Catarina um espaço de discussão, um espaço aberto para a vinda de lideranças sindicais, empresariais, enfim, de entidades que movimentam a economia do nosso Estado para que, juntos, possamos encontrar saídas, porque a palavra de ordem hoje é encontrar saídas para esse grande desafio que é a geração de empregos no Brasil e até no mundo.

Experiências como a da Alemanha são importantíssimas; um movimento que se chama aliança pelo emprego, é uma aliança na Alemanha para resgatar uma discussão em busca de soluções para empregos. E eu acho que deveríamos trabalhar também nessa linha, na linha de um pacto social, na linha de uma grande aliança, reunindo setores produtivos e setores do trabalho, setores públicos, para que possamos encontrar saídas, porque o flagelo do desemprego é uma das coisas mais difíceis de serem enfrentadas, com consequências seriíssimas no âmbito da marginalização, da criminalidade e da exclusão de qualquer direito mais básico que seja na linha social.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Deputado Jaime Duarte, gostaria de cumprimentá-lo pela feliz iniciativa mormente no momento em que estamos vivendo, onde de cada dez pessoas que nos procuram oito vêm em busca de emprego, e no momento em que o nosso Governador também envia a esta Casa um projeto de lei que possibilita alguma vantagem ao setor empresarial, quando ele realmente proporciona a geração de novos

empregos.

Eu acho que V.Exa. está certo. E tenha certeza de que essa Comissão alcançará os objetivos que V.Exa. se propõe, ainda mais agora ouvindo essas últimas referências, ou seja, que deverão ser convidados os empresários, os sindicatos e toda a sociedade organizada, para discutir essa questão e buscar uma saída para esse problema que cada vez mais vem destruindo a nossa sociedade.

O desemprego realmente é uma coisa muito séria, penaliza todos indistintamente, sem qualquer distinção de credo, de categoria, de raça, de cor; todos estão passando por esta dificuldade.

Parabéns, e eu tenho certeza de que V.Exa. terá todo o apoio desta Casa, dos novos Pares e principalmente deste Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Deputado Adelor Vieira, obrigado por suas palavras que, eu tenho certeza, qualificam o debate deste Parlamento em cima de um assunto que V.Exa. também considera importante até que tenha uma atuação na área social. V.Exa. sabe que os reclamos da população são na grande maioria nesse sentido.

Significa dizer então que há uma demanda reprimida, há um desemprego bastante grande em percentuais que não podemos aceitar. Precisamos trabalhar para diminuir.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o Deputado Jaime Duarte pela idéia brilhante de vir na tarde de hoje apresentar esse requerimento, criando um instrumento em defesa do trabalho.

Eu acho que Santa Catarina e o Brasil vivem um momento muito difícil na economia brasileira. A tecnologia implantada, os computadores, fez com que o emprego fosse embora em massa, e nós precisamos buscar alternativas.

Em nome da Bancada do PMDB tenho a certeza de que vamos indicar um Companheiro nosso para participar dessa Comissão, que com certeza vai ter a grande responsabilidade de buscar algumas alternativas para Santa Catarina.

O nosso trabalhador, tanto na área da agricultura, como o trabalhador do perímetro urbano, está passando por momentos difíceis. E precisamos encontrar instrumentos que dêem alguma oportunidade de criar e gerar trabalhos.

Eu acho que essa Comissão tem um papel fundamental. Quero cumprimentar V.Exa. pela sua iniciativa.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Eu agradeço ao Deputado e espero que a curto prazo nós consigamos, através das Lideranças, compor uma Comissão operosa, interessada, criativa, para que possamos enquanto Poder, na verdade, não é uma atração de mérito individual, mas enquanto Poder darmos uma contribuição social para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedit - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Pois não, sabidamente V.Exa. tem uma atuação também na área social, no Direito até, que é com certeza uma contribuição enorme no que se refere à revisão da legislação trabalhista, que na minha avaliação tem que sofrer um processo de modernização para ser atualizado aos dias de hoje.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Sr. Presidente e Srs. Deputados, já ocupamos esta tribuna por cinco vezes sucessivas para discutir e levantar a questão do trabalho, do desemprego, do emprego e da renda em nosso Estado.

Um Estado como Santa Catarina, criativo diante das dificuldades que sempre teve o mundo e o Brasil, sempre foi pioneiro em ter criatividade de saber se sair bem dessas dificuldades.

Por isso, Deputado, fico satisfeito em ver V.Exa. preocupado com este tema fundamental para nós, para o mundo e para o Brasil, em especial para a nossa gente de Santa Catarina, à qual nós, Parlamentares, temos a responsabilidade de apresentar mais uma solução, de demonstrar a nossa preocupação e de irmos ao encontro de soluções para que possamos enxugar as lágrimas de muitas famílias. Que venham, pois, os seus pais, enfim, os membros da sua família e os mantenedores delas sem emprego, sem trabalho e sem pão à mesa.

Por isso, a nossa responsabilidade, Deputado Jaime Duarte. V.Exa. tem posição progressista, e nós, que pensamos desta forma, estaremos ao seu lado nesta luta, na qual achávamos que estávamos solitários. Mas vemos agora V.Exa. também imbuído nesta conquista por melhores dias para os desempregados do nosso Estado.

Queremos lembrar que nesta Casa, por sugestão nossa, a Presidência acolheu e já está encaminhando um grande seminário, quando virão autoridades de nível mundial, para encontrarmos soluções segundo as nossas realidades, sem irmos atrás de soluções mirabolantes que custam bilhões de dólares mas, sim, com os nossos recursos, aproveitando os recursos humanos e naturais, para encontrar soluções para a saída do desemprego.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Agradecemos pelos subsídios que trouxe ao pronunciamento e o conhecimento que demonstra ter, até porque vem de Criciúma, uma região que precisa encontrar um rumo de modelo econômico.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Jaime Duarte, o tempo de V.Exa. está quase se esgotando, mas eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para parabenizar o amigo. E fico feliz que os Companheiros desta Casa e as pessoas de um modo geral comecem a conhecer como V.Exa. trabalha e como mostra realmente serviço.

Conhecemos V.Exa. da Câmara de Vereadores de Joinville e estávamos muito triste porque Santa Catarina e a maioria das pessoas conheciam o Deputado Jaime Duarte através de problemas e intrigas de jornais, não conheciam o cidadão Jaime Duarte, que trabalha pelo interesse da comunidade, agora, de uma maneira mais ampla, nesta Casa.

Fico muito feliz de ver o Deputado Jaime Duarte mostrar o seu trabalho em coisas que são de utilidade da nossa gente e os projetos que vão engrandecer muito mais não só a sua pessoa como todos nós.

Essa sua intenção encontra por parte deste Deputado a maior receptividade. Tudo aquilo que estiver ao meu alcance farei para ajudá-lo, até porque representamos uma cidade onde o operariado é o essencial da nossa população e está sofrendo como ninguém o problema do desemprego.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Quería agradecer pelo seu aparte e dizer que V.Exa. chegou a esta Casa com votação estrondosa.

Nobre Deputado, não estamos aqui para jogar confetes um no outro, mas a recíproca da consideração é bastante verdadeira.

Quería solicitar que os nobres Deputados aprovelem esse requerimento, para que nós, enquanto Liderança, possamos implementar a constituição dessa Comissão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a constituição de uma Comissão Especial Temporária Externa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, solicitando que a Mesa da Assembléia Legislativa realize sessões em Municípios catarinenses, localizados nas proximidades da BR-101 e da BR-116, tendo como objetivo ampliar as discussões e as ações no sentido de impedir a paralisação das obras de duplicação da BR-101, bem como a conservação de pontes e viadutos que hoje comprometem seriamente a segurança dos veículos nas rodovias. E como sugestão para o início da interiorização indico pela ordem os Municípios de Joinville, de Itajaí e de Laguna.

Em discussão.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o Autor, Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, as notícias da queda de pontes na BR-101, as notícias da paralisação da duplicação e as notícias da paralisação das obras na BR-116 vão levar o Estado de Santa Catarina a uma situação profundamente lamentável. As obras que estão concluídas, ou os trechos concluídos, vão sofrer uma deterioração.

A nossa situação com respeito ao Governo Federal é absolutamente lamentável. O nosso Estado é o 5º em arrecadação de tributos federais, mas no entanto não tem recebido a atenção do Governo Federal. A maior prova disso é o descaso com as nossas rodovias, como agora recentemente com a duplicação da BR-101.

Amanhã a Assembléia Legislativa estará em Laguna, sob o comando do nosso Presidente, para lá realizarmos um ato, uma sessão da Assembléia, para nos associarmos às comunidades catarinenses que pedem socorro. Não sabemos qual é a próxima ponte que vai ruir, ou qual o próximo obstáculo, mas sabemos que se não nos movimentarmos, vamos ter grandes dificuldades, porque o Governo Federal não vai liberar os recursos orçamentários necessários para a conclusão da duplicação da BR-101, no trecho Palhoça/divisa com o Paraná.

Por isso, estamos sugerindo que esta Assembléia Legislativa se desloque e vá ao encontro da comunidade, a exemplo do requerimento do Deputado Adelor Vieira, aprovado aqui, que se transformou em um requerimento de toda a Casa.

A sugestão do nosso requerimento é voltarmos, quando um assunto grave exigir a nossa presença, à interiorização. Fizemos isso

começando por Chapecó, quando o Estado de Santa Catarina estava ameaçado de se dividir; fomos depois a Criciúma, a Rio do Sul, a Lages e a Tubarão. E nestes Municípios a sociedade catarinense nos recebeu de braços abertos. A nossa sugestão à Mesa é que a Assembléia Legislativa escolha uma data, combine com as Lideranças de Joinville, e faça naquela cidade uma sessão de interiorização para discutirmos o grave problema da BR-101.

Tenho certeza de que vamos tirar grandes repercussões dessa iniciativa. Posteriormente fica como sugestão à Mesa, e a Casa poderá decidir sobre reuniões em outros Municípios. É apenas uma sugestão, mas o nosso requerimento sugestivo só encontrará eco, ressonância e apoio se for realmente uma iniciativa de todas as Lideranças, de todos os Partidos; e conseguiremos mobilizar, tenho certeza de que sim, a sociedade que visitarmos.

Acredito que esse é o nosso dever, porque de nada vai adiantar o nosso discurso aqui sem a participação da sociedade civil organizada, dos Vereadores e dos Prefeitos, que têm a responsabilidade de administrar os Municípios que margeiam as BRs 101 e 116.

Outros problemas temos a resolver, e acredito que a Mesa poderá elencar esses problemas e tomar a decisão de qual o Município que deve ser visitado.

Meu requerimento tem o objetivo único e exclusivo de trazer sugestões para que o nosso discurso não fique apenas aqui, mas que possa ser levado às comunidades dos Municípios que se encontram mais angustiados e das comunidades que pedem socorro em um momento tão difícil.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Deputado Ivan Ranzolin, a sua preocupação é meritória. Porém ela suscita também uma reflexão. Eu me pergunto, a essa altura onde está o peso político das Lideranças catarinenses em Brasília?

Como V.Exa. falou que também precisa do envolvimento das comunidades e da sociedade, eu gostaria de dizer o seguinte: para resolver as questões pontuais, problemas específicos, aí, sim, poderemos realizar sessões para aqueles problemas específicos. Agora, tenho minhas restrições quanto, de uma maneira genérica, realizarmos sessões no interior do Estado apenas por realizar.

Também queria incluir, já que V.Exa. citou a BR-101 e a BR-116, também, por que não, a BR-282, que também está parada no trecho entre Lages e Campos Novos, já que o assunto específico neste momento são as BRs, as estradas, as rodovias do Estado. Então, que já se pensasse e incluísse como preocupação a BR-282.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu agradeço pelo aparte de V.Exa. e devo dizer que o nosso requerimento apenas sugere que a Mesa levante os problemas específicos e que trate, objetivamente, desses problemas. Citei como exemplo a questão da BR-101 porque estamos acompanhando, estamos ouvindo os discursos, estamos ouvindo as lamentações e as preocupações.

A BR-282 não inclui no requerimento porque ela está conveniada com o Estado, e para buscarmos objetivamente os recursos federais, teremos que desistir do convênio e entregar esta estrada ao convênio do Estado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não! Acho que o requerimento veio para ser discutido, aprimorado, porque ele tem apenas o condão de sugerir.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Acho que quanto à definição da Assembléia de fazer uma sessão junto à BR-101, discutindo pontes, discutindo a duplicação, poderíamos ampliar o debate e trazer nessa sessão as outras BRs - a 116, a 282 -, a discussão das estradas, das rodovias, no Estado de Santa Catarina.

Agora, sinceramente, quero me manifestar contrário a este requerimento, porque senão vamos, enquanto Casa, banalizar o processo de discussão.

Srs. Deputados, imaginem se o Deputado Heitor Sché, que fez o pronunciamento sobre a dificuldade social de Rio do Sul, o desemprego, a miséria, também requeresse que a Assembléia se deslocasse para Rio do Sul, à região de Lages, à região de Chapecó, com tantos problemas que existem para discutir.

Eu penso que a proposição é meritória e que poderia ser contemplada no encontro de amanhã. Enquanto político desta Assembléia, que se desloca para discutir a questão das BRs, das rodovias, posiciono-me contra a novas audiências, a novas sessões da Assembléia para discutir a questão de rodovias, uma vez que o próprio Deputado Jaime Duarte trazia aqui uma Comissão Especial Temporária para acompanhar a questão do desemprego, outra Comissão Externa para acompanhar o Besc, e assim por diante.

Estamos levantando essa preocupação de V.Exa., que acho meritória, no sentido de trazer esse debate da BR-101, mas eu acredito que uma Comissão indo para Brasília, junto ao Ministro dos Transportes ou junto ao Governo Fernando Henrique Cardoso, para definir politicamente a duplicação e a solução das pontes, acho que dará mais resultado, porque é lá que eles têm a caneta na mão e a decisão política de duplicação dessa BR.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu acolho o aparte de V.Exa.

Na realidade, o nosso requerimento é apenas uma sugestão para que a Mesa escolha os temas e a possibilidade de encaminhar essas reuniões.

Eu só estranho que V.Exa., que defende tanto o debate popular, que defende tanto a participação da sociedade, realmente se posiciona contra esse requerimento, porque ele visa objetivamente um debate com a sociedade. Os temas serão eleitos pela Mesa e não por nós. Mas é um direito que V.Exa. tem de discordar. Aliás, são raríssimas vezes que tenho encontrado apoio em V.Exa. às nossas proposições, talvez realmente por termos ideologias diferentes; mas não podemos ignorar que o povo e a comunidade sempre desejam soluções. E o que eu estou propondo é irmos ao encontro do povo, já que o povo não pode vir à Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Ivan Ranzolin, queremos parabenizá-lo, pois sabemos do seu trabalho em relação à nossa região serrana e a todo o Estado de Santa Catarina. Realmente, V.Exa. vem com uma sugestão, não é um requerimento fechado, é um requerimento que vem fazer com que a Mesa tome algumas providências em relação a um problema muito sério, que é o

problema das nossas rodovias federais.

Neste final de semana eu tive a oportunidade de passar pela BR-470 e vi também o descaso em relação àquela BR. Há lugares, Deputado, que não têm acostamento. Uma BR em nível nacional, quer dizer, uma BR que leva o nome do Governo Federal não tem nem acostamento?

Passei também pela BR-282. Inclusive, fiz aqui um requerimento para o DNER, porque é um absurdo o que está acontecendo na nossa BR-282, onde V.Exa. passa sempre, aquele trecho da Serra da Boa Vista, onde já retiraram também uma parte do asfalto e não tem sinalização nenhuma.

Depois vimos também a BR-116, que é um descalabro total. Nós passamos por lá. Também passa pela nossa região, passa por Lages, corta a região serrana. Agora, também temos um caso urgente, que é a BR-101.

Por isso, parabênizo V.Exa. Sou um parceiro em todas essas lutas, porque acima de tudo Santa Catarina tem que ter o respeito do Governo Federal; que o Governo Federal venha a dar pelo menos um pouco daquilo que nós contribuimos para com este País, para com o Brasil. E tenho certeza absoluta de que é uma vontade do Brasil, mas não está tendo a vontade daqueles que comandam o nosso querido Brasil.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu acolho o aparte de V.Exa. e além de concordar gostaria de acrescentar, Deputado Sandro Tarzan, que a BR-470 já tem concessionários. Hoje já existe, além da licitação, um contrato assinado. Várias empresas venceram a concorrência, e a estrada está dependendo apenas de uma decisão do Governo. Mas ela tem a possibilidade de receber já, a partir do próximo mês, tendo a ordem de serviço, a recuperação e a duplicação da maior parte dessa estrada. Mas do jeito que ela se encontra realmente é profundamente lamentável - não só essa, como também as demais estradas.

A BR-282, nesse trecho que V.Exa. citou, chega a causar espécie pelo estado em que se encontra. O perigo é imenso, quando se viaja à noite, com chuva, não se sabe aonde anda. E olha que foi feita uma camada de asfalto nova. Mas não tem sequer sinalização. E aí temos que realmente encaminhar uma reclamação ao nosso Secretário dos Transportes e Obras, porque ela está conveniada com Santa Catarina. Já encaminhei esse pedido ao Deputado Leodegar Tiscoski, Secretário dos Transportes e Obras, para que ele exija da empresa, da empreiteira que realizou as obras, a sua sinalização e a conclusão do trecho pelo menos de onde foi retirada a capa asfáltica.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Quero agradecer pelo aparte que V.Exa. me concede e dizer, Deputado, que com relação à BR-470, nós, que somos originários também da região do Alto Vale do Itajaí, temos manifestado esta preocupação, inclusive, como o processo licitatório ocorreu no ano passado. Inclusive, já tivemos a oportunidade de nos manifestar a respeito.

Sabemos que a Secretaria dos Transportes e Obras está reavaliando toda esta situação da concessão da BR-470, pelo afogadilho com que foi encaminhado o processo e pelo valor absurdo que se

pretende cobrar no pedágio.

Não é possível admitir que uma viagem de Campos Novos a Navegantes custe para o usuário algo em torno de R\$25,00. Esse é um valor absurdo, impraticável; eu acredito que é um dos pedágios mais caros do mundo o valor consignado naquela licitação.

Por isso, a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras está reavaliando, mas ainda não tem uma posição concreta sobre aquele processo licitatório. Enquanto isso o Governo Federal diz que não tem mais responsabilidade com a BR-470; o Governo do Estado na realidade assumiu apenas para operacionalizar todo o processo licitatório da concessão, e a rodovia está em situação precária.

Agora, tenho utilizado muito aquela rodovia, mas não posso aceitar a demagogia que tenho ouvido de alguns Prefeitos do Alto Vale do Itajaí, principalmente daquele do Município de onde sou originário, Pouso Redondo, que tem nos acusado, acusado a nossa administração, acusado o nosso Governo, responsabilizando o nosso Governo como se fôssemos os culpados pela situação precária da BR-470.

Então, é preciso discutir esta questão com responsabilidade. Eu acho que não é hora do primeiro mandatário do Município agir com tamanha demagogia, como tenho acompanhado pela imprensa do Alto Vale do Itajaí, com ameaças infundadas, como tenho ouvido. É preciso discutir essa matéria com muita responsabilidade, e é a isso que nós nos propusemos.

Por isso, a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras está reavaliando. Inclusive, seria necessário que aquele Prefeito tivesse participado do processo licitatório, até porque o encaminhamento foi dado pelo detentor do cargo que era exatamente do Partido ao qual ele pertence.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu agradeço pelo aparte.

O Deputado Sandro Tarzan gostaria de esclarecer algum assunto?

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Ivan Ranzolin, em relação à BR-470, realmente ela está em um processo de concessão, mas o que me traz como preocupação, Deputado, é o momento, é a hora que nós estamos passando agora.

Quantas vidas estamos perdendo ali por não ter um acostamento?! Eu, como jovem que sou, acredito que seja um pouco de irresponsabilidade do próprio Governo Federal, que faz uma concessão e deixa todo esse tempo uma estrada naquele estado, sem sinalização em vários lugares. Passei por lá com chuva, à noite, e realmente é muito perigoso.

Em relação à BR-282, foi feito um convênio com o Governo Federal e o Governo do Estado, mas também, e quero falar no presente, no agora, está totalmente parada aquela obra, aquela estrada, a qual tem a responsabilidade do Governo Federal.

Não adianta só fazer o convênio. É preciso fazer com que esse convênio faça aquilo que ele prevê, e o que ele prevê é a continuidade dessa obra tão importante para a nossa região, para Santa Catarina. Mas não existe a mínima sinalização, sequer aquelas flechas que nos guiam. Quer dizer, você chega lá e fica totalmente perdido. À noite, com neblina, você fica totalmente perdido, arriscado a cair num barranco. Esta é a grande verdade.

Então, o que me preocupa, Deputado, realmente, é o momento que estamos vivendo agora, é o descaso que temos tido do Governo Federal. E, infelizmente,

cá entre nós, temos um Ministro dos Transportes que é nosso vizinho, mas parece que não sabe tratar bem aquele que convive ao seu lado, que é o Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Deputado Sandro Tarzan, então V.Exa. vai nos dar razão, porque a nossa proposição tem o objetivo de que o nobre Deputado diga isso numa audiência pública e seja ouvido pelas entidades organizadas, pelos Vereadores, pelos Prefeitos, com a participação da comunidade, porque ela tem que estar junto participando do processo.

É por isso, Srs. Deputados, que nós sugerimos que a Assembléia Legislativa interiorize as suas ações, para que possamos falar com aqueles que estão vivamente interessados na solução desses problemas.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Deputado Ivan Ranzolin, já que V.Exa. estava discutindo o requerimento que versa sobre a interiorização, eu gostaria de sugerir uma alteração no seu requerimento, tendo em vista que cita ali as cidades de Joinville, Itajaí e Laguna. Considerando que já estaremos fazendo amanhã a sessão em Laguna, principalmente na questão referente ao tema da BR-101, eu sugeriria a substituição de Laguna por qualquer Município pertencente à região da Grande Florianópolis, porque na questão da duplicação, Joinville e Florianópolis são os dois pontos de estrangulamento que realmente merecem uma atenção especial.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Deputado Adelor Vieira, V.Exa. estava ausente, mas eu deixei claro que era apenas uma sugestão. Fica para a Mesa decidir, é uma questão que tem de partir da Mesa. O nosso requerimento não é imperativo, tem apenas a finalidade de sugerir e abrir uma discussão sobre as possibilidades.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Então, no devido tempo, nós poderemos aperfeiçoar a discussão.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - No devido tempo a Mesa vai discutir e analisar. E se ela achar que não será produtivo, não há necessidade de realizar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sandro Tarzan.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, gostaríamos de saudar os Prefeitos que aqui se fazem presentes: o Prefeito de São José, Dário Berger; o Prefeito de Urupema, Auro Ramos; e o Prefeito de Capão Alto, Tito Pereira de Freitas.

Sejam bem-vindos à nossa Casa Legislativa e tenham uma boa estada na Capital de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A Presidência registra, com muito prazer, a presença dos nobres Prefeitos citados pelo Deputado Sandro Tarzan.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Antes de colocar em votação o

requerimento do Deputado Ivan Ranzolin, gostaria de dizer a V.Exas. que um dos projetos da Mesa Diretora, e com certeza dos quarenta Deputados, é a exteriorização dos trabalhos da Assembléia Legislativa. A idéia é levar a Assembléia Legislativa ao encontro dos problemas que forem acontecendo no nosso Estado.

Por iniciativa de vários Deputados, estaremos amanhã na região Sul, mais especificamente no Município de Laguna, para realizar a primeira sessão especial de exteriorização dos trabalhos da Assembléia Legislativa, a fim de tratarmos de um assunto de suma importância para o nosso Estado, como a duplicação da BR-101 e outros problemas localizados no Sul do Estado.

Então, é um objetivo, e nós vamos, com certeza, colocá-lo em prática.

Com relação ao requerimento, o Deputado Ivan Ranzolin pretende apresentar uma proposta de sugestão. É importante deixarmos claro isto. A Mesa Diretora, dentro das possibilidades e necessidades, pretende fazer as reuniões nos Municípios colocados no requerimento: Joinville, Itajaí e Laguna.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, ao Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ao Diretor-Geral da Fatma, pedindo providências cabíveis para a transformação do Posto Avançado de Controle Ambiental do Vale de Tubarão (Pacam/TB) em coordenadoria regional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado de Santa Catarina, requerendo especial atenção da Secretaria do Estado dos Transportes e Obras e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SC) às reivindicações aprovadas na assembléia geral da Associação dos Municípios do Entre Rios - Amerios/SC, realizada em 18/02/99, conforme consta na Carta de Saltinho, em anexo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Fazenda, requerendo especial atenção ao pedido de caráter de excepcionalidade em relação à Resolução 2521 - Bacen, que estabelece regras e limites para o contingenciamento do crédito ao setor público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir,

encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina, pedindo que seja revista a Portaria nº 004/99/SED no sentido de resgatar critérios justos que permitam aos professores da rede pública estadual o afastamento para cursos de pós-graduação, conforme está previsto no inciso VI do art.2º, da Lei nº 6.844, de 20 de julho de 1986.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Previdência e Assistência Social e à Superintendente Estadual do INSS/SC, pedindo a manutenção das divisões da gerência regional de benefícios e a procuradoria do Instituto Nacional de Seguridade Social localizados na cidade de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento de autoria do Deputado Valmir Comin, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária de Estado de Educação, Cultura e Desporto, pedindo a construção de um ginásio de esportes junto à Escola Básica Municipal Jorge Bif, tendo em vista manifestação formal da comunidade da Vila São Jorge, Município de Siderópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Governador do Estado, sugerindo providências no sentido de reduzir a alíquota do ICMS para o setor moveleiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Presidente da Celesc, solicitando providências para a instalação de energia elétrica nas propriedades rurais situadas nas comunidades de Palmital e Ribeirão Pinheiro, em Taió, considerando que os moradores das localidades citadas já efetuaram o pagamento dos encargos para que fossem beneficiados com o Programa Viva-Luz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando a implantação de rede de esgoto sanitário na cidade de Presidente Getúlio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Secretário da Saúde, Eni Voltolini, solicitando a instalação de unidade de saúde na comunidade de Laranjeiras, Município de Taió.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, solicitando que seja disponibilizada pela Presidência da Casa a organização de grupo de advogados para atender juridicamente os agricultores, conforme justificativa em anexo.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para defender esta solicitação, que entendo ser difícil para esta Casa, mas é de extrema necessidade para um segmento que vive em verdadeiro desespero.

Muito se discute sobre a agricultura, muitas manifestações temos ouvido aqui, e agora trazemos para a discussão mais um assunto muito grave. Por isso pedimos o apoio de todos os Deputados no sentido de que a Presidência desta Casa nos forneça uma equipe de assessores jurídicos para nos assessorarem na defesa dos nossos agricultores.

Os agricultores em Santa Catarina e, por certo, no nosso Alto Vale, pelo grande número de empreendedores que existe, fizeram financiamento, na época em que surgiu neste País o tal do Finame Rural, com o objetivo de desenvolver melhor a sua propriedade rural. O agricultor que buscou 50 mil reais do sistema financeiro irá pagar, por cinco anos, prestações dessa dívida, sendo que hoje ainda está devendo 65 mil reais. Este é um exemplo dentre milhares. Por isso faz-se necessário tomar algumas providências em defesa desse cidadão.

Outro exemplo é o do cidadão que financia um trator agrícola, dá 30% de entrada, paga duas prestações e ainda fica devendo 47 mil reais. Temos, ainda, aquele cidadão que comprou um microtrator Tobata, que na época da compra valia sete mil reais,

deu 30% de entrada, pagou uma prestação e ainda deve 24 mil reais!

Esta também é uma forma de se cometer um assalto ao cidadão. E são muitas as famílias que vivem num verdadeiro desespero, porque as dívidas estão rolando e se prorrogando. Em contrapartida, para o sistema financeiro isso não causa nenhum problema, porque ele sobrevive dos juros. Mas para quem tem de pagar cinco equipamentos em vez de um, a situação é desesperadora.

Portanto, a situação dos agricultores chama a nossa atenção, porque eles confiaram neste País, fizeram investimentos, mas hoje estão vivendo uma situação de verdadeiro desespero.

Então, no momento em que esta Casa coloca em discussão um importante assunto como é o do sistema financeiro Besc - e tivemos a oportunidade de colocar a importância da sua manutenção para Santa Catarina -, cabe dizer aqui também o que já dizíamos ontem: que é necessário, de fato, questionarmos para que serve o nosso sistema financeiro.

Será que não é hora de colocarmos, de fato, o sistema financeiro Besc em defesa deste segmento tão importante para o desenvolvimento de Santa Catarina, como é o nosso agricultor?

Eu acredito que se colocássemos em discussão a aplicação somente do compulsório arrecadado pelo sistema Besc a serviço da agricultura - e este nosso dinheiro é aplicado diariamente a 8%, 10% ou 12% -, por certo iríamos amenizar muito essas dificuldades enfrentadas pelo agricultor, porque acreditou neste País, no sistema. Mas o sistema financeiro é perverso, tem causado grande desespero às famílias de agricultores, portanto queremos aqui aproveitar para parabenizar o Governador Esperidião Amin, que tem assumido um compromisso ao dizer que os revestimentos da agricultura serão feitos na moeda que o agricultor conhece, que é o troca-troca, a equivalência de produto.

Temos discutido a importância do Pronaf, mas estamos vendo hoje que o Governo Federal manda pouco recurso para Santa Catarina, que é um Estado que tem alta inadimplência, porque o nosso agricultor que pegou investimentos, principalmente através do Finame Rural, não teve condições de devolver.

A situação agravou-se mais quando as Prefeituras, vendo ali um meio de fazer compra de equipamentos mas não podendo assumir o financiamento, usaram grupos de agricultores para, através deles, financiar os equipamentos. Só que as Prefeituras não puderam cumprir os valores dos equipamentos comprados. Nem mesmo o Poder Público poderia devolver o dinheiro. Hoje, isso está sendo renegociado, trazendo desespero também às famílias dos agricultores envolvidos, e prejudicando Santa Catarina.

Esta é uma realidade que estamos vivendo em Santa Catarina, por isso precisamos de uma ação política forte, para brigarmos sobre esta questão, para defendermos esses cidadãos, para fazermos com que a justiça seja feita aos que acreditaram no País.

Portanto, pedimos aqui ao nosso Presidente que nos ajude a sair em defesa desses cidadãos, que estão desesperados e buscam alguém para defendê-los nesse momento.

O nosso cidadão é sério, quer pagar certo os seus compromissos, mas não pode pagar aquilo que é impagável, e esta dívida

constituída com o Finame Rural é impagável, além de ser um assalto, um crime contra aquele que está indefeso e que acreditou neste País. Fez investimentos imaginando que iria pagar com 300 arrobas de fumo por mês, mas hoje ele precisa colocar toda a família para trabalhar o ano inteiro, e mesmo assim não consegue mais pagar o investimento que fez, porque acreditou no País. Depois de cinco anos, mesmo pagando certinho as prestações, deve muito mais do que o valor original que pegou de financiamento!

Então, quando falamos e discutimos a agricultura, precisamos rever injustiças como essa. O sistema financeiro tem dado os prazos necessários, tem renegociado a dívida, sim, e para ele, que vive de juros, está muito cômoda a situação, mas para quem tem que pagar a dívida, no caso o nosso agricultor, o desespero aumenta cada vez mais.

Por isso que eu faço esta solicitação ao nosso Presidente e à nossa Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária de Estado da Educação e do Desporto, reivindicando providências para que seja viabilizada a reforma do prédio da Escola Básica Maestro Villa Lobos, na localidade de Taiozinho, Município de Rio do Campo.

Em discussão.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o Autor, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de fazer referência a esta escola localizada na comunidade de Taiozinho, pois estive lá na semana passada e vi os problemas que estão acontecendo. O Governo Paulo Afonso construiu o ginásio de esportes em conjunto com a comunidade e, infelizmente, não conseguiu concluir a reforma daquele colégio.

Mas falando em obras, seria importante que eu me voltasse ao pronunciamento do Deputado Nelson Goetten, que há pouco, desta tribuna, fazia referência às discriminações que o Município de Taió sofreu no Governo Paulo Afonso. Em primeiro lugar, na época em que o Deputado Nelson Goetten era Prefeito de Taió, eu era Prefeito de Ituporanga, e sei a diferença dos dois anos do Governo Kleinübing com os dois anos do Governo Paulo Afonso, e gostaria de fazer algumas referências do que o Governo Paulo Afonso fez no Município de Taió.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) (Faz soar a campainha) - Sr. Deputado, peço que V.Exa. se atenha à solicitação da indicação. Em outro momento poderá se ater em relação ao mérito.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Está certo.

Essa obra que eu peço para a comunidade de Taiozinho é de suma importância. Esta comunidade, que já

recebeu muitas obras, está tendo necessidade da reforma desse colégio, que está com problemas na instalação elétrica e, de modo geral, na sua construção.

Por isso, eu gostaria que a Secretária da Educação atendesse a essa solicitação, tendo em vista inclusive todas as obras que foram realizadas no Alto Vale do Itajaí no setor educação. Algumas, infelizmente, não foram concluídas, e esta é uma delas.

Sendo assim, peço que esta Casa encaminhe este pedido à Secretária da Educação, para que a comunidade de Taiozinho seja atendida através do seu estabelecimento escolar.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Rogério Mendonça, gostaria de subscrever a sua indicação, visto que somos os dois Deputados do PMDB mais votados no Município de Rio do Campo. E em outra oportunidade, quem sabe V.Exa. subscreva algum pedido meu.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Com muito orgulho, Deputado Gelson Sorgato, até porque sei que V.Exa. conhece bem essa localidade e tem uma identificação muito grande com Taió e a sua população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Segurança Pública, pedindo a criação de uma delegacia regional de polícia em Maravilha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, pedindo a criação de uma coordenadoria regional de edificações e obras hidráulicas em Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Ivo Konell, a ser enviada ao Governador do Estado, pedindo a reabertura do posto avançado da Fatma em Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, a ser enviada ao Secretário da Justiça, pedindo a construção de um presídio agrícola na região Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, a ser enviada ao Governador do Estado, pedindo a colocação de placas de advertência nos locais que tenham radares eletrônicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Sandro Tarzan, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, pedindo a construção de acostamento na SC-446, entre o km-0 e km-3, em Orleans.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de informação de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviado ao Governador do Estado, sobre o não-cumprimento da Lei nº 10.933, de 4/11/98, que estende os benefícios da Lei nº 10.782 aos servidores do Ipesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de informação de autoria do Deputado Herneus de Nadal, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos sobre o Programa Troca-Troca a partir de 1º de janeiro de 1999.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente, eu dei entrada a um requerimento no início da sessão com referência à emancipação política de Rio do Sul e não vi se ele foi votado. Gostaria de saber informações da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Pelo conhecimento que a Mesa tem, não foi votado por esta Casa no dia de hoje. A informação da assessoria é de que esta solicitação está na pauta de amanhã.

tação está na pauta de amanhã.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente, a Pauta de amanhã diz o seguinte: Pedido de informação de autoria do Deputado Heitor Sché, solicitando informações acerca dos Decretos Legislativos nºs 18.121 e 18.122/99, que tratam dos valores dos impostos devidos pelas empresas.

A minha consulta se refere, e não consta da pauta de amanhã, a um requerimento que fiz pedindo que fosse expedida mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Rio do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - A nossa assessoria está consultando. O requerimento de autoria de V.Exa. que foi votado hoje não se refere a este conteúdo?

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Não, é completamente diverso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - A assessoria está nos informando que, efetivamente, está aqui um requerimento de sua autoria ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Rio do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação daquele Município. É disso que se trata?

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Como existem vários requerimentos com o mesmo teor, dois de autoria de V.Exa., um de autoria do Deputado Rogério Mendonça e um de autoria do Joares Ponticelli, a Presidência deferiu os referidos requerimentos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Confesso que desconheço qualquer artigo do Regimento que faça com que seja omitido o nome do Autor do requerimento, mesmo que haja outros idênticos em andamento. O que se poderia fazer - e faria isso com a maior boa vontade - seria subscrever os outros requerimentos. Agora, eu acho que o meu requerimento, de acordo com o Regimento, deve ser posto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - V.Exa. tem razão na perspectiva do conteúdo, que é igual ao dos outros requerimentos.

Como foram deferidos pela Presidência os quatro requerimentos com o mesmo conteúdo, Poderíamos fazer o seguinte encaminhamento: ou os quatro Deputados subscrevem um único requerimento ou ficam individuais os requerimentos, e se for necessário, colocamos em discussão e votação com o deferimento pela Mesa individualmente.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Agradeço, e a decisão que V.Exa. tomar eu acato.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, concordo que os requerimentos sejam transformados em um só, que será subscrito pelos Autores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Então fica este encaminhamento que a Mesa sugeriu: os quatro requerimentos com o mesmo teor transformados em um só e individualizando o nome de cada Deputado.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que convoque os Deputados-membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e os

demais Deputados - embora saibamos que a partir de amanhã a agenda da Casa está lotada, pois teremos uma audiência pública tratando da agricultura e uma sessão especial na BR-101, em Laguna - para uma audiência pública neste Plenário, amanhã, às 9h, para tratarmos sobre o gasoduto Brasil-Bolívia, a qual contará com a presença do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, de técnicos da Petrobrás, de representantes da Fatma, do Ibama, do Seduma, da Comissão de Defesa Civil do Estado, bem como em torno de trinta Prefeitos das comunidades por onde passará este gasoduto em Santa Catarina.

Temos recebido na Comissão várias denúncias relacionadas com problemas em função das obras de instalação do gasoduto, como problemas no abastecimento de água, nos mananciais de água em relação à mata de preservação permanente. Além disso, está afetando as estradas, a segurança à população, o meio ambiente, as propriedades agrícolas, as plantações.

Por isso que julgamos da maior importância esse debate, porque, se por um lado é fundamental um empreendimento como esse para atrair novos investimentos para o Estado, por outro lado há vários problemas que estão acontecendo ao longo das obras de instalação desse gasoduto.

Portanto, deixamos o convite para amanhã debatermos o gasoduto Brasil-Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ficam, portanto, convocados os Deputados-membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e os demais Deputados para o debate sobre o gasoduto Brasil-Bolívia, amanhã, às 9h, neste Plenário.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o Deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra.

Antes de passar a palavra ao Deputado Manoel Mota, lembramos que amanhã a sessão vai ser realizada no Sul do Estado, e solicitamos que todos os Deputados se façam presentes, a partir das 15h.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaríamos de ler algumas notas cujo conteúdo não podemos aceitar de maneira nenhuma, porque nós, que já estamos aqui pela terceira Legislatura, sabemos quem trabalhou e quem não trabalhou pela duplicação da BR-101.

(Passa a ler)

"Tiscoski acusa PMDB de não ajudar a BR-101. O atraso das obras da duplicação da BR-101 está levando o Secretário de Obras, Leodegar Tiscoski, do PPB, a partir para o ataque contra o PMDB.

Tiscoski acusa o Partido de não se empenhar junto ao Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, filiado na sigla. 'Por que eles não intercedem junto ao Ministro? Já caiu ponte, e o Ministro nunca veio a Santa Catarina, diz o Secretário'.

O principal alvo de Tiscoski é o Prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira (PMDB). 'LHS, uma forte liderança do PMDB catarinense, é amigo pessoal de Padilha. 'Por que ele não intercede? Acredito que Luiz Henrique é a favor da duplicação', alfineta.

Luiz Henrique considera 'absurdas e infundadas' as declarações de Tiscoski. O peemedebista garante ter colocado seu 'prestígio' a favor da obra. Antes mesmo do início da duplicação, o então Deputado teria lutado por recursos para a construção de obras, como o túnel de Barra Velha e trevos das Avenidas Ottokar Doerffel e XV de Novembro, em Joinville."

Olhem bem essa denúncia! Ela signi-

fica que hoje, graças ao PMDB, a duplicação do lado norte está acontecendo, e já está marcado o término da obra para o final do ano. Então, no final do ano vai haver a conclusão da duplicação no norte da BR-101, e já asseguramos o projeto de engenharia do lado sul, fruto do trabalho, da presença neste Parlamento do meu Partido, do Ministro.

O Deputado Leodegar Tiscoski, nesta Casa, na outra Legislatura, só fazia críticas e em nada contribuiu para a duplicação, e agora quer cobrar do Prefeito de Joinville. Vejam bem, o Prefeito de Joinville é Prefeito de Joinville, não é Governador do Estado de Santa Catarina, não é Secretário dos Transportes e Obras! Não foi o Luiz Henrique da Silveira nem o PMDB que deram o palanque em Santa Catarina para o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso! Quem deu o palanque em Santa Catarina foi o Leodegar Tiscoski, como Presidente do Partido, e Esperidião Amin, como Governador!

Se não está tendo prestígio do Governo Federal, é outra história. Agora, não venham fazer acusações levianas porque nós não vamos aceitar! Vamos defender o direito de quem trabalha e de quem tem compromisso com Santa Catarina e com o Brasil. É assim que trabalhamos e é isso que estamos defendendo.

Acusações foram feitas aqui para impedir obras, mas não impediram a da BR-101. Disseram que o Ministro não esteve aqui, mas o Ministro já esteve aqui muitas vezes. Então, o que não pode é um Secretário querer buscar mídia sem trabalho, sem serviço prestado, porque ele aqui, como Parlamentar, não contribuiu uma vírgula para a duplicação da BR-101. O PMDB, sim, contribuiu!

Por isso, eu vim aqui defender, sim, a figura de Luiz Henrique da Silveira, uma figura ímpar neste Estado, que tem contribuído para Santa Catarina. Se a BR-101 está acontecendo, é fruto desse grande Parlamentar, que foi liderança nacional e é hoje Prefeito de Joinville.

Reafirmo que não podemos aceitar que acusações levianas como essa sejam feitas pela imprensa e pela mídia, porque não têm base, não têm argumento para dizer isso. Quem é responsável por Santa Catarina é o Governador, é ele que precisa ter resposta, é ele que tem o Palácio do Planalto aberto para discutir com o Presidente da República; porque o Ministro Eliseu Padilha precisa de recursos e o Governo Federal não liberou ainda para o Ministério recursos que venham a compor a duplicação e a perspectiva para a nossa região de abertura de duplicação.

Então, este é um momento muito ruim para fazer acusações. Nós precisamos somar, este é um momento de somatório, não de impedir quem trabalha, quem luta e quem realiza.

Precisa de continuidade? Claro que precisa! Agora, não adianta vir fazer acusações. Quem não contribuiu... Para mim, são levianas as acusações a uma figura tão reconhecida em nível nacional como hoje é o Prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muito honra ouço V.Exa.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Manoel Mota, também fiquei surpreso quando li num jornal o pronunciamento do Deputado Leodegar Tiscoski, Secretário dos Transportes e Obras.

Há pouco, ouvia do meu gabinete o pronunciamento do Deputado Nelson Goetten, que dizia que o seu Município, Taió, havia sido perseguido pelo Governo anterior. O Governador anterior, Paulo Afonso, é pessoa amiga, mas como Prefeito de Concórdia, eu experimentei esse chá amargo antes, na época do então Governador Wilson Kleinübing, que ficou dois anos sem receber o nosso Município. E não foi em prejuízo do Prefeito Sopelsa, foi em prejuízo da gente concordiense!

Então, estranha-me ler essa notícia acusando o Prefeito Luiz Henrique da Silveira de não estar trabalhando para a duplicação da BR-101, porque o Governador Esperidião Amin e o Senador Jorge Bornhausen diziam nas suas caminhadas políticas que retomariam o prestígio de Santa Catarina junto ao Governo Federal.

Acima do Ministro Padilha existe o Presidente da República, e acima do Secretário dos Transportes existe o Governador! E eu espero que este Governo possa cumprir aquela promessa política de campanha, a de que junto ao Fernando Henrique Cardoso traria os recursos necessários para o nosso Estado.

No Governo anterior ao de Paulo Afonso, a BR-101 estava paralisada, e durante o Governo de Paulo Afonso, embora questionada a sua administração, a duplicação da BR-101 caminhou. E no Norte do Estado, com Luiz Henrique administrando a maior cidade do Estado, a obra está quase concluída. Então, não é verdade!

O que precisamos é que o Governo do Estado coloque o seu prestígio junto ao Governo Federal e que o Presidente da República determine que as obras da BR-101 sejam concluídas, bem como as da BR-153 e todas as obras que precisam ser realizadas através do Governo em nosso Estado.

V.Exa. está de parabéns! A maior autoridade no nosso Estado é o Governador, e parece que ele não tem muito prestígio com o Governo Federal, como dizia que tinha, senão essas obras estariam andando.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte, nobre Deputado, e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Quero dizer que graças à figura ímpar de Luiz Henrique é que temos a duplicação da BR-101 em Santa Catarina.

Quanto ao resgate da credibilidade do Estado frente ao Governo Federal, parece-me que estão precisando do PMDB para isso. E isso significa a sombra de Luiz Henrique para 2002, posto que é uma figura ímpar, reconhecida neste Estado.

Quem não tem competência para fazer as coisas, que não acuse quem está fazendo!

Por isso eu vim aqui defender essa figura ímpar que é Luiz Henrique, Presidente do Partido em nível nacional, grande liderança, ex-Ministro, Deputado por várias Legislaturas, Prefeito no segundo mandato, um orgulho para os catarinenses. E agora é atacado por quem não fez nada neste Parlamento para a duplicação!

O Sr. Deputado Ivo Konell - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! V.Exa., com certeza, vem contribuir na defesa dessa figura ímpar do

Estado de Santa Catarina, que é Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Ivo Konell - Deputado Manoel Mota, eu sou de Jaraguá do Sul, Município vizinho de Joinville, e sou testemunha do que o Prefeito Luiz Henrique vem fazendo no seu Município, principalmente da sua participação nesse processo de duplicação da BR-101.

Em 1995, quando ainda não havia a decisão do Governo Federal de fazer a duplicação, nós já participávamos da inauguração dos elevados em Joinville, construídos com a interferência direta do Governo do Estado e também do então Deputado Federal Luiz Henrique da Silveira. Foi um evento da maior importância naquela cidade, que contou com a participação de várias figuras políticas do cenário nacional.

E o Prefeito Luiz Henrique jamais abandonou essa luta. Na semana passada, ele esteve três dias em Brasília; falei com ele duas vezes enquanto estava lá, e numa dessas ocasiões, ele me dizia das audiências que teria com o Ministro no sentido de que as obras aqui não fossem paralisadas.

Aliás, elas não estão paralisadas. Não é verdadeiro dizer que as obras estão paralisadas, porque hoje, pela manhã, quando viemos de Jaraguá, testemunhamos que o trecho da BR-280 até Camboriú, com exceção da ponte sobre o Rio Itajaí, está pronto, está duplicado, está em uso.

Então, aquele setor norte é o que está mais adiantado, e certamente foi em razão da participação direta do PMDB, principalmente da nossa grande liderança Luiz Henrique da Silveira, que isso está acontecendo.

Eu acho que houve excesso por parte do Secretário nas suas declarações. Não posso aceitar de forma alguma que estejamos nós, do PMDB, sendo culpados por algo que é de responsabilidade direta do Governo do Estado. O Secretário deve entender que também na Secretaria dele há certas decisões que ele não pode tomar, dependem do Governador do Estado. Assim é também com a Presidência da República. O que está faltando para as obras retomarem um ritmo mais veloz é assinatura do Presidente Fernando Henrique em documento que vai fazer a suplementação de verbas para o custeio dessas obras da BR-101. E sem essa assinatura, não adianta o Ministro se bater, não adianta o Luiz Henrique e nós todos aqui nos batermos, porque não vamos resolver.

Então, precisamos unir nossos esforços, todos nós, independentemente de sigla partidária, para fazer que esse processo retome a sua validade e tenhamos a duplicação terminada no prazo.

Meus cumprimentos, Deputado Manoel Mota, pela brilhante defesa em favor do nosso grande líder, que certamente está incomodando os nossos adversários em razão de ser um nome de expressão para ser o futuro Governador de Santa Catarina. Ninguém atira pedras em árvore que não contém frutos, esta que é a verdade!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço a sua participação, Deputado.

Estou torcendo para o Deputado Leodegar Tiscoski ter sucesso na Secretaria, porque ele é da nossa região, é do Sul do Estado. Eu não estou torcendo pelo negativo, estou torcendo pelo positivo. Que

ele tenha sucesso, porque o Sul de Santa Catarina foi lembrado mais uma vez. Por isso causa-me tristeza sua declaração. E na mesma edição do jornal A Notícia, temos:

(Passa a ler)

"Leodegar Tiscoski questiona decisão do TCE

O Secretário de Obras do Estado, Leodegar Tiscoski, irá ao Tribunal de Contas esta semana tentar reverter a decisão que considerou ilegal a licitação para execução de serviços de manutenção e conservação da Ponte Hercílio Luz (Edital de Concorrência Pública nº 2.134/98). Técnicos do TCE detectaram diversas irregularidades no edital, como especificações incompletas, a ausência de normas de execução e falta de clareza nos índices de reajustes do contrato. Enquanto isso, continuam parados os trabalhos de manutenção da ponte, sem prazo para recomeço.

Apesar das irregularidades constatadas pelo TCE, o Secretário tentará validar o contrato com o consórcio Roca/Tec, que executou os serviços até dezembro, quando expirou o contrato, e ao qual o Estado deve mais de R\$1 milhão.

Contestação

A decisão do TCE foi tomada no dia 22 de março com base na observação de descumprimento da Lei de Licitações (nº 8.666/93). No dia 30 de março o Tribunal notificou o Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Edgar Roman, dando 15 dias para contestação. O recurso será feito pessoalmente pelo Secretário de Obras. 'Vou argumentar que em situações anteriores o Tribunal aprovou editais na mesma linha e com as mesmas características que esse', adianta Tiscoski."

Então, as coisas que foram feitas no passado também foram corretas, porque está copiando. São por essas questões que eu falo que nem tudo o que se pensa está certo e pode-se fazer.

Mas eu só gostaria de clarear, porque ele vai ter muita dificuldade na Secretaria. Então não convém, neste instante, acusar Luiz Henrique da Silveira como alguém que vai trazer prejuízo para Santa Catarina, se na verdade a BR-101 está sendo duplicada fruto também do trabalho desse grande líder.

O Deputado Adelor Vieira, com certeza, também luta por Joinville, quer o sucesso de Joinville, quer alguém na administração que faça o melhor para Joinville, porque os mandatos passam, mas a cidade fica e o povo também. E é assim que estou defendendo, Deputado Adelor Vieira, porque não aceito que se faça uma crítica dessa natureza a uma figura como Luiz Henrique da Silveira, que é reconhecido em Santa Catarina como uma grande liderança.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Caro Deputado Manoel Mota, ouvindo o seu pronunciamento sobre este assunto, confesso que não poderia me omitir em apartear-lo, primeiro para cumprimentá-lo pela forma enfática com que V. Exa. sempre age em relação às questões maiores do Estado de Santa Catarina; segundo, para, com a permissão de V. Exa., trazer à lembrança o que o salmista Davi escreveu no Salmo 133, versículo 1: Oh! Quão bom e quão suave é viver unidos os irmãos.

Eu creio que nós, catarinenses, numa questão maior como esta da BR-101,

precisamos estar irmanados. Precisamos estar mais do que reunidos, devemos estar unidos, devemos esquecer as nossas siglas partidárias e quaisquer coisas que possam impedir a consecução dos nossos objetivos.

Eu confesso que não concordo também com esse atirar de pedras. Existem diferenças pessoais até dentro da família, até entre irmãos gêmeos é possível que haja diferenças, mas no momento em que o objetivo é um - e o objetivo é buscar o que há de melhor para o nosso Estado -, não podemos ficar questionando isto, porque essas questões menores vão trazer prejuízos para todos nós.

Eu quero respeitar a posição do nosso Governador, eu quero respeitar a posição do nosso Secretário, mas eu também quero que respeitem a minha posição em favor da unidade e da união. As questões menores, nós vamos deixar para resolver depois de amanhã, porque hoje e amanhã, se Deus quiser, nós vamos trabalhar unidos para tentar sensibilizar o Governo Federal.

É um caos o que nós estamos vivendo. E o Deputado Nilson Gonçalves há pouco me dizia que viu esse caos quando transitava pela BR-101, inclusive em companhia de técnicos do DNER. E nós testemunhamos isso a cada dia.

Portanto, é necessário que haja união. Vamos deixar essas questões menores para depois. Vamos resolver agora as questões maiores, como a duplicação da BR-101, a restauração da ponte sobre o Rio Urussanga, a restauração da ponte da Cabeçada, a conclusão do projeto para a duplicação do trecho sul da BR-101, para que não venhamos mais tarde lamentar que, por questões de menor importância, por divergências pessoais e partidárias, deixamos passar de lado esta grande oportunidade.

Eram essas as considerações, e parabéns pela ênfase que V. Exa. tem dado às questões maiores de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Adelor Vieira, V. Exa. tem participado efetivamente do processo da BR-101, e isso se chama serviço prestado, coerência. Veja que por falta de unidade nós perdemos a Codesul e o DNOS, que prestavam relevantes serviços aos três Estados do Sul.

Nós precisamos nos unir para buscar recursos e viabilizar as principais obras, porque o mandato passa, mas o Estado fica. Nós, que temos mandato, não podemos ficar atirando pedras, fazendo acusações, porque vamos precisar dos Ministros.

Acho até que o Ministro Padilha foi o único que deu início à BR-101. Até aí foram só promessas e só mentiras. Mas ele foi o único que veio até aqui ver as obras e que nos deu a garantia de que até o final do ano teremos o lado norte já pronto para inaugurar. Também garantiu a licitação do restante da duplicação. E antes de ir a Washington, preocupado com a nossa sessão, o Ministro nos passou alguns desdobramentos positivos, que iremos levar para Laguna amanhã.

Então, não há necessidade desse tipo de acusações, que não levam a nada, não crescem nada. E nós temos que defender o Ministro, pois foi ele quem viabilizou o início da duplicação. Se parte desta duplicação já está pronta é porque ele participou, evidentemente com o apoio do Presidente, que veio aqui e assumiu esse compromisso na primeira e na segunda campanha. E se elegeu, tem, portanto,

compromisso com a BR-101.

Nós vamos cobrar, como cobramos aqui e em outros momentos, o que foi prometido para Santa Catarina, acima de tudo à nossa região, o Sul do Estado, que estamos defendendo neste instante.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço V.Exa., Deputado Joares Ponticelli, da região de Tubarão, que, preocupado com a região, vem contribuir com esse processo, pois não adianta divisão, nós temos é que somar esforços.

Eu já pedi, neste Plenário, que fizéssemos um bloco em defesa do Sul, independentemente de sigla partidária. É assim que eu quero trabalhar, é assim que eu penso.

Agora, não tinha como não defender o nosso Prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, porque ele é uma figura intocável, reconhecida. E aí não pode pagar esse preço de ser acusado, como Prefeito, de não estar contribuindo com a duplicação em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, na verdade, essa questão de quem trabalhou ou de quem apóia o Governo Federal está muito clara, tanto que o meu Partido, do qual faz parte o Deputado Leodegar Tiscoski, e o seu dão sustentação ao Governo Federal.

Já disse isso na semana passada e repito hoje que a responsabilidade é de todos nós. Temos que nos articular e nos unir nesta luta, porque todos damos sustentação ao Governo Federal. O Presidente Fernando Henrique assumiu um compromisso com Santa Catarina e com os nossos Partidos, bem como o Ministro Eliseu Padilha, que é do PMDB, e V.Exa., em outras oportunidades, com muita coragem, criticou e cobrou o cumprimento das promessas; e eu o cumprimento por isso.

Quero dizer que a posição do Secretário Leodegar Tiscoski foi certamente no sentido de ouvir mais o Prefeito Luiz Henrique da Silveira falar sobre isso, porque sabemos também da amizade e da influência que exerce o referido Prefeito sobre o Governo Federal. Ele é reconhecido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso como um dos seus principais aliados em Santa Catarina, é o principal defensor da manutenção do seu Partido. Como temos lido constantemente, o Prefeito Luiz Henrique é um dos mais ferrenhos defensores do Presidente Fernando Henrique.

Então, o Deputado Leodegar Tiscoski deve ter feito tal afirmação no sentido de buscar também o apoio do Prefeito Luiz Henrique da Silveira, já que ele é amigo pessoal não só do Presidente mas, também, do Ministro Padilha, para que eles honrem esse compromisso que assumiram perante a sociedade catarinense por ocasião da campanha de 1998.

Com relação à preocupação que teríamos com o Prefeito Luiz Henrique em 2002, eu não acredito que o nosso Secretário, que é o Presidente Estadual do PPB, tenha essa preocupação, até porque em 2002, por aquilo que vimos em 98, entendo que o candidato deva ser aquele que saiu daqui feliz, que é o ex-Governador Paulo Afonso Vieira. Eu penso que ele deve ser o candidato em 2002. Já que não deixaram o Luiz Henrique ser candidato em 98, certamente em 2002 vai ser ele.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA -

Ele está na Espanha; vai ser candidato na Espanha.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Então, não nos preocupa o Luiz Henrique em 2002. O que nos preocupa em 2002 é a candidatura do ex-Governador Paulo Afonso Vieira.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero contribuir com as obras fundamentais em Santa Catarina, mas em todos os momentos em que for acusada essa figura ímpar como é o Luiz Henrique, podem ter certeza que eu estarei aqui defendendo-o com muita garra e determinação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a anuência do Deputado Rogério Mendonça, com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Passa a ler)

"O meu papel como Deputado do PMDB, Partido de oposição, é defender os interesses dos catarinenses, especialmente da região que represento, e cobrar e fiscalizar a ação do Governo do Estado.

Está se tornando praxe os balanços dos primeiros cem dias, e tenho lido, ouvido e acompanhado atentamente esses relatórios. Entendo que cem dias é muito pouco tempo para a consolidação de ações e obras governamentais relevantes. Mas este período é suficiente para revelar os rumos que os governantes pretendem dar às suas administrações.

Na campanha eleitoral, o Governador chamou para si o compromisso de resolver definitivamente o sério problema do abastecimento de água da bacia carbonífera com a construção da barragem do Rio São Bento. Até o candidato à reeleição à Presidência da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, veio à televisão dizer que asseguraria os recursos necessários a essa importante obra para a nossa região.

Passaram-se os cem dias do Governo Federal e do Governo Estadual e até agora nada foi feito e nada foi dito.

Quando candidato, o Governador manifestava indignação com o atraso dos salários dos servidores públicos e prometia colocá-los em dia. Passaram-se cem dias e os servidores ainda nem sabem como terão seus salários atrasados pagos, muito menos receberam notícias de quando isso será feito ou de que forma será feito.

Privatizar empresas públicas não estava no rol das promessas de campanha; entretanto, isso está parecendo prioridade do Governo. Entre os primeiros projetos do Executivo que chegaram ao Legislativo estadual está a criação de uma agência para a fiscalização das concessões de serviço público, a SC-Arco, indicando a intenção de privatizar empresas hoje públicas.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Se eu estiver errado, Sr. Presidente, gostaria que me corrigisse. E perdoe-me, Deputado Ronaldo Benedet, por interromper sua falação.

Pelo Regimento Interno da Casa, a sessão da Assembléia só poderá ser levantada antes do prazo previsto para o termino de seus

trabalhos com a presença de menos de um quinto de seus membros. E eu gostaria de saber, para efeito de esclarecimento, se com este número de Deputados presentes há possibilidade de continuar a sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - É possível encerrar, pelo número de Deputados, a presente sessão.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Estou vendo menos de um quinto dos Deputados na sessão, e lamento, porque o nosso Companheiro está falando na tribuna praticamente sozinho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Então, solicitamos ao nobre Deputado Ronaldo Benedet que faça suas considerações finais, em função até da falta de *quorum*.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Em dois minutos eu concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Concedemos mais dois minutos para o Deputado Ronaldo Benedet concluir sua explanação antes de encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - (Continua lendo)

"O novo Governo, nestes primeiros cem dias, também mostrou-se um mau gestor do patrimônio público, pois colocou em risco de quebra o Banco do Estado de Santa Catarina ao divulgar avaliações negativas e a possibilidade de federalização ou privatização da instituição, da qual é sócio majoritário.

Na melhor das hipóteses, contribui para a desvalorização do patrimônio que tem a responsabilidade de zelar.

Esses cem dias também não foram um sucesso na articulação política da sua base de apoio aqui no Legislativo estadual. O Governo não pode cumprir seu compromisso eleitoral com o PSDB. Foi derrotado na eleição à Presidência desta Casa e, para não ser derrotado novamente, teve que retirar sua candidatura à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Em cem dias, a maioria incontestável obtida na eleição não se mostra tão sólida quanto parecia.

Como disse quando iniciei esta fala, cem dias é um período muito curto para uma avaliação de resultados, mas são reveladores de intenções e tendências.

Como diz um poeta, constata-se que, nesses cem dias, no Governo Esperidião Amin 'há uma grande distância entre a intenção e o gesto'.

Aguardemos o que fará nos próximos dias."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado que este Deputado em momento algum quis interromper ou até criar qualquer problema para o Deputado que estava na tribuna. O Deputado Ronaldo Benedet tinha todo o direito de se expressar da maneira que melhor entendesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - V.Exa. concedeu até a possibilidade de ele fazer a conclusão, não foi rígido na exigência do Regimento. Acho que esse entendimento está registrado.

Comunicamos a pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã:

Requerimentos de autoria dos Deputados Nelson Goetten, Ideli Salvatti e Valmir Comin; pedido de informação de autoria

do Deputado Heitor Sché.  
Esta Presidência, antes de encerrar

a presente sessão, convoca outra, especial,  
para amanhã, às 15h, na ponte da Cabeçuda,

no Sul do Estado, para discutir a BR-101.  
Está encerrada a sessão.

# ATA DA 001ª SESSÃO ESPECIAL

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

### EM 14 DE ABRIL DE 1999

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Às quinze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelar Vieira - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gilmar Knaesel - João Rosa - Jaime Duarte - Joares Ponticelli - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, em Laguna.

Excelentíssimas autoridades, catarinenses presentes a este evento, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a presente sessão foi convocada através de requerimento do Sr. Deputado Adelar Vieira, aprovado em Plenário por unanimidade dos Srs. Deputados com assento na Assembléia Legislativa, com amparo do parágrafo único do art. 1º do Regimento Interno.

A sessão realizar-se-á sobre a Ponte da Cabeçuda, no Município de Laguna, tendo por objetivo discutir as soluções necessárias e urgentes relativas à reconstrução e reforma das pontes ao longo da BR-101 e os problemas relacionados com a duplicação desta rodovia.

Estão presentes vários Srs. Deputados, presentes também o Secretário dos Transportes e Obras, Deputado Leodegar Tiscoski, vários Srs. Prefeitos das três regiões que compõem a região Sul do Estado e vários Srs. Vereadores.

Vamos disciplinar o nosso tempo. Primeiramente daremos a palavra aos Srs. Deputados por até três minutos cada um, para que possam se expressar. Em seguida, ouviremos a palavra de um Prefeito que representará a região Sul e também um Vereador da Câmara Municipal de Laguna, que falará em nome de todos os Vereadores, e também o Secretário dos Transportes e Obras do Estado de Santa Catarina, Deputado Leodegar Tiscoski.

Iniciamos pelo Deputado Adelar Vieira, Autor do requerimento, a quem concedo a palavra por até três minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Gilmar Knaesel, demais colegas Deputados, Sr. Secretário dos Transportes e Obras, Deputado Federal Leodegar Tiscoski, Srs. Prefeitos, Vereadores, demais autoridades, senhoras e senhores, muitas são as razões pelas quais nós poderíamos dizer que estamos realizando esta sessão. Vou ser objetivo, dada a exiguidade do tempo.

Antes, porém, queria fazer uma saudação ao meu particular amigo, Vereador Wilson Renzetti, da Câmara de Vereadores de Joinville, que foi um dos que também, em momentos difíceis como este, realizou, ali, com os demais Pares, a sessão da Câmara de Vereadores de Joinville e que está presente a este ato.

Uma das razões que nos leva a reunirmo-nos aqui é a cobrança que a sociedade

faz em relação ao desaceleramento das obras de duplicação da BR-101.

Os acontecimentos dos últimos cinquenta dias, em relação à queda das pontes sobre o Rio Urussanga e sobre o Rio Capivari de Baixo, é outro motivo. E as informações sobre a situação precária de segurança das estruturas da Ponte da Cabeçuda aqui, de Laguna, e que tivemos a oportunidade de vistoriá-la agora, é uma outra razão, quem sabe a mais forte de todas estas.

Ligou-me esta semana um engenheiro que fez recentemente uma vistoria nessas pontes e deixou textualmente esta expressão: Só não caiu porque Deus não quis.

O que nós pretendemos com a presente sessão especial?

Primeiro, chamar a atenção das autoridades federais para que os prejuízos, que já estamos contabilizando, sejam minimizados. Os desvios nas rodovias municipais, por não serem construídos para suportarem o volume de tráfego e o peso de carga dos veículos, estão exigindo uma solução urgente. Inclusive temos o risco de morte, eis que já tivemos um acidente com morte.

A precariedade dessa ponte nos projeta para prejuízos incalculáveis, caso aconteça alguma ruptura impossibilitando o tráfego local, por ser de difícil desvio do trânsito.

Então, quais as principais justificativas em relação à duplicação da BR-101?

Quanto à duplicação trecho Garuva/Palhoça, dos 215 quilômetros de extensão, a pavimentação de 126 quilômetros já está concluída. Dos 55 viadutos e passagens previstos, 33 já estão concluídos. Mas a cada dia que passa estamos vendo mais e mais a desaceleração desta obra.

Quanto às pontes do trecho Sul/Palhoça à divisa com o Rio Grande do Sul, a ponte sobre o Rio Capivari de Baixo já está com suas cabeceiras restabelecidas, porém a do Rio Urussanga levará ainda mais ou menos 30 dias para a sua conclusão.

Quais as providências que a Assembléia Legislativa irá tomar a partir desta sessão?

Nós vamos propor hoje a aprovação de uma moção ao Sr. Ministro Eliseu Padilha e ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Vamos solicitar em caráter emergencial recursos para desenvolver um projeto de restauração das pontes e passagens ao longo do trecho Sul da BR-101, a começar por esta ponte - Cabeçuda.

Também queremos a suplementação de verbas na ordem de mais ou menos 100 milhões de reais, para a conclusão das obras de duplicação da BR-101.

Por último, vamos solicitar urgência do projeto e licitação da duplicação da BR-101, no trecho que compreende Palhoça/divisa com o Rio Grande do Sul.

Resumidamente, era isso, Srs. Deputados, demais autoridades, povo que nos prestigia e conosco acompanha esta manifes-

tação pacífica, ordeira, mas determinada. E queremos dizer: Sr. Presidente, BR-101 urgente; queremos ser vistos; queremos ser ouvidos; queremos ser atendidos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passaremos a palavra ao Deputado Joares Ponticelli, Vice-Líder da Bancada do PPB na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, também quero saudar as demais autoridades que compõem este nosso Plenário improvisado, todas as lideranças da Amurel, da Amrec; da Amesc; do Grande Sul do Estado; as lideranças políticas da região, empresariais e entidades.

Gostaria de dizer que para nós, da Assembléia Legislativa, é importante ver uma participação tão expressiva.

Nesta tentativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, de certa forma radical fomos acusados por alguns setores da imprensa, mas entendo que é uma forma definitiva de chamar à responsabilidade o Sr. Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que é daqui, do Sul, da região de Osório, vizinho nosso, mas que até agora não nos deu uma resposta, não veio resgatar um compromisso assumido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Então, é preciso sensibilizar esse cidadão que dirige o destino do Ministério dos Transportes, que até hoje não foi sequer, decorridos 60 dias, verificar o problema ocorrido no Rio Urussanga, sobre aquela ponte que caiu e que não foi resolvida ainda, que no nosso entendimento, embora não técnico, já poderia ter sido saneado há muito tempo.

O Sr. Ministro, sei que não deve ter muita coragem de enfrentar esta rodovia, mas deveria vir, mesmo que fosse de helicóptero, para conhecer de perto a realidade do Sul do Estado, ver o problema das demais "obras de arte" da nossa rodovia e trazer uma solução definitiva para este problema.

Por isso, essa é uma tentativa extrema talvez, proposta pelo Deputado Adelar Vieira, mas que deverá no mínimo chamar a atenção, sensibilizar, fazer com que possa o Sr. Ministro Eliseu Padilha, o Sr. Presidente da República, resgatarem esse compromisso que assumiram não com o Sul de Santa Catarina mas, sim, com o povo catarinense, com o Mercosul, afinal de contas aqui está o corredor do Mercosul.

Portanto, queremos agradecer pela presença de tantas autoridades, lideranças, no sentido de que possamos quem sabe desta vez chamar a atenção, sensibilizar o Ministério para esse grave problema.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra Deputado Manoel Mota, Vice-Líder da Bancada do PMDB, também Presidente da CPE da Assembléia Legislativa que trata a questão da duplicação da BR-101.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, Srs. Vice-Prefeitos, Srs. Vereadores, Srs. da imprensa, que vieram num número expressivo para contribuir nesta sessão importante da Assembléia Legislativa, realizada, aqui, na Ponte da Cabeçada, em Laguna, lideranças comunitárias, lideranças de toda a região, lideranças de Laguna, eu acho que é um momento decisivo.

Infelizmente, no Brasil é assim mesmo, só se conquista com pressão, tomando medidas antipáticas como está sendo esta hoje, trancando a BR-101. Mas se não forem essas medidas, não acontecerá nada. O Brasil inteiro reconhece que graças aos aposentados de Santa Catarina, apanhando lá em cima da ponte, é que eles conquistaram os 147%.

Estamos vendo aqui os caminhoneiros, e gostaríamos de agradecer ao proprietário desta carreta, Sr. Pedro Zapelini, e à sua equipe, que nos cederam dois caminhões.

Gostaria de dizer o seguinte: há cinco anos fechamos, aqui, esta BR para acabar com o bloqueio seletivo, que impedia caminhões de trabalhar às sextas-feiras, aos sábados e aos domingos. Era injusto. Quem trabalha não pode parar. O Brasil precisa de quem trabalha. E agora, mais uma vez, estamos repetindo uma ação para podermos ter resposta.

Nós trabalhamos muito pela duplicação do lado Norte do Estado, e o Deputado Adelar Vieira colocou muito bem: o nosso Vereador de Joinville já fez uma sessão como esta, no início da duplicação, inclusive, estivemos lá. O grande baluarte na época, no começo da duplicação, foi Luiz Henrique da Silveira. Isso foi no início da duplicação, e já asseguramos até o final do ano a duplicação do lado Norte.

Agora, há a solidariedade dos Parlamentares do Norte com o Sul do nosso Estado, porque caiu a ponte sobre o Rio Urussanga e morreu um motorista. Ruiu também a ponte de Capivari de Baixo, ficando o tráfego só em meia pista durante dois dias.

Temos a convicção e a certeza de que a ponte de Tubarão tem problemas; nós temos o laudo desta daqui, o qual recebi ontem - existe um lado que assegura ainda a tranquilidade, mas a recuperação não pode demorar.

Por isso, quero dizer de viva voz que o Ministro repassou que já está licitada, vai ser publicada nos próximos dias e constará a empresa que fará a restauração da Ponte da Cabeçada. Essa é uma conquista importante do Parlamento e da sociedade do Sul do Estado.

Também tivemos a convicção e a segurança de que no dia 20, às 18h, o Ministro estará esperando a Comissão para repassar outros dados importantes da BR-101. Realmente, às vezes lembramos o Ministro, mas temos que lembrar que além do Ministro tem o Presidente da República, que teve palanque em Santa Catarina, que tem um compromisso com a BR-101 e que tem que realizar esse compromisso. E o Ministro disse com voz alta e clara: "Eu sinto a duplicação de Palhoça ao Rio Grande do Sul ainda em 99".

Quero aqui agradecer ao Ministro,

porque é isso que o Sul quer, tranquilidade, segurança e desenvolvimento.

Gostaria também de dizer que os engenheiros que fizeram essa ponte cometeram um pecado muito grande. Aqui só tem 300 braços de ponte mais 800 de aterro. Poderíamos ter a maior região pesqueira do Sul do País, mas está comprometida. Esperamos realmente que esse projeto de engenharia garanta a sobrevivência dessa lagoa - o melhor camarão do mundo -, para o sucesso de Santa Catarina.

O meu abraço! Vamos juntos!

Obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passo a palavra ao Deputado Francisco de Assis, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Boa-tarde, Sr. Presidente, colegas Deputados, faço uma saudação especial aos Deputados da região, ao Prefeito da minha cidade natal, Imaruí, que fica do outro lado dessa lagoa. É com muito orgulho e muita satisfação que estamos na tarde de hoje tratando de uma questão fundamental para a região Sul do Estado.

Deixa-me feliz saber que da região Norte, dos cinco Deputados que vêm de Joinville para a Assembléia Legislativa, quatro estão aqui presentes hoje, além do Vereador Wilson Renzetti, que nos acompanha nesta tarde.

Quero falar do crime que foi cometido com essa região, com a Lagoa de Imaruí, com o complexo lagunar, como falou muito bem o Deputado Manoel Mota, deixando toda essa extensão para depois ser construída uma ponte de apenas 300 metros, causando um prejuízo enorme ao desenvolvimento dessa região, principalmente de Laguna e Imaruí.

É contra isso também esse movimento em favor da duplicação da BR-101, em favor da recuperação da ponte, para que não fique apenas nisso, que também, na hora da duplicação efetiva, na hora da construção da ponte, tire-se esse aterro que foi cometido, para não prejudicar ainda mais o desenvolvimento da nossa região.

Com muito orgulho digo que sou daqui e por isso defendo sempre que o nosso trabalhador, o nosso povo, possa ter melhores condições de vida; que os Municípios da região Sul, principalmente os dois que acabo de falar, Imaruí e Laguna, possam também ter o seu desenvolvimento; o grito das águas, que vai acontecer este ano, do dia 12 a 15 de novembro, numa promoção da Associação de Imaruí, tem a participação efetiva não apenas da Prefeitura e dos moradores de Imaruí como de todos os Prefeitos, de todas as Prefeituras e da população da região Sul. É isso que espero.

Eu tinha preparado um discurso para fazer, mas vou fazê-lo na Assembléia, porque o tempo que nos foi destinado foi de apenas três minutos.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passo a palavra ao Deputado Jaime Duarte, Líder da Bancada do PPS.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Gostaria de saudar o Presidente da Assembléia, os Srs. Deputados, as lideranças políticas daqui, da região, os Vereadores, Prefeitos, Secretários de Estado, bem como cumprimentar a

população e as lideranças comunitárias que estão presentes rapidamente, pois temos vários oradores ainda.

Gostaria de dizer que nós, enquanto representação do PPS em Santa Catarina, enquanto Deputado também responsável em nível de prioridades em todo o nosso Estado e não apenas da região que representamos - e até porque, também, originariamente, sou daqui, do Sul de Santa Catarina, de Orleans -, tenho uma visão que essa BR-101 precisa ser duplicada de ponta a ponta nas nossas divisas, o que representa acima de tudo um grande incentivo àquilo que temos de mais riqueza e de mais proeminente em nível de geração de empregos, que é o turismo.

Sem dúvida nenhuma a BR-101 representa uma rodovia importante para o desenvolvimento do turismo em Santa Catarina, portanto, temos que trabalhar e colocar a Assembléia Legislativa também nesse campo de luta, porque significa, além de um maior humanismo no trânsito, um fator do desenvolvimento econômico fundamental.

Então, enquanto Deputado, quero me colocar à disposição dessa luta, à disposição das lideranças comunitárias do Sul, à disposição da Comissão Especial e dizer que a Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, cumpre um papel importante hoje.

Tudo bem que haja críticas quanto ao emperramento do trânsito, mas sem dúvida nenhuma isso representa a essência da democracia, representa a Assembléia Legislativa mais próxima da população.

Sendo assim, fica aqui o nosso compromisso, a nossa saudação, e mais que a nossa saudação, o compromisso de trabalhar para viabilizar a melhoria da BR-101 e a sua duplicação de ponta a ponta em nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passo a palavra ao Deputado Sandro Tarzan, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, autoridades, Secretário dos Transportes, senhoras e senhores, Prefeitos, Vereadores, o Deputado Jaime Duarte falou há pouco que a BR-101 está sendo interditada porque precisamos fazer com que o Governo Federal olhe para Santa Catarina.

Na verdade ela já está interditada há muito tempo, porque há um desvio pela BR-438 que está também comprometendo mais uma estrada.

O que está havendo realmente é um descaso com Santa Catarina, é um descaso com o Sul do Estado, é um descaso com toda a BR-101 e com todas as BRs que são federais aqui, no nosso Estado de Santa Catarina.

Estamos vivendo a semana da voz. É o que nós estamos fazendo? Nós, como Deputados, queremos que a nossa voz, que a voz de Santa Catarina chegue ao Governo Federal para que ele tenha por nós o respeito que merecemos, porque somos trabalhadores, somos o quinto produtor de alimento deste País e temos que ser respeitados.

Deputado Manoel Mota, nós temos aqui, vizinho, o Ministro dos Transportes que, como V.Exa. falou, já está olhando por Santa Catarina. Mas nós queremos que não só olhe, que venha aqui ver de perto os problemas que nós passamos.

Por isso é que deixamos nesta semana da voz o grito também das águas, para que possamos resolver os problemas

de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado João Rosa, Líder da Bancada do PSDB na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente e Srs. Deputados; Senhor Secretário Leodegar Tiscoski; Srs. Prefeitos e Vice-Prefeitos; Srs. Vereadores; amigos da imprensa; senhoras e senhores, eu, que sou Deputado de Joinville, da região Norte do nosso Estado, não poderia deixar de estar aqui neste momento tão nobre, tão democrático e histórico das reivindicações do povo do Sul do Estado.

É uma homenagem minha também não só ao povo do Sul, mas também à Bancada sulista, que é suprapartidária e que tem defendido, com tanta tenacidade, os interesses do Sul do Estado na Assembléia Legislativa.

E eu lembro com saudade, neste momento, daquela sessão histórica da Câmara de Vereadores de Joinville, que foi capitaneada pelo meu amigo, meu companheiro, Vereador de Joinville, na época Presidente da Câmara, Sr. Vilson João Renzetti, que aqui está. E lá nós realizamos uma sessão idêntica a esta, marco do início do grande movimento que culminou com a decisão do Governo em duplicar a BR-101.

Precisamos estar unidos nesta luta que não é do povo do Norte, do povo do Sul e sim do povo catarinense e do povo brasileiro, porque por aqui passam nossos irmãos de todo o Brasil.

Quero dizer ao povo de Laguna que só como camarão de Laguna. Exijo isso porque é o melhor camarão que tem no mundo.

Para encerrar, quero ainda dizer à juventude que deixo o meu abraço carinhoso; às senhoras deixo o meu abraço respeitoso e aos senhores o meu abraço caloroso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Valmir Comin, pertencente à Bancada do PPB, da região Sul do Estado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a nossa saudação especial ao Secretário dos Transportes e Obras, Leodegar Tiscoski, que está integrado neste movimento com o compromisso de resolver, de contribuir para a solução deste objetivo; e a nossa saudação a todos os Srs. Prefeitos, Vereadores e lideranças, dizendo da nossa satisfação em poder estar aqui.

E aqui, Sr. Presidente, quero passar a ler um documento que representa o anseio e a vontade da classe político-empresarial de todo o Sul do Estado de Santa Catarina.

(Passa a ler)

"Carta do Sul

Laguna, 14 de abril de 1999

As lideranças políticas e empresariais do Sul do Estado, nesta oportunidade, manifestam sua preocupação com a virtual paralisação das obras de duplicação da BR-101, pelos danos irreparáveis que causaria não só à região, mas ao conjunto do Estado de Santa Catarina. Reiteram que a BR-101 é de fundamental importância ao desenvolvimento de Santa Catarina e aos Estados do Sul do Brasil, sendo vital à concretização do Mercosul, do qual é rota e abrangência.

Essas mesmas lideranças requerem,

nesta carta, que a mesa Diretora da Alesc encaminhe mensagem telegráfica ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro dos Transportes, expressando a extrema preocupação das lideranças do Sul catarinense, como de todo o Estado de Santa Catarina, com a possível paralisação daquelas obras, ao mesmo tempo recordando o compromisso assumido pelo Governo Federal quanto à efetiva realização e conclusão das mesmas."

Quero dizer, Sr. Presidente, da nossa grande preocupação, porque documento já não resolve mais.

Temos um Ministro do Sul do Estado e queremos a presença dele aqui, para que possamos sensibilizá-lo dos problemas que estão causando aos transeuntes da BR-101.

Quero dizer também que temos uma causa em comum, e faço um apelo a todas as lideranças: que nos unamos em torno deste objetivo, porque, acima de todos os interesses, está o interesse maior, que é a preservação da vida do povo catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Convido o Deputado Clésio Salvaro, da Bancada do PFL, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Quero cumprimentar o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Gilmar Knaesel, os nossos colegas Deputados, as lideranças, os Prefeitos, os Vereadores, as senhoras e os senhores aqui presentes, e dizer aos nossos companheiros Deputados que representam as outras regiões do nosso Estado, aqueles que representam a Região Serrana, Norte e Oeste do nosso Estado, que Santa Catarina só será um Estado forte, só será um Estado que estará rumo ao crescimento, só será um Estado bom para vivermos se a região Sul ficar forte. E a presença de V.Exas. aqui demonstra que, acima de tudo, o Sul do Estado está no coração de Santa Catarina.

Sr. Presidente, também quero deixar a nossa manifestação de repúdio ao Governo Federal. Nós não estamos aqui para discutir as diferenças partidárias, mas, sim, para discutir as diferenças e a discriminação do Governo Federal para com o Estado de Santa Catarina.

Por isso, quero dizer que é hora de dar um basta, pois essa rodovia, como está, ceifa a vida de milhares de pessoas.

Então, quero dizer que também sou solidário a qualquer encaminhamento, a qualquer proposta com a finalidade de fazer com que o Governo Federal olhe com mais atenção o nosso Estado. E, Deputado Manoel Mota, não é essa audiência que foi marcada com o Ministro que vai calar a voz do povo de Santa Catarina. É preciso uma solução imediata para resolver esse problema.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passo a palavra ao Sr. Deputado Ronaldo Benedit, da Bancada do PMDB, representante da região.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos saudar os nossos amigos aqui do Sul e demais autoridades aqui presentes, especialmente saudar as mulheres de Laguna - e não poderia ser diferente -, terra da heroína de dois mundos Anita Garibaldi. Elas é que estão aqui lutando pelas obras do porto de Laguna, esquecidas pelo Governo Federal por muitos anos; elas é que lutam sempre pela

nossa terra e pela nossa gente.

Nós estamos aqui nessa data de hoje por um motivo apenas, porque a Assembléia Legislativa, que iniciou no dia 15 de fevereiro, desde o dia 18, quando ocorreu o acidente da queda da ponte, vem falando, conversando, debatendo no Plenário para que se faça justiça, todos os Parlamentares, de todas as Bancadas, mas a democracia representativa, infelizmente, já não tem mais força neste País.

É preciso que a democracia participativa, que é esta, com o povo na rua, faça força e frente a um Governo que não se sensibiliza mais com a democracia tradicional.

Por isso nós não poderemos estar vinculados a questões como apenas convocar, pedir a vinda do Ministro a Santa Catarina. E vamos usar uma velha expressão: Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé. Então, todos aqueles que puderem, que vão numa caravana de Deputados Estaduais, de Prefeitos, de Vereadores a Brasília mostrar a nossa realidade.

Por isso eu convido, eu convoco, eu conclamo todo o Sul, todo o Estado e todas as autoridades para que se façam presentes em Brasília, indo ao Presidente da República, às nossas autoridades, aos nossos Senadores e aos nossos Deputados, para que possamos demonstrar o nosso sofrimento, o sofrimento do nosso povo.

Um abraço e muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Ciro Roza, Presidente da Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, como Presidente da Comissão de Transportes, nestes últimos dias, temos discutido bastante com relação não só à duplicação, mas às "obras de arte" que se fazem necessárias para os reparos.

Claro que não poderia deixar de registrar e de agradecer a participação do Fórum Catarinense, que muito tem trabalhado através de reivindicações junto ao Sr. Presidente da República, junto ao Ministro dos Transportes, para que busquem de imediato uma solução para esse problema.

Gostaria também de registrar, neste momento, que se faz presente o Presidente e toda a comissão do PFL aqui de Imaruá, que estão lutando e defendendo a duplicação da BR-101. E, certamente, vamos atingir, através dos nossos esforços, os objetivos.

Mas, por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fiquei satisfeito com a informação que trouxe hoje o Deputado Manoel Mota. E no dia 20 deste mês lá estaremos, todos os membros da Comissão de Transportes (e estendo esse convite a todos os Srs. Deputados), às 18h, em Brasília, para discutir e informar a todos os catarinenses, inclusive, sobre o cronograma físico do início e término desta obra importante.

Nós sabemos da luta dos catarinenses para que tivéssemos, na BR-101, o início da divisa do Paraná até Palhoça. E durante os últimos quatro anos a Assembléia Legislativa bateu firme e decisivamente para que pudéssemos fazer o projeto da continuidade de Palhoça até a divisa com o Rio Grande do Sul.

Esse projeto está em fase avançada e, no final de julho, com certeza, estará pronto para ser licitado. E fico feliz em saber que o Ministro está disposto, após 60 dias à entrega do projeto, a fazer a

licitação dessa importante obra.

Quero encerrar para que, com certeza, o povo de Santa Catarina, merecidamente, através do seu trabalho, possa ser contemplado com essa obra importante, que traz benefício não só para os catarinenses como para todos os que residem neste País.

Peço, então, ao encerrar, S.O.S., Presidente da República; S.O.S., Fernando Henrique Cardoso! Cumpra com os compromissos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passo a palavra ao Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, Srs. Deputados e demais participantes deste ato, é lamentável que tenhamos que interditar uma BR, fazer com que trabalhadores e viajantes tenham que ficar aqui parados para ouvir um reclame que é de todo o Estado.

Lamentavelmente, cada vez que se fala com o Ministro, S.Exa. atende do seu gabinete, em Brasília, ou do gabinete de algum político! Esse Ministro não colocou os pés na estrada, dentro de um ônibus sem ar-condicionado e sem vidro fumê! Ele precisa andar nesta BR-101 para ver quantos buracos tem! Para ver quantos problemas tem! Só assim, dessa forma, é que vamos conseguir solucionar o problema de nossa Santa Catarina, dessa BR-101 - tendo que parar, tendo que fazer interdição!

É lastimável nós termos que fazer um ato desse para poder continuar chamando a atenção das nossas autoridades!

Um abraço a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Por uma questão de tempo, para sermos pontuais, os seguintes Deputados deixarão de usar da palavra, mas estão aqui presentes: Reno Caramori, Wilson Wan-Dall, Lício Silveira, Luiz Herbst e a Deputada Odete do Nascimento.

Os Deputados estão presentes, mas para cumprirmos o nosso horário estão abrindo mão de fazer uso da palavra.

Esta Presidência passa a palavra ao Vereador Aderbal Moreira Cardoso, que falará em nome de todos os Vereadores da região Sul do Estado.

O SR. VEREADOR ADERBAL MOREIRA CARDOSO - Boa-tarde ao excelentíssimo Presidente da Assembléia Legislativa, a todas as autoridades presentes, aos Prefeitos, Vereadores e Deputados.

Quero salientar que no dia 24 de junho de 1997 tomamos a liberdade de usar o espaço que temos direito na Câmara de Vereadores e fizemos esta denúncia com relação à Ponte da Cabeçada, pelo estado lamentável em que se encontra.

No dia 25 de junho, um documento foi emitido ao Diretor do DNER, Dr. Roberto Ribas, pedindo um laudo das condições da ponte e as providências que seriam tomadas. A partir daí, várias tentativas foram feitas, e nós, lamentavelmente, tivemos que ter essa paralisação hoje, tivemos que deslocar de Florianópolis para cá a Assembléia Legislativa para sensibilizar o Governo Federal, porque é triste termos que esperar que um acidente de grandes proporções venha a acontecer para que depois providências sejam tomadas.

Onde está a valorização da vida?

Nós estamos vendo que há um desrespeito total ao Sul do Estado, e não podemos admitir que essa situação tenha continuidade. Por isso esperamos, através de todos os movimentos feitos no Município e no Estado, que a partir desta data haja uma movimentação, uma mobilização em nível nacional, e que providências sejam tomadas antes que vidas venham a ser ceifadas, não só na Ponte da Cabeçada, que hoje está neste estado grave, mas em todas as pontes e nas BRs de maneira geral.

O Governo fica injetando dinheiro para salvar bancos da falência e não respeita as pessoas que poderão vir a sofrer acidentes de grandes proporções. Mas esperamos, Srs. Deputados, que daqui a dois, três, quatro ou cinco anos consigamos fazer uma mobilização desta natureza, mas para inaugurar uma ponte que venha em benefício da população, ou a duplicação, que também é urgente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Prefeito Ademir de Matos, de Braço do Norte, que falará em nome de todos os Prefeitos da região Sul do nosso Estado.

O SR. PREFEITO DE BRAÇO DO NORTE (Sr. Ademir de Matos) - Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Gilmar Knaesel, os demais Deputados aqui presentes, as autoridades, lideranças comunitárias, Prefeitos e Vereadores, enfim, a população em geral.

Quando mostramos preocupação quanto à conservação, à duplicação da BR-101 e à conservação das pontes, temos dito que não adianta ter em Santa Catarina Governador, Senador, Deputados amigos do Presidente nem Deputados amigos do Ministro dos Transportes se não for para trazer benefícios para a nossa região.

(Palmas)

Vamos passar às mãos do Presidente da Assembléia Legislativa um documento, assinado pela Amesc, Amrec e Amurel, com a reivindicação para a nossa região. Depois convidamos os Srs. Deputados para visitarem *in loco* a ponte onde está realmente o grande problema aqui em Cabeçada.

Sabemos da preocupação de V.Exa. e de todas as siglas partidárias da nossa região em resolver o problema de Santa Catarina. Então, vamos usar a nossa amizade, o nosso poder político com o Governo Federal para trazer realmente essas reivindicações para o nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passo a palavra ao Sr. Ronério Cardoso Manoel, que falará em nome de toda a classe empresarial da região Sul. Ele é Vereador de Tubarão e Presidente do CDL.

O SR. RONÉRIO CARDOSO (Vereador de Tubarão) - A nossa saudação inicial ao Sr. Deputado Gilmar Knaesel, Presidente da Assembléia Legislativa, às demais autoridades, ao Deputado Adelar Vieira, Autor do requerimento, que permitiu esta manifestação.

Dois sentimentos invadem o nosso coração nesta tarde. O primeiro, é um sentimento de tristeza, porque entendemos que no País da democracia - e muito se falou,

muito se lutou para que fosse democrático - as autoridades, infelizmente, só têm atendido às reivindicações na base do protesto. É por isso que digo, com tristeza, que estamos aqui juntos protestando não por que temos prazer de fazer isso, mas pela necessidade e urgência que temos de resolver o problema da BR-101.

Mas há um outro sentimento, o de alegria, pois não estamos aqui movidos por nenhum Partido Político, estamos aqui, a sociedade civil e organizada, os senhores e senhoras, em função de uma única causa, que é encontrar uma solução para a BR-101, para as pontes, que me parecem muitas vezes estar escoradas por bananeiras, as quais tiram vidas de irmãos nossos, que já não podem mais estar mais aqui para protestar e clamar em favor da sociedade.

Por isso, em nome da classe empresarial, em nome do movimento lojista em Santa Catarina, o nosso apoio, a nossa solidariedade, para que, juntos, possamos resolver e solucionar esse problema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Estava inscrito para falar, mas abriu mão do uso da palavra, o Vereador de Joinville Wilson João Renzetti, que foi o autor do movimento da região Norte do Estado, que culminou com uma grande participação para que a obra da BR-101 fosse registrada.

Esta Presidência solicita uma salva de palmas ao Vereador.

(Palmas)

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o Secretário Estadual dos Transportes e Obras, o Deputado Federal Leodegar Tiscoski.

O SR. SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES E OBRAS (Deputado Federal Leodegar Tiscoski) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Prefeitos, Vereadores, segmentos organizados da sociedade do Sul do Estado que se fazem presentes - e vemos aqui os mais diversos segmentos, desde aqueles que defendem a lagoa, os nossos cavaleiros lá no fundo, até a Associação de Donas de Casa de Tubarão -, estamos todos preocupados com esse grave problema em relação à BR-101. E é lamentável que a Assembléia Legislativa tenha tomado esta posição radical de interromper a BR-101 a fim de chamar a atenção do Governo Federal e do Ministro dos Transportes sobre esse grave problema que nos aflige.

E não é só a BR-101, porque o Sr. Ministro dos Transportes, que desrespeita Santa Catarina, que vem aqui no verão... Porque, sendo gaúcho, veraneia em Santa Catarina, visita-nos, mas desde o dia 17 de fevereiro, quando ocorreu esse episódio grave, envolvendo todo o Sul do nosso Estado, envolvendo o Sul do Brasil, não tivemos a honra de receber o Sr. Ministro em Santa Catarina.

Já se passaram quase dois meses e a solução ainda está pendente. Os problemas provocados pela queda da ponte sobre o Rio Urussanga estão, inquestionavelmente, afetando a vida de vários Municípios, o patrimônio das rodovias municipais e estaduais, utilizadas como desvios, mas o Sr. Ministro não tem dado a mínima atenção!

Temos recebido reiteradas informações de que o Ministro vem a Santa Catarina. Hoje, certamente, ele não poderia estar aqui, porque está nos Estados Unidos, mas esperamos que esteja lá buscando soluções para o transporte nacional, principalmente para o nosso Estado. E esperamos que, depois que retorne dos Estados Unidos, venha a Santa

Catarina para trazer as respostas que estamos esperando.

Este ano, por reiteradas vezes, encaminhamos correspondência ao Sr. Ministro pedindo audiência, e como Deputado Federal, como Secretário dos Transportes de Santa Catarina, tive a honra de ser recebido pelo Sr. Ministro dos Transportes. E mais, a Bancada Federal catarinense, composta pelos nossos três Senadores e dezesseis Deputados Federais, assumiu há 21 dias que teria audiência com o Sr. Ministro, que levaria o Secretário dos Transportes e Obras de Santa Catarina, mas até hoje não tive resposta. Isso é um desrespeito ao povo de Santa Catarina!

Nós queremos a presença do Sr. Ministro aqui, queremos soluções, queremos respostas em relação à BR-101 na parte sul, em relação às nossas pontes na iminência de queda. E isso não é falácia, não é querer assustar o usuário das nossas estradas, mas uma ponte já caiu, e ela não estava entre aquelas consideradas como perigosas. E aqui está a ponte da Cabeçuda com problemas graves, mas a solução até agora não veio, apenas muitas promessas.

Queremos também soluções para a BR-101 na parte norte, indefinida quanto à sua duplicação. Falta apenas a assinatura de um decreto de suplementação de cem milhões para que ocorra a efetiva continuidade da obra.

E não fica por aí a irresponsabilidade, pois no trecho da BR-282 que liga Florianópolis a São Miguel d'Oeste, o nosso Estado está honrando os seis convênios assinados. Já foram pagos 13 milhões de reais, mas o Governo Federal não colocou um tostão sequer. Deve a Santa Catarina, e não temos obtido respostas.

Por isso aqui estou, como Deputado Federal do Sul do Estado, como Secretário dos

Transportes e Obras de Santa Catarina, integrando-me a este movimento. E quero deixar aqui, Sr. Presidente, uma cópia do documento que encaminhamos na última semana, no dia 9, reiterando todas essas reivindicações, esperando que este fato tenha repercussão nacional e que o Sr. Ministro acompanhe as mensagens (que certamente serão transmitida pela imprensa) e, sensibilizado, venha a Santa Catarina e traga as respostas que merecemos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A Presidência coloca aos Sr. Deputados a seguinte moção:

(Passa a ler)

"Com base no Capítulo IV do Regimento Interno, após deliberação, propõe-se o envio de moção ao excelentíssimo Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, nos seguintes termos:

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por seus Deputados, que ao final assinam, em sessão especial realizada na BR-101 sobre a Ponte da Cabeçuda, em Laguna, aprovam a moção nos termos em seguida enumerados:

1 - Renovam veemente pedido de implementação de um projeto emergencial de recuperação das pontes comprometidas, no trecho Palhoça/divisa com o Rio Grande do Sul, da BR-101, onde o seu uso ao longo dos anos compromete sua segurança;

2 - Imediata suplementação de recursos para continuidade das obras de duplicação da BR-101, nos trechos já contratados, e atualmente em execução parcial e contida;

3 - Urgenciamento na conclusão dos projetos técnicos de duplicação da BR-101, com a

conseqüente licitação e contratação, trecho Palhoça/divisa com o Rio Grande do Sul;

4 - Recuperação da balança situada em Araranguá."

Srs. Deputados, o Deputado João Rosa propõe também que seja enviada uma cópia aos Deputados Federais, aos Senadores da República e ao Governador do Estado.

Está aprovada a sua questão de ordem.

Em votação a moção.

OS Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada a moção.

(Palmas)

Srs. Deputados, recebemos a manifestação do Senador da República Geraldo Althoff, que atesta o seu compromisso com a região.

A Presidência agradece o empenho da nossa Polícia Rodoviária Federal, da nossa Polícia Estadual, da Polícia Militar de Santa Catarina, da Polícia Civil de Santa Catarina, que nos ajudaram na organização.

Também queremos agradecer aos funcionários da Assembléia Legislativa, à imprensa, a todas as senhoras e a todos os senhores.

Aqui temos duas faixas que acho que dizem tudo, localizadas ao fundo: "BR-101 é o coração do Sul do Brasil", "BR-101 é vida".

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, na Assembléia Legislativa, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

### EM 15 DE ABRIL DE 1999

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol - Cesar Souza - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Jaime Mantelli - João Rosa - Jaime Duarte - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Pedro Uczai - Rogério Mendonça - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário *ad hoc*, Deputado Jaime Mantelli, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário *ad hoc*, Deputado Jaime Mantelli, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO *AD HOC* (Deputado Jaime Mantelli) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: MENSAGEM DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO Nº: 046, encaminhando Medida Provisória nº 076, que concede autorização para contratação de

pessoal por prazo determinado no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, que declara de utilidade pública a Sociedade Projeto Pão e Vida - Provati, de Chapecó;

- de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, que declara de utilidade pública a Associação Desportiva Guaraciaba;

- de autoria do Sr. Deputado Ivo Konell, que dispensa o pagamento de multas de trânsito não quitadas nos casos que menciona;

- de autoria do Sr. Deputado Francisco de Assis, que regulamenta o uso das escolas públicas estaduais pelas entidades sem fins lucrativos no período em que não estejam ocupadas com atividades pedagógicas;

- de autoria do S. Deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a entidade Associação Comunitária Nilson Lourenço dos Santos, com sede e foro no Município e Comarca de Itajaí - SC;

- de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.034, de 21 de dezembro de 1998.

OFÍCIOS Nºs:

267/99, do Sr. Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal, encaminhando liberação de recursos à Casan;

3.009/99, do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Relatório de Auditoria realizada no Besc;

280/99, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, acusando o recebimento da Indicação nº 009/99;

785/99, do Sr. Chefe do 16º DRF/DNER, acusando o recebimento do Requerimento nº 118/99.

CARTÃO:

- do Sr. Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis, encaminhando cópia do discurso que proferiu na Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados, de 25 de março de 1999, relativamente ao pleito de ampliação e modernização do Aeroporto de Navegantes.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Srs. Deputados, terminada a leitura do Expediente, esta Presidência quer comunicar o falecimento do ex-Deputado Adilson Paes Ventura, natural de Lages,

Santa Catarina, nascido em 08 de maio de 1952, filho de Alberto Ventura e de D. Iolita Paes de Faria Ventura, falecida.

Empresário da construção civil e pecuarista, formado em Administração de Empresas, Secretário da Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Lages, Secretário de Obras e Serviços da Prefeitura Municipal de Lages, Diretor Regional das Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina no Planalto Serrano, criou o movimento da Juventude Democrática Catarinense do Partido Democrático Social - PDS, em 1979.

Foi Deputado na Assembléia Legislativa Estadual como Suplente convocado à 12ª Legislatura, de 1991 a 1995, eleito pelo Partido da Frente Liberal.

Era casado com D. Lisete Maria Moreira Ventura, com quem teve descendentes.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jaime Duarte.

Esta Presidência, antes de levantar a presente sessão, de acordo com o inciso II do art. 77 do Regimento Interno, concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente, de acordo com o parágrafo único do art. 27 do nosso Regimento Interno, eu gostaria de deixar aqui registrados os nomes dos membros que irão compor a Comissão Especial Externa, aprovada por esta Casa na sessão de terça-feira passada, que irá discutir a questão da geração de emprego e renda em nosso Estado.

Mas, antes, quero dizer que, cumprindo o nosso Regimento Interno, de acordo com os contatos que mantive com as Lideranças partidárias, tendo em vista o número de Bancadas e o número de membros desta Comissão, não há como conciliar a participação de todos. Sem dúvida nenhuma, o ideal, sempre que forem aprovadas aqui as Comissões Especiais, é fazermos uma espécie de rodízio entre as Bancadas para que todas participem.

Eu gostaria, então, cumprindo o que diz o Regimento, de nominar para V.Exa. os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial Externa para, segunda-feira, procedermos à sua instalação: Deputados Sandro Tarzan, Adelor Vieira, Ronaldo Benedet, Neodi Saretta e este Deputado, que é o Autor.

Esperamos, Sr. Presidente, fazer um trabalho construtivo em favor do povo de

Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A Presidência registra a composição da Comissão Especial Externa aqui nominada pelo Deputado Jaime Duarte.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, gostaria de fazer dois encaminhamentos a V.Exa.

Primeiro, eu pediria que fosse incluído na Ordem do Dia da próxima segunda-feira o requerimento, através do qual solicitamos assinaturas para a audiência pública que tratará sobre a questão do fumo, da necessidade de negociação para a justa reivindicação dos fumicultores junto ao Sindifumo, porque na segunda-feira haverá a possibilidade de uma das Comissões suprapartidárias de cada Assembléia Legislativa se deslocar a Santa Cruz do Sul para conversar e dialogar com o Sindifumo.

Portanto, gostaria, se possível, que V.Exa. incluisse esse requerimento na Ordem do Dia da próxima segunda-feira.

O segundo encaminhamento diz respeito à questão agrária, à reforma agrária e ao Movimento Sem Terra, assunto que vai ser discutido na semana que vem em todas as Capitais do País, e aqui na nossa Capital temos centenas de trabalhadores rurais sem terra para debater este assunto.

Eu gostaria de solicitar que, com a concordância das Lideranças, fosse aberto um espaço na sessão ordinária da Assembléia do dia 20, terça-feira, no horário reservado às Breves Comunicações, a fim de realizarmos uma atividade especial, pelo menos das 14h às 15h, e não das 14 às 16h, para que fosse um pouco explicitada a questão da violência do campo, a questão agrária e a reforma agrária.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gelson Sorgato.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Sr. Presidente, com relação ao requerimento que o Deputado Pedro Uczai citou, de autoria de todos os Srs. Deputados, referente às negociações com o Sindifumo de Santa Cruz do Sul, nós gostaríamos de colocar aqui que houve esta discussão ontem durante a audiência entre os Srs. Deputados da Comissão de Agricultura, a Afubra e as demais entidades

que representaram aquele ato.

Nós concordamos com esse requerimento, mas estão sendo tomadas também providências referentes às negociações do fumo nas Comissões dos três Estados do Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), juntamente com a Afubra, para podermos abrir um canal de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência aguardará o requerimento das Lideranças, para depois tomar uma definição.

Srs. Deputados, em função do ocorrido, faremos a leitura dos seguintes requerimentos que estão sobre a mesa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares do ex-Deputado Adilson Paes Ventura, enviando sentidos votos de pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Srs. Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras de Vereadores de José Boiteux e de Vitor Meirelles, pelo transcurso do 10º aniversário de emancipação política, a ser comemorado no dia 26 do corrente mês.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao 3º Comandante da 3ª Companhia de Infantaria de Tubarão, cumprimentando o Exército brasileiro pela passagem do seu dia.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Vargeão, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa do Município.

A Presidência defere de plano.

De acordo com o Inciso II do art. 77 do regimento Interno, esta Presidência comunica que a pauta para a próxima sessão será a mesma do dia 15 de abril de 1999, incluindo os requerimentos de autoria dos Deputados Ronaldo Benedet e Manoel Mota e os pedidos de informação dos Deputados Francisco de Assis, Herneus de Nadal e Ideli Salvatti.

Esta Presidência, antes de levantar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental.

Está levantada a sessão.

## ATOS DA MESA DIRETORA

### RESOLUÇÕES

#### RESOLUÇÃO Nº 636/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92,

NOMEAR, **DEONILIO PRETTO JUNIOR**, matrícula nº 3022, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/99 (Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia).  
Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 637/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92,

NOMEAR, **MATHEUS ANDREIS CADORIN**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 16/04/99 (Comissão de Finanças e Tributações).

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 638/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR **MARIA BEATRIZ P. FERREIRA**, matrícula nº 1124, para exercer a função de Chefe da Seção de Distribuição e Controle, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 01/04/99 e, tornar sem efeito a Resolução nº 604, de 12/04/99 (Divisão de Anais).

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 639/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 0506, de 02/04/97, que concedeu Gratificação de Representação, a **NILTON CRUZ JÚNIOR**, matrícula nº 3134, a partir de 05/04/99 (Gabinete da Presidência).

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 640/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 0950, de 17/06/97, que concedeu Gratificação de Representação, a **ROBERTO BONACORDI**, matrícula nº 3118, a partir de 05/04/99 (Gabinete da Presidência).

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 641/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 1057, de 22/07/97, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a **GILSON RIBEIRO**, matrícula nº 2030, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 05/04/99 (Deputado Cesar Souza).

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 642/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **FABIO FIGUEIREDO RIBEIRO**, matrícula nº 1150, da função de Assistente, código PL/CAS-1, do Grupo de Chefia e Assistência Subalterna, a partir de 01/04/99 (Divisão de Saúde e Assistência).

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 643/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **SOLOM SOARES**, matrícula nº 2127, da função de Adjunto de Serviços, código PL/CAS-2, do Grupo de Chefia e Assistência Subalterna, a partir de 01/04/99.

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 644/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **DANILO JOSE VANDRESEN**, matrícula nº 1321, da função de Adjunto de Serviços, código PL/CAS-2, do Grupo de Chefia e Assistência Subalterna, a partir de 05/04/99 (Divisão de Documentação - Arquivo Permanente).

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 645/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **LAILA CUNHA GUIMARÃES**, matrícula nº 1364, da função de Assistente Parlamentar, código PL/CAS-4, do Grupo de Chefia e Assistência Subalterna, a partir de 01/04/99.

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

Aos Treze dias de abril de hum mil novecentos e noventa e nove, às oito horas, reuniram-se na sala de sessão da Assembléia

Legislativa, os Senhores Deputados da Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia para deliberarem sobre os seguintes assuntos: Expediente enviado ao SINDIFUMO; Rádios Comunitárias; Pedido de Audiência Pública sobre comercialização do fumo; preparativos para a Audiência Pública sobre Flexibilização Cambial e Sexto Grito da Terra Brasil/FETAESC. Feita as leituras das Atas da terceira reunião ordinária e da primeira reunião extraordinária. Após aprovadas, o Presidente Deputado Gelson Sorgato abriu a sessão com a presença dos seguintes

Deputados: Neodi Saretta - Vice-Presidente, Jaime Mantelli, Onofre Agostini, Moacir Sopelsa, Nelson Goetten de Lima e Milton Sander. Passou-se em seguida ao exame da correspondência enviada pelo Presidente do SINDIFUMO comunicando que não viria à Audiência Pública a qual fora convidado. O Senhor Presidente levantou a questão das notas publicadas nos jornais pelo SINDIFUMO fechando definitivamente as negociações com os fumicultores e solicitou opinião sobre a condução da reunião que havia sido proposta para após a Audiência Pública no dia quatorze do corrente. O Deputado Neodi Saretta manifestou-se favorável a uma Audiência Pública com os segmentos envolvidos na negociação do fumo, mesmo com a ausência do SINDIFUMO, lamentando o fim das negociações. Manifestou seu interesse em participar do movimento que irá acontecer em Santa Cruz do Sul. A seguir o Presidente procedeu a leitura do documento da FETAESC pedindo interferência da Comissão de Agricultura, no sentido de reservar o Plenário do Palácio Barriga-Verde para a realização de Audiência Pública no dia vinte e nove, referente ao lançamento do Programa Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e tratados assuntos relativos ao Sexto Grito da Terra Brasil. Voltando ao assunto da Negociação da comercialização do fumo, o Deputado Jaime Mantelli manifestou-se dizendo que mantinha a mesma posição da reunião anterior a favor da reabertura dos canais de negociação. Sugere o envio de telegrama ao SINDIFUMO lamentando a ausência daquele Sindicato na Audiência Pública do dia quatorze, significando um desprestijamento ao evento e aos participantes. O Deputado Jaime Mantelli coloca-se à disposição para participar do movimento a ser realizado em Santa Cruz do Sul. O Deputado Moacir Sopelsa pondera as colocações do SINDIFUMO na nota publicada e manifesta-se a favor da participação no movimento em Santa Cruz do Sul. O Senhor Presidente recomenda à Secretaria da Comissão a elaboração de um fax ao SINDIFUMO. Sugere aos Membros da Comissão a necessidade de um Pedido de Informação sobre a situação do endividamento dos agricultores catarinenses. O Deputado Onofre Agostini sugere a elaboração de dois pedidos: um ao Governo do Estado e outro aos Bancos. O Deputado Nelson Goetten de Lima manifestou-se a favor da inclusão no Pedido sobre o FINAME rural. O Deputado Neodi Saretta solicita a inclusão da FETRAFESC como debatedor. O Presidente afirma que dará oportunidade aquela representação para manifestar-se. O Deputado Neodi Saretta solicita a presença de representante do PRONAF à convite da Comissão de Agricultura para explicar as mudanças que ocorrerá naquele Programa - as novas medidas. O Deputado Milton Sander comunicou que recebeu do Superintendente da Caixa Econômica Federal, ocasião em que foi informado que aquela Instituição já possui instruções sobre o PRONAF. O Senhor Presidente, retornando ao assunto do SINDIFUMO decidiu que na Audiência Pública, será discutido o assunto com representantes do Setor que estiverem presentes. O Deputado Moacir Sopelsa salienta que é importante a participação em Santa Cruz do Sul para obter-se informações mais detalhadas das negociações. A seguir o Senhor Presidente colocou em discussão a necessidade da Comissão de participar do Projeto Alternativo para Desenvolvimento do Oeste Catarinense, juntamente com a UNOESC e demais Universidades do Oeste. O Deputado Milton Sander aplaudiu e corroborou com a idéia, propondo a inclusão de órgãos do Governo e a equipe do Professor Alcides Abreu para participar dessas discussões. Informa sobre os trabalhos em andamento com a Secretaria do Oeste e sugere a participação em seminário a ser realizado com a equipe citada e o Conselho de Desenvolvimento do Oeste. O Deputado Moacir Sopelsa reforça, dizendo que nada poderá ser feito se não houver a participação do Governo do Estado. Concluindo, o Senhor Presidente, Deputado Gelson Sorgato, juntamente com os demais Deputados presentes considera que não há mais assunto a tratar e encerra a sessão e eu Osmar Alcides da Conceição lavrei, a presente ata que após lida e aprovada, será por todos assinada.

Deputado Gelson Sorgato - Presidente  
 Deputado Neodi Saretta - Vice-Presidente  
 Deputado Jaime Mantelli - Membro  
 Deputado Moacir Sopelsa - Membro  
 Deputado Nelson Goetten - Membro  
 Deputado Milton Sander - Membro  
 Deputado Onofre Agostini - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA, PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE OS EFEITOS DA FLEXIBILIZAÇÃO CAMBIAL NA AGRICULTURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA**

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e noventa e nove, a Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia, reuniu-se no Plenarinho da Assembléia Legislativa em Audiência Pública para discutir os efeitos da flexibilização Cambial na Agricultura Brasileira e em especial na Agricultura de Santa Catarina. A audiência foi realizada em conjunto com a Comissão dos Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Da Comissão de Agricultura estavam presentes os Deputado Gelson Sorgato - Presidente, Neodi Saretta - Vice-Presidente, e os membros: Moacir Sopelsa, Onofre Agostini e Jaime Mantelli. O Presidente da Comissão de Direitos Humanos representou os demais Membros. Presentes, também, os Deputados Pedro Uczai, Reno Caramori, Odete Nascimento, José Herbst, Afonso Spaniol, Herneus de Nadal, Rogério Mendonça, Ivo Konnel, Ideli Salvatti, Romildo Titon e Manoel Mota. Formada a mesa de autoridades, o Senhor Presidente abriu a sessão convidando para a primeira palestra o Dr. Amílcar Gramacho, superintendente da O.C.B que discorreu sobre "A Política cambial e a Agricultura". A segunda palestra versou sobre "A Agricultura Catarinense no Atual Contexto Sócio-econômico" proferida pelo Dr. Luiz Hilton Temp, presidente da FECOAGRO. Encerradas as palestras, passou-se aos debates sobre os assuntos explanados. Participaram como debatedores os senhores Antônio Rovaris representando a FETAESC, Nelson Rogério de Souza pela FAESC, Paulo Dokonal da OCESC, Tabajara Marcondes do ICEPA, Nilton R. Zen do SINDICARNE, Zulmir Frare da FETRAFESC, Áureo R de Souza da FECAM, e Julcemir Soares do PROCON. Abertas as inscrições para manifestação em plenária, pronunciaram-se os Deputados Herneus de Nadal (autor do requerimento da presente Audiência) Ronaldo Benedet, Neodi Saretta, Moacir Sopelsa, Pedro Uczai, Rogério Mendonça e por último o Presidente Deputado Gelson Sorgato. No período vespertino a Audiência teve prosseguimento com a discussão da situação dos fumicultores diante das negociações com as empresas fumageiras vinculadas ao SINDIFUMO. Com a palavra o Senhor Presidente reabriu a sessão referindo-se aos itens propostos pelos produtores de fumo: reajuste do preço; classificação produto; reflexos da variação cambial e definição de estratégias para viabilizar a negociação. O Deputado Jaime Mantelli, tomando a palavra, manifestou sua estranheza sobre os pedidos de insumos para próxima safra, os quais já estão sendo encaminhados sem a definição da comercialização da safra atual. Após essa participação a palavra foi transferida ao senhor HAINSI GRASLOW, presidente da AFUBRA. Em seu depoimento, a AFUBRA lamentou a ausência do SINDIFUMO, se dispôs a auxiliar nas negociações com cálculos sobre a formação dos preços. Colocou-se a favor de uma trégua para renegociação com as indústrias e solicitou apoio das Comissões de Agricultura dos três Estados (Paraná, Rio Grande do Sul Santa Catarina). O Deputado Moacir Sopelsa sugeriu maior flexibilidade de ambas as partes nas negociações. O presidente Gelson Sorgato agradeceu a participação da AFUBRA e cedeu a palavra ao senhor Zumir Frare, presidente da FETRAFESC. Em seu depoimento, representante daquela Federação manifestou seu descontentamento com relação a nota publicada nos jornais pelo SINDIFUMO, contestou os argumentos das empresas fumageiras e conclamou os produtores a participarem da reunião marcada para o dia 19 (dezenove) próximo em Santa Cruz do Sul. A seguir o Deputado Gelson Sorgato destacou a proposta do Deputado Jaime Mantelli, o qual sugeriu a não contratação da nova safra por partes dos fumicultores, como uma das estratégias para forçar a reabertura das negociações com as fumageiras. O Deputado Neodi Saretta propõe a definição de uma estratégia para participação da reunião em Santa Cruz do Sul na próxima segunda-feira e sugere uma articulação entre as três Comissões dos Estados do Sul. O Deputado Jaime Mantelli sugere a elaboração de um documento para as Secretarias de Agricultura dos Estados destacando os itens da pauta de negociações e a participação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina em defesa dos agricultores. Propõe informar a imprensa sobre as atividades da Comissão nessa questão e reafirmar diariamente a posição ao SINDIFUMO ao que chamou de "pressão branca". O Presidente

determinou à Secretaria que tomasse as providências no sentido de elaborar o documento à Secretaria da Agricultura e fizesse contatos com as secretarias do Rio Grande do Sul e Paraná cientificando-as sobre a participação de Santa Catarina. A seguir usou a palavra o Presidente do Conselho da Agricultura do Município de José Boiteux, reforçando a idéia da não contratação da nova safra e pediu apoio aos Deputados para apoiarem essa sugestão. Defendendo a idéia da união entre as Instituições em favor da fomicultura do Estado o Presidente Gelson Sorgato considerou a Audiência encerrada, após constatar que não havia mais assuntos a tratar e fazer os agradecimentos a todos os presentes. Eu Osmar Alcides da Conceição lavrei a presente Ata que após lida e apreciada será assinada por todos.

Deputado Gelson Sorgato - Presidente da Comissão

Deputado Neodi Saretta - Vice-Presidente

Deputado Jaime Mantelli - Membro

Deputado Moacir Sopesa - Membro

Deputado Nelson Goetten - Membro

Deputado Milton Sander - Membro

Deputado Onofre Agostini - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

## MEDIDA PROVISÓRIA

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 077/99

#### GABINETE DO GOVERNADOR

#### MENSAGEM Nº 052

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição do Estado, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que editei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos do Procurador Geral do Estado, a qual "Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde".

Devido a relevância e urgência da matéria, estou retirando de pauta o projeto de lei, de origem governamental, encaminhado através da mensagem nº 49, de 16 de abril de 1999, que está sendo substituído pela presente Medida Provisória.

Palácio Santa Catarina, 19 de abril de 1999

#### ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 20/04/99

#### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

#### Exposição de Motivos Nº 009/99

#### Do Procurador Geral do Estado ao Excelentíssimo Senhor Governador

Em decorrência do despacho do MM Juiz da 3ª Vara Cível e feitos da fazenda da Comarca de Blumenau (doc nº 01) que significa iminência de constrangimento a servidores estaduais, estamos propondo edição de Medida Provisória que cumprirá o escopo do Projeto de Lei encaminhado à Assembléia Legislativa de nosso Estado, através da Mensagem nº 049 de 16.04.99 (doc nº 02).

#### PAGAMENTOS EFETUADOS PELO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR ORDEM JUDICIAL LIMINAR, PARA TRATAMENTO MÉDICO HOSPITALAR

AUTOR	ASSUNTO	VALOR PAGO EM R\$	COMARCA
Maurício Guidi da Silva	Pqto. Tto. médico hospitalar	178.000,00	Criciúma
Luiz Antonio Salgado	Pqto. Tto. médico hospitalar	120.000,00	Blumenau
Silvia Aparecida Gaspar	Pqto. Tto. médico hospitalar	1.600,00	Capital
Fábio da Silva Gevaerd	Pqto. Tto. médico hospitalar	Med. HIV	Capital
Adriano Cruz	Pqto. Tto. médico hospitalar	150.000,00	Lages
Simone Zomer Saturno	Pqto. Tto. médico hospitalar	100.000,00	Tubarão
João Batista Gonçalves Cordeiro	Pqto. Tto. médico hospitalar	85.000,00	Arananquá
Alexandre Gattai	Pqto. Tto. médico hospitalar	168.000,00	Florianópolis
Julio Cesar Amaral	Pqto. Tto. médico hospitalar	154.000,00	Lages
José Geraldo Gava Sebastião	Pqto. Tto. médico hospitalar	Requer o tto. gratuito	Imbituba
Eileen Karen Anselmo	Pqto. Tto. médico hospitalar	27.663,60	Criciúma
Lauri Rizzo	Pqto. Tto. médico hospitalar	Determinado tto. gratuito	Chapecó
Samuel Bernardo Antunes	Pqto. Tto. médico hospitalar	130.000,00	Chapecó
Tiago Braga Martinhago	Pqto. Tto. médico hospitalar	154.500,00	Criciúma
Renato Pacheco Filho	Pqto. Tto. médico hospitalar	178.000,00	Imbituba
Gilmara Broll	Pqto. Tto. médico hospitalar	60.000,00	Concórdia
<b>Total.....</b>		<b>1.506.763,60*</b>	

É necessário, porém, salientar que o Estado vem sendo alvo de decisões semelhantes que montam cifra superior a R\$ 1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil reais), conforme documento anexo.

Esta Procuradoria está encetando todos os esforços possíveis, na área judicial, para evitar que tais prejuízos se convertam em fator de dificuldade financeira adicional àquelas vivenciadas pelo Governo.

Florianópolis, 19 de abril de 1999

**Walter Zigelli**

Procurador Geral do Estado

Florianópolis, 13 de abril de 1999

Exmo. Sr.

Dr. Walter Zigelli

DD Procurador Geral do Estado

Nesta Casa

Senhor Procurador Geral

Conforme solicitado por V. Exa. a PROPAT efetuou levantamento das ações referentes a solicitações de remédios e tratamentos médicos ou cirúrgicos.

Dos casos elencados em apenas um deles não foi concedida liminar ou antecipação de tutela. Nos demais casos sempre houve o bloqueio de conta do Estado, para adimplemento do quantum determinado.

Conforme se demonstra pelos quadros trazidos, existem duas espécies de ações, em que o Estado se vem instado a custear, liminarmente, tratamentos médicos, bem como a fornecer medicamentos.

O primeiro refere-se, na maior parte a tratamentos no exterior, para os portadores de Mal de Duchene e a transplantes de medula, em hospitais particulares.

O tratamento para o Mal de Duchene, conforme fartamente comprovado pelo Estado nas contestações e agravos, é inócuo e absolutamente experimental, não sendo, inclusive aprovado pelo FDA, o órgão americano que fiscaliza medicamentos. Há que se enfatizar, ainda, que as determinações judiciais prevêm o pagamento de passagens e estada do paciente, dos pais (ambos) e, por vezes, até de intérprete.

Com relação aos transplantes de medula há que ressaltar que os hospitais da rede pública os realizam, pelo INSS e IPESC. Os Autores, nessas ações, invocam a urgência para requerer tratamento em hospitais particulares e, com base nesse argumento, os juizes têm, invariavelmente, concedido liminar ou antecipação de tutela.

Com relação aos portadores do vírus HIV, o Estado mantém um programa para fornecimento dos medicamentos pertinentes. Soubemos que a intenção dos Autores é manter o fornecimento ininterrupto, mesmo em fases de falta ou diminuição de sua disponibilidade.

Impende informar que, no Sul, os advogados são sempre os mesmos, que dão à causa valor exagerado, buscando honorários altos. O Estado tem, sempre, impugnado o valor da causa, não logrando êxito, sempre. O magistrado de Criciúma tem acolhido todas as impugnações.

Por oportuno informo que em meados de 1997, efetivando controle das limitações, em caso de AIDS, pude comprovar a entrega de medicamentos, ao abrigo de apontada liminar, a pessoas que sequer haviam ajuizado ação. Houve, à época informações de que esse expediente era utilizado por funcionários da Saúde que, posteriormente, vendiam os medicamentos.

Acresça-se à informação o alto custo desses medicamentos, em torno de R\$ 1000,00/mês.

Esse fato foi comunicado ao Sr. Secretário da Saúde à época.

## FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS - COQUETEL ANTI-HIV

QUANTIDADE	VALOR MENSAL MÉDIO-UNITÁRIO	MÉDIA MENSAL
91	R\$ 1.000,00	R\$ 91.000,00

\* Não estão somados os valores destinados aos tratamentos genéticos, por serem difíceis de mensurar. Era o que tinha a informar, colocando-me à disposição para qualquer informação complementar que se fizer necessária. Cordialmente

FRANCIS LILIAN TORRECILLAS SILVEIRA  
Procuradora do Estado  
Coordenadora da PROPAT

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 077, de 19 de abril de 1999

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

No uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, edita a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), em favor do Fundo Estadual de Saúde, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

4800 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

44891 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Atividade Ações Especiais de Saúde

Objetivo Estabelecer condições legais para cumprir liminar que determinou depósito em nome do Hospital Nossa Senhora das Graças, em Curitiba-PR, em Ação Cautelar Inominada/Atípica (autos nº 008.98.020328-4-1165/98), proposta na 3ª Vara Cível e Feitos da Fazenda da Comarca de Blumenau.

Código 4891.13754282.430

3000.00 DESPESAS CORRENTES

3100.00 DESPESAS DE CUSTEIO

3130.00 Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 (40) Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 120.000,00

Art. 2º Para atender o crédito especial a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação especificada a seguir:

0300 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

0391 FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA

Projeto Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário

Código 0391.02040251.038

4000.00 DESPESAS DE CAPITAL

4100.00 INVESTIMENTOS

4110.00 (40) Obras e Instalações ..... R\$ 120.000,00

Art. 3º O Tribunal de Justiça do Estado, através do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, providenciará o recolhimento do montante de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) ao Fundo Estadual de Saúde, até 15 (quinze) dias após a publicação desta Medida Provisória para atender aos encargos nela previstos.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 19 de abril de 1999

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

## MENSAGEM GOVERNAMENTAL

## GABINETE DO GOVERNADOR

## MENSAGEM Nº 053/99

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Tramita nesse egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei, de origem governamental, encaminhado através da Mensagem nº 049, de 16 de abril de 1999, que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde".

Em função da urgência que o caso requer, editei Medida Provisória pelo que solicito, respeitosamente, seja ele retirado de pauta e, em decorrência, encerrada sua tramitação legislativa.

Palácio Santa Catarina, 19 de abril de 1999

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

Lido no Expediente  
Sessão de 20/04/99

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO

## OFÍCIO Nº 016/99

PROCEDÊNCIA: ENTIDADE DE OBRAS SOCIAIS

PRAZO: ORDINÁRIO

Encaminha Relatório de Atividades das seguintes Entidades: Rede Feminina de Combate ao Câncer, Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga, Sociedade Bakita, Grupo Voluntários do Hospital Municipal de São José, Associação Santa Luzia de Marillac, Fundação Pró-Rim, Comunidade Evangélica, Instituto Catarinense de Reabilitação do Potencial Humano, Creche Comunitária Criança Feliz, C.E.T. Cantinho Feliz, Sociedade Espirita e do Instituto Pedagógico de Reabilitação Infantil, todas de Joinville.

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/99

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

## PORTARIA Nº 271/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **JORGE JOSÉ SALUM JUNIOR**, matrícula nº 1970, na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99.

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 272/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **WALDIR ROESNER**, matrícula nº 1925, no Gabinete do Deputado Nelson Goetten de Lima.

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 273/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **CLAUDIO LUIZ SEBEN**, matrícula nº 0485, na Liderança do PSDB.

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99.

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 274/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **LAILA CUNHA GUIMARÃES**, matrícula nº 1364, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99.

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

**PORTARIA Nº 275/99** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **CARLOS ALBERTO DE SOUZA**, matrícula nº 2186, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-1-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 15/04/99.

**PORTARIA Nº 276/99** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA MARCIA DE MELO BARRETO**, matrícula nº 1252, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-8-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 12/04/99.

**PORTARIA Nº 277/99** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **RITA DE CÁSSIA SILVA DE ANDRADE**, matrícula nº 1850, ocupante do cargo de Engenheiro, código PL/ATS-10-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 12/04/99.

Palácio Barriga-Verde, em 26/04/99.

NAZARILDO TANCREDO KNABEN

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 48, inciso VII, da Constituição do Estado, e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Gilmar Knaesel, Presidente, promulgo o seguinte

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/99

Concede licença ao Governador do Estado para ausentar-se do país.

Art. 1º Fica autorizado o Governador do Estado de Santa Catarina a ausentar-se do país no período compreendido entre os dias 30 (trinta) de abril a 10 (dez) de maio do corrente ano.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27/04/99

Deputado Ivan Ranzolin

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETOS DE LEI

#### PROJETO DE LEI Nº 068/99

##### GABINETE DO GOVERNADOR

##### MENSAGEM Nº 050

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, o projeto de lei que "Altera dispositivo da Lei nº 5.455, de 29 de junho de 1978, com a redação dada pela Lei nº 10.187, de 17 de junho de 1996, que autoriza a criação do Fundo Rotativo nos estabelecimentos provisórios e de execução penal do Sistema Penitenciário, e dá outras providências".

Palácio Santa Catarina, 16 de abril de 1999

##### ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 20/04/99

##### SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

##### GABINETE DO SECRETÁRIO

EM.GAB Nº 048/SJC

Florianópolis, 07 de abril de 1999.

Senhor Governador,

Com as minhas respeitadas saudações, dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei, que dispõe sobre alteração da Lei nº 5.455, de 29 de junho de 1978, com redação dada pela Lei nº 10.187, de 17 de junho de 1996, para possibilitar suplementação de recursos no atendimento das necessidades básicas dos reeducandos, presos provisórios e dos adolescentes autores de ato infracional, pertencentes à administração penal do

Estado de Santa Catarina, visando ao bem-estar da pessoa humana.

2. A Lei 5.455, de 29 de junho de 1978, autorizou a criação do Fundo Rotativo nos estabelecimentos provisórios e de execução penal, bem como nos Centros de Internamento para adolescentes autores de ato infracional, destinado à aquisição, transformação e revenda de mercadorias e à prestação de serviços.

3. Atualmente, o Fundo Rotativo fica limitado a aquisição, transformação, revenda e prestação de serviços, não se atendendo as demais necessidades como bem-estar do reeducando, vez que tal fundo está diretamente ligado a produção de mercadorias, através da transformação da matéria-prima em produto manufaturado, deixando-se de lado o elemento humano, que fica sob encargo único e exclusivo do Estado.

4. Desta forma, a proposta de alteração da Lei 5.455, de 29 de junho de 1978, tem por finalidade de ampliar a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Rotativo nos setores básicos de assistência, manutenção, higiene e do bem-estar do reeducando, preso provisório e adolescente autor de ato infracional, pertencentes à Administração Penal do Estado, pela inclusão das despesas correntes e de capital.

5. A nova redação ampliará a destinação do Fundo Rotativo, ao dar novas perspectivas à Lei 5.455, de 29 de junho de 1978, uma vez que possibilitará o emprego do Fundo Rotativo na manutenção e no investimento da pessoa humana, em atendimento das necessidades básicas do reeducando, preso provisório e do adolescente autor de ato infracional: quer seja na melhoria das instalações físicas e de higiene, quer seja no seu bem-estar.

6. Isso porque, a receita do Fundo Rotativo advém, além das dotações constantes do Orçamento Geral do Estado, dos recursos financeiros resultantes: a) da prestação de serviços e da revenda de mercadorias; b) das contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da Administração direta e indireta; c) das receitas oriundas de convênios celebrados entre o Estado e instituições públicas e privadas; d) dos resultantes da alienação de material ou equipamento inservível; e) de outras receitas que lhe forem especificamente destinadas.

7. Portanto, a proposta de alteração da Lei 5.455, de 29 de junho de 1978, que instituiu o Fundo Rotativo, trará o Estado maior captação de recursos financeiros destinados ao ser humano, constituindo-se tais Fundos Rotativos em suplementação de receita na melhoria do sistema carcerário.

Diante do exposto, dirijo-me a Vossa Excelência, Senhor Governador, encarecendo seja encaminhado o presente projeto de Lei, anexo, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o que permitirá suplementação de receita no atendimento das necessidades básicas e assistenciais dos reeducandos, presos provisórios e adolescentes autores de atos infracionais, possibilitando melhorias nas instalações, higiene e bem-estar, mediante tratamento mais digno, pela valorização da pessoa humana.

Respeitosamente,

**LUIZ CARLOS SCHMIDT DE CARVALHO**

Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

#### PROJETO DE LEI Nº 068/99

Altera dispositivo da Lei nº 5.455, de 29 de junho de 1978, com a redação dada pela Lei nº 10.187, de 17 de junho de 1996, que autoriza a criação do Fundo Rotativo nos estabelecimentos provisórios e de execução penal do Sistema Penitenciário, e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 5.455, de 29 de junho de 1978, alterado pela Lei nº 10.187, de 17 de junho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Fundo Rotativo nos estabelecimentos provisórios e de execução penal bem como nos Centros de Internamento para adolescentes autores de ato infracional, existentes ou que venham a ser criados, subordinados à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, destinado à aquisição, transformação e revenda de mercadorias e à prestação de serviços, bem como à realização de despesas correntes e de capital."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 069/99****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 049**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos conjunta da lavra dos Secretários de Estado da Fazenda e da Saúde e do Procurador Geral do Estado, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde".

Devido à relevância a premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa Augusta Casa Legislativa.

Palácio Santa Catarina, 16 de abril de 1999

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 20/04/99***SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA****GABINETE DO SECRETÁRIO**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SEF Nº 059/99

Em 14 de abril de 1999

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva obter autorização legislativa para abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde, no montante de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

2. A abertura de crédito especial torna-se necessária para atender despesas com o cumprimento da liminar que determinou depósito em nome do Hospital Nossa Senhoras das Graças, em Curitiba-PR, em Ação Cautelar Inominada/Atípica (autos nº 008.98.020328-4-1165/98), proposta no 3ª Vara Cível e Feitos da Fazenda da Comarca de Blumenau.

3. Para efetuar a alteração pretendida, estamos propondo a anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas ao projeto "Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário" - código 0391.02040251.038, vinculado ao Programa de Trabalho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, transpondo-as para à atividade "Ações Especiais de Saúde" - código 4891.13754282.430, pertencente ao programa de trabalho do Fundo Estadual de Saúde.

4. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para cumprimento de liminar da 3ª Vara Cível e Feitos da Fazenda da Comarca de Blumenau, sugerimos a Vossa

**PAGAMENTOS EFETUADOS PELO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR ORDEM JUDICIAL LIMINAR, PARA TRATAMENTO MÉDICO HOSPITALAR**

AUTOR	ASSUNTO	VALOR PAGO EM R\$	COMARCA
Maurício Guidi da Silva	Pgto. Tto. médico hospitalar	178.000,00	Criciúma
Luiz Antonio Salgado	Pgto. Tto. médico hospitalar	120.000,00	Blumenau
Silvia Aparecida Gaspar	Pgto. Tto. médico hospitalar	1.600,00	Capital
Fábio da Silva Gevaerd	Pgto. Tto. médico hospitalar	Med. HIV	Capital
Adriano Cruz	Pgto. Tto. médico hospitalar	150.000,00	Lages
Simone Zomer Saturno	Pgto. Tto. médico hospitalar	100.000,00	Tubarão
João Batista Gonçalves Cordeiro	Pgto. Tto. médico hospitalar	85.000,00	Aranquá
Alexandre Gattai	Pgto. Tto. médico hospitalar	168.000,00	Florianópolis
Julio Cesar Amaral	Pgto. Tto. médico hospitalar	154.000,00	Lages
José Geraldo Gava Sebastião	Pgto. Tto. médico hospitalar	Requer o tto. gratuito	Imbituba
Eileen Karen Anselmo	Pgto. Tto. médico hospitalar	27.663,60	Criciúma
Lauri Rizzo	Pgto. Tto. médico hospitalar	Determinado tto. gratuito	Chapecó
Samuel Bernardo Antunes	Pgto. Tto. médico hospitalar	130.000,00	Chapecó
Tiago Braga Martinhago	Pgto. Tto. médico hospitalar	154.500,00	Criciúma
Renato Pacheco Filho	Pgto. Tto. médico hospitalar	178.000,00	Imbituba
Gilmara Broll	Pgto. Tto. médico hospitalar	60.000,00	Concórdia
<b>Total.....</b>		<b>1.506.763,60*</b>	

**FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS - COQUETEL ANTI-HIV**

Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente

Antônio Carlos Vieira

Secretário de Estado da Fazenda

Eni José Voltolini

Secretário de Estado da Saúde

Walter Zigelli

Procurador Geral do Estado

Florianópolis, 13 de abril de 1999

Exmo. Sr.

Dr. Walter Zigelli

DD Procurador Geral do Estado

Nesta Casa

Senhor Procurador Geral

Conforme solicitado por V. Exa. a PROPAT efetuou levantamento das ações referentes a solicitações de remédios e tratamentos médicos ou cirúrgicos.

Dos casos elencados em apenas um deles não foi concedida liminar ou antecipação de tutela. Nos demais casos sempre houve o bloqueio de conta do Estado, para adimplemento do quantum determinado.

Conforme se demonstra pelos quadros trazidos, existem duas espécies de ações, em que o Estado se vem instado a custear, liminarmente, tratamentos médicos, bem como a fornecer medicamentos.

O primeiro refere-se, na maior parte a tratamentos no exterior, para os portadores de Mal de Duchene e a transplantes de medula, em hospitais particulares.

O tratamento para o Mal de Duchene, conforme fartamente comprovado pelo Estado nas contestações e agravos, é inócuo e absolutamente experimental, não sendo, inclusive aprovado pelo FDA, o órgão americano que fiscaliza medicamentos. Há que se enfatizar, ainda, que as determinações judiciais prevêm o pagamento de passagens e estada do paciente, dos pais (ambos) e, por vezes, até de intérprete.

Com relação aos transplantes de medula há que ressaltar que os hospitais da rede pública os realizam, pelo INSS e IPESC. Os Autores, nessas ações, invocam a urgência para requerer tratamento em hospitais particulares e, com base nesse argumento, os juizes têm, invariavelmente, concedido liminar ou antecipação de tutela.

Com relação aos portadores do vírus HIV, o Estado mantém um programa para fornecimento dos medicamentos pertinentes. Soubemos que a intenção dos Autores é manter o fornecimento ininterrupto, mesmo em fases de falta ou diminuição de sua disponibilidade.

Impende informar que, no Sul, os advogados são sempre os mesmos, que dão à causa valor exagerado, buscando honorários altos. O Estado tem, sempre, impugnado o valor da causa, não logrando êxito, sempre. O magistrado de Criciúma tem acolhido todas as impugnações.

Por oportuno informo que em meados de 1997, efetivando controle das limitações, em caso de AIDS, pude comprovar a entrega de medicamentos, ao abrigo de apontada liminar, a pessoas que sequer haviam ajuizado ação. Houve, à época informações de que esse expediente era utilizado por funcionários da Saúde que, posteriormente, vendiam os medicamentos.

Acresça-se à informação o alto custo desses medicamentos, em torno de R\$ 1000,00/mês.

Esse fato foi comunicado ao Sr. Secretário da Saúde à época.

QUANTIDADE	VALOR MENSAL MÉDIO-UNITÁRIO	MÉDIA MENSAL
91	R\$ 1.000,00	R\$ 91.000,00

\* Não estão somados os valores destinados aos tratamentos genéticos, por serem difíceis de mensurar.  
Era o que tinha a informar, colocando-me à disposição para qualquer informação complementar que se fizer necessária.  
Cordialmente

FRANCIS LILIAN TORRECILLAS SILVEIRA  
Procuradora do Estado  
Coordenadora da PROPAT

**PROJETO DE LEI Nº 069/99**

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), em favor do Fundo Estadual de Saúde, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

4800	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	
4891	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	
Atividade	Ações Especiais de Saúde	
Objetivo	Estabelecer condições legais para cumprir liminar que determinou depósito em nome do Hospital Nossa Senhora das Graças, em Curitiba-PR, em Ação Cautelar Inominada/Atípica (autos nº 008.98.020328-4-1165/98), proposta na 3ª Vara Cível e Feitos da Fazenda da Comarca de Blumenau.	
Código	4891.13754282.430	
3000.00	DESPESAS CORRENTES	
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	
3130.00	Serviços de Terceiros e Encargos	
3132.00 (40)	Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 120.000,00

Art. 2º Para atender o crédito especial a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação especificada a seguir:

0300	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	
0391	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	
Projeto	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	
Código	0391.02040251.038	
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4100.00	INVESTIMENTOS	
4110.00 (40)	Obras e Instalações .....	R\$ 120.000,00

Art. 3º O Tribunal de Justiça do Estado, através do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, providenciará o recolhimento do montante de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) ao Fundo Estadual de Saúde, até 15 (quinze) dias após a publicação desta Lei para atender aos encargos nela previstos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 070/99**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 051**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Casa Civil, o projeto de lei que "Altera o art. 1º da Lei nº 10.360, de 10 de janeiro de 1997".

Palácio Santa Catarina, 16 de abril de 1999

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 20/04/99

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO**

**GABINETE DA SECRETARIA**

Exposição de Motivos

Florianópolis, 15 de abril de 1999

Excelentíssimo Senhor Governador

A Lei estadual nº 10.360, de 10 de janeiro de 1997, de origem parlamentar, deu nova denominação a antiga Escola Básica Professora Ibrantina Antunes Neves.

Como o Poder Executivo não pode alterar autógrafa aprovado em plenário pela Assembléia Legislativa, a Lei 10.360/97 foi sancionada na forma definida pelo Poder Legislativo.

Entretanto, existe uma forma específica para denominar-se as escolas da rede estadual de ensino. As denominações devem referir-se a "escola básica" ou "colégio estadual".

Por esta razão a Direção da referida escola pede a retificação da Lei 10.360/97, no tocante à denominação, que em sua forma correta deverá ser "Escola Básica Antônio Stuart".

Assim, sugiro a Vossa Excelência o encaminhamento do projeto de lei na forma em que se encontra redigido.

Respeitosamente

Miriam Schlickmann

Secretária de Estado

**PROJETO DE LEI Nº 070/99**

Altera o art. 1º da Lei nº 10.360, de 10 de janeiro de 1997.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.360, de 10 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada de "Escola Básica Antônio Stuart" a atual Escola Estadual Professora Ibrantina Antunes Neves, localizada em Retiro da União, Município de Sombrio."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 071/99**

**Veda a prática do trote à calouros, nas instituições de ensino do Estado de Santa Catarina.**

Art. 1º Fica vedada a prática do trote imposto por veteranos, aos calouros das instituições de ensino do Estado de Santa Catarina.

**Parágrafo único** - Para efeitos desta Lei, entende-se por trote, a zombaria a que alunos veteranos submetem os calouros.

Art. 2º Compete à direção das instituições de ensino, cumprir e fazer cumprir a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1999.

**Deputado Onofre Santo Agostini**

Lido no Expediente

Sessão de 20/04/99

**JUSTIFICATIVA**

Cientes e preocupados com o crescimento da prática de atos abusivos e atentatórios à integridade física e moral de calouros, nas instituições de ensino do País, entendemos oportuno submeter à elevada apreciação dos nobres pares, a presente proposição, que visa erradicar do costume estudantil tais ações, no âmbito das escolas do Estado de S. Catarina.

Pretendemos, com a implementação da medida, evitar entre outros, acontecimentos como aquele ocorrido recentemente no *campus* de uma Universidade do Estado de São Paulo, no qual, tragicamente, um aluno perdeu a vida.

Desta forma, em nome do combate à violência e admitida a presente proposição, solicitamos o apoio dos nobres colegas, para a sua aprovação.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 072/99**

*Dispõe sobre a reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeções e veículos de transporte coletivo no estado de Santa Catarina e dá outras providências*

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA aprova a seguinte Lei:

Art. 1º - As salas de projeções, os teatros, e os espaços culturais do Estado de Santa Catarina que oferecem assentos para platéia, reservarão, no mínimo, três por cento dos lugares para pessoas obesas.

Art. 2º - Os lugares reservados na forma do art. 1º serão destacados de assentos especiais, de forma a garantir conforto físico compatível com o disposto nesta lei.

Art. 3º - As empresas concessionárias de transportes coletivos urbanos e interurbanos do estado de Santa Catarina, reservarão, no mínimo, um lugar por veículo para atendimento no disposto nessa Lei.

Art. 4º - Os responsáveis por empreendimentos abrangidos por esta lei terão prazo de cento e vinte para procederem a adequação dos locais e veículos, dos preceitos nela contidos.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1999.

DEPUTADO ESTADUAL SANDRO TARZAN

*Lido no Expediente*

*Sessão de 26/04/99*

**Justificativa:**

A respectiva proposta tem como objetivo proporcionar ao cidadão catarinense o direito a seu conforto físico e bem-estar no seu ambiente.

Neste particular, ao analisarmos os direitos individuais e coletivos, consagrados pela nossa constituição, deparamos que existem problemas geradores de desigualdade imposta a uma grande parcela da população que está literalmente à margem do direito e da igualdade.

Ao cidadão obeso, além do desconforto físico e psicológico, é necessário que se ofereça condição que amenize esta desigualdade social e efetivamente venha ao encontro da valorização do próprio homem.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 073/99**

**Autoriza o Poder Executivo a criar a Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual, a criar a Ouvidoria Geral do Estado, órgão integrante da estrutura da governadoria, incumbindo-lhe possibilitar a comunicação organizada entre o Estado e seus cidadãos, com o objetivo de zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e publicidade, atuando na defesa dos direitos e interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos junto à Administração Pública Estadual.

§ 1º - A Ouvidoria Geral do Estado terá o apoio de subsidiárias que chamar-se-ão OUIVIÓRIAS DA CASA, e que se constituem em núcleos em cada órgão da Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, com o fito de dar suporte às demandas de informações da primeira.

§ 2º - Será facultado à Ouvidoria Geral do Estado, a formalização de convênios com Prefeituras para que estas atuem como interface com o Poder Executivo Estadual.

§ 3º - Na defesa dos princípios previstos no caput deste artigo, a Ouvidoria Geral instaurará sindicância com vistas à apuração da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos usuários dos serviços públicos estaduais.

§ 4º - Para apurar reclamações ou denúncias a Ouvidoria Geral realizará inspeções e investigações que visem a apuração dos fatos, podendo os resultados contribuir na formulação de propostas de modificação da Lei a serem encaminhadas à Assembléia Legislativa, bem como em sugestão de medida disciplinar administrativa ou em encaminhamento ao Poder Judiciário.

Art. 2º - A Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina é dirigida pelo Ouvidor-Geral, cargo de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, com o status de Secretário de Estado.

**Parágrafo Único** - O Ouvidor-Geral será substituído, nos casos de vacância, ausência, afastamento, impedimento ou suspeição, pelo Ouvidor-Geral-Adjunto, cargo de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado.

Art. 3º - Fica autorizado o Governador do Estado a abrir, através de decreto, crédito adicional destinado a atender às despesas com a implantação e funcionamento da Ouvidoria Geral do Estado no ano de 1999.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1999.

Deputado JAIME DUARTE

Líder do PPS

*Lido no Expediente*

*Sessão de 26/04/99*

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/99**

**Cria Serviço "Disque Cidadania" no Poder Legislativo de Santa Catarina.**

Art. 1º Fica criado no Poder Legislativo de Santa Catarina, o Serviço "Disque Cidadania", destinado ao registro de denúncias.

Art. 2º O Serviço poderá ser acessado através da linha telefônica 0800, sem ônus para o cidadão, para oferecimento de denúncia relacionada aos fatos adiantes arrolados:

- I - maus Tratos a crianças;
- II - portadores de deficiências;
- III - discriminação racial;
- IV - abuso de poder;
- V - prestação inadequada do serviço público;
- VI - poluição ambiental;
- VII - desmatamento ilegal;
- VIII - sonegação fiscal
- IX - corrupção.

Art. 3º Ato da Mesa Diretora regulamentará a presente Resolução no prazo de noventa dias, à contar da sua vigência.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor, na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Sandro Tarzan

*Lido no Expediente*

*Sessão de 26/04/99*

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Nobres Deputados,

A proposição que ora apresentamos, cria nesta Casa o serviço "Disque Cidadania", com o objetivo de implantar um canal de comunicação direta entre a sociedade catarinense e este Parlamento, para que possamos na qualidade de representantes dos anseios da população, conhecer e combater de imediato, ações praticadas por agentes públicos ou particulares, que de alguma forma resultem em prejuízo para o cidadão, para a sociedade, para o meio ambiente e para o Estado.

Em razão da necessária normatização da matéria, remetemos a Mesa Diretora a Prerrogativa de, no prazo de noventa dias, detalhar normas de funcionamento para a implementação do "Serviço Cidadania" que esperamos ver acolhido e com o apoio de V. Exas, aprovado.

\*\*\* X X X \*\*\*